

<b>Nota de Apresentação</b> .....	<b>3</b>
<b>I. Situação Sócio - Económica</b> .....	<b>5</b>
Enquadramento Geral da Região.....	5
Potencial Humano.....	9
Dinâmica das Actividades e do Emprego.....	11
Investigação, Desenvolvimento e Sociedade da Informação.....	16
Energia.....	18
Transportes e Comunicações.....	18
Dinâmica Urbana e Organização do Território.....	21
Ambiente.....	22
Condições de Vida e Desenvolvimento Social.....	25
<b>II. Apreciação dos resultados dos principais instrumentos de desenvolvimento com apoio comunitário</b> .....	<b>31</b>
<b>III. Oportunidades e Desafios de Desenvolvimento</b> .....	<b>50</b>
Síntese das Forças e Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.....	50
Principais Desafios de Desenvolvimento.....	52
<b>IV. Objectivos e Estratégia</b> .....	<b>56</b>
Fortalecer e promover a eficiência da base empresarial e produtiva.....	57
<i>Agricultura e Florestas</i> .....	57
<i>Pescas e Aquacultura</i> .....	60
<i>Indústria e Artesanato</i> .....	62
<i>Comércio e Serviços</i> .....	63
<i>Turismo</i> .....	65
<i>Energia</i> .....	67
Melhorar as acessibilidades externas e promover uma utilização eficiente das capacidades existentes.....	69
<i>Transportes Marítimos</i> .....	69
<i>Transportes Aéreos</i> .....	72
Promover o desenvolvimento da Sociedade da Informação.....	72
<i>Telecomunicações</i> .....	73
<i>Sociedade da Informação</i> .....	73
Reforçar a valorização dos recursos humanos e a capacidade de inovação.....	74
<i>Educação, Qualificação e Emprego</i> .....	74
<i>Ciência, Tecnologia e Inovação</i> .....	78
<i>Juventude</i> .....	79

<i>Comunidades Madeirenses</i> .....	81
<b>ASSEGURAR A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E PRESERVAR OS VALORES AMBIENTAIS</b> .....	<b>82</b>
<i>Acessibilidades Internas</i> .....	84
<i>Ambiente e Ordenamento do Território</i> .....	86
<i>Saúde</i> .....	91
<i>Habitação</i> .....	93
<i>Protecção e Integração Social</i> .....	95
<i>Protecção Civil</i> .....	95
<i>Desporto</i> .....	96
<i>Cultura</i> .....	97
<i>Defesa do Consumidor</i> .....	99
<i>Promover a melhoria da qualidade dos serviços da Administração Pública</i> .....	100
<b>V. Principais intervenções com apoio comunitário a concretizar no período 2000-2006</b> .....	<b>100</b>

## **Nota de Apresentação**

O presente documento contém as grandes linhas estratégicas de desenvolvimento económico e social para o período 2000-2006.

Decorre do processo lançado e definido através da Resolução n.º 380/98, do Conselho do Governo Regional, de 2 de Abril, constituindo um documento de enquadramento coerente dos instrumentos de planeamento e programação que servirão de base e referência para aplicação dos recursos provenientes dos Fundos Comunitários no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio para o período 2000-2006, com destaque para a proposta de Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira, enquanto instrumento principal de materialização da estratégia de desenvolvimento, a qual será objecto de negociação com a Comissão Europeia.

Aquele processo desenvolveu-se, em simultâneo e articuladamente, com o processo de preparação dos instrumentos de planeamento e programação de âmbito nacional desencadeado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º38/98, de 21 de Março, no âmbito do qual foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) que constitui o referencial para negociação do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) para o período referido.

O Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES) tem uma abrangência e alcance mais amplos e diversificados que os documentos que integram o PDR preparado por Portugal para o estabelecimento do QCA 2000-2006, dado que estes se concentram no contexto dos normativos e orientações comunitárias aplicáveis e, conseqüentemente, nas actuações susceptíveis de apoio financeiro da União Europeia para fins estruturais.

A delimitação do período do PDES foi determinada pela conveniência em conjugar as prioridades da política de desenvolvimento com as oportunidades de apoio decorrentes da Agenda 2000 da União Europeia.

Este documento integra um diagnóstico, de carácter prospectivo, sobre a situação sócio-económica da Região, os objectivos que enquadram a estratégia de desenvolvimento, as grandes linhas de actuação e uma referência às principais intervenções operacionais que beneficiarão de apoio comunitário no período 2000-2006.

O PDES encontra-se estruturado em cinco grandes capítulos:

- I - SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA
- II - APRECIACÃO DOS RESULTADOS DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO COM APOIO COMUNITÁRIO
- III - OPORTUNIDADES E DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO
- IV - OBJECTIVOS E ESTRATÉGIA
- V - PRINCIPAIS INTERVENÇÕES COM APOIO COMUNITÁRIO A CONCRETIZAR NO PERÍODO 2000-2006

A preparação deste Plano beneficiou da participação dos vários departamentos sectoriais da Administração Pública Regional e Local e de diversos actores ligados a sectores da actividade económica e social, nos termos estabelecidos pela Resolução do Conselho do Governo Regional anteriormente referida. No contexto desta Resolução foi criada, na dependência funcional da Secretaria Regional do Plano e da Coordenação, a Comissão Interdepartamental de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Económico e Social de Médio Prazo, cabendo à Direcção Regional do Planeamento a responsabilidade pela coordenação dos trabalhos e pela elaboração dos documentos finais.

Tendo em vista promover uma abordagem articulada e integrada dos problemas sócio-económicos e uma identificação de oportunidades e de vias alternativas para o desenvolvimento da Região funcionaram subcomissões especializadas para alguns temas de natureza transversal considerados de especial relevância, nomeadamente:

- Educação, Qualificação dos Recursos Humanos e Empregabilidade;
- Ciência, Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade da Informação;
- Condições de Vida e Desenvolvimento Social;
- Oportunidades e desafios na óptica do desenvolvimento do território e da sua integração no espaço nacional e comunitário;
- Fundos Estruturais - Balanço do QCA II e futuro enquadramento.

A actividade de planeamento deverá ser encarada como um processo dinâmico, pelo que o documento apresentado não constitui o culminar de um processo delimitado no tempo. Assim, importa prosseguir um esforço de análise e reflexão que permita adaptar as estratégias aos desafios que vão surgindo num contexto de grande mudança.

## ***I. Situação Sócio - Económica***

### **Enquadramento Geral da Região**

#### Envolvente Externa

A Madeira, como pequena região insular, é uma economia aberta e dependente face ao exterior, pelo que, num contexto de inserção numa economia global interdependente e, em particular, no espaço da União Europeia, em que decorre um exigente processo de integração e expansão e de reposicionamento na economia global, será forçosamente influenciada por factores externos, favoráveis ou desfavoráveis, que serão determinantes da dinâmica mundial.

De acordo com a análise prospectiva apresentada nos trabalhos de preparação do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) e que enquadra a visão estratégica delineada nesse mesmo Plano, a economia mundial será condicionada pela interacção de um conjunto de tendências de base, de natureza geopolítica, económica e tecnológica, com forte probabilidade de se concretizarem nas próximas duas décadas, as quais permitem antever uma vaga de crescimento de longo prazo num contexto de globalização. Existem, no entanto, factores que poderão perturbar ou retardar o processo de crescimento com impactos diferenciados nas diferentes macroregiões do globo.

A nível demográfico perspectiva-se uma fractura a nível mundial, nomeadamente com o aumento do peso demográfico dos países em desenvolvimento (ganhando maior importância a África e a Ásia do Sul), o amadurecimento e envelhecimento da população, com particular acuidade nos países desenvolvidos da OCDE, na Europa de Leste e na Rússia e o reforço das migrações internacionais a partir dos países em desenvolvimento. Os movimentos demográficos caracterizar-se-ão também por uma aceleração do processo de urbanização e de metropolização, devendo assistir-se paralelamente à agudização dos problemas ambientais associados à urbanização  $\frac{3}{4}$  poluição energética, saneamento básico, congestionamento de tráfego  $\frac{3}{4}$  e forte pressão sobre recursos, nomeadamente hídricos e alimentares, afectando em especial os países em desenvolvimento. O envelhecimento nos países industrializados poderá conduzir à baixa das taxas de crescimento económico, nomeadamente se não houver incrementos significativos da produtividade e a adopção de novas formas de valorização do capital humano. Poderá, também, ter consequências sobre os sistemas de segurança social, nomeadamente nas suas vertentes de sistemas de pensões e de saúde.

A nível geo-económico decorre um processo de expansão da "fronteira" geo-económica que se traduzirá, nomeadamente: pelo reforço da afirmação de países em desenvolvimento como pólos de forte crescimento a nível mundial; pela expansão generalizada da economia de mercado; pela emergência de novas "províncias energéticas" que podem vir a responder, a médio e longo prazo, ao forte aumento da procura desencadeado pela industrialização,

urbanização e motorização das economias em desenvolvimento; por uma ampliação das "províncias mineiras" na América Latina, Austrália e Sueste Asiático; pelo alargamento das áreas abertas à actividade turística, dinamizado por operadores turísticos internacionais que tendem a colocar permanentemente no mercado, ou a valorizar, novos destinos ou novas valências em destinos tradicionais, explorando os mais baixos custos de transporte aéreo, e pela tendência para a formação de agrupamentos económicos regionais, com destaque para o "sul" do planeta, que procuram gerir em conjunto diversos aspectos da sua inserção na economia global e promover, nomeadamente, a construção integrada de redes de transporte, energia, comunicações e gestão comum de problemas ambientais de natureza transfronteiriça.

As grandes alterações a nível geoeconómico estarão associadas (como causa ou consequência) à aceleração de um processo designado por globalização, cujos principais aspectos assentam, essencialmente, em: liberdade de circulação de capitais e forte intensificação dos movimentos de capitais à escala planetária; investimento directo internacional, subcontratação internacional e alianças empresariais à escala mundial, envolvendo a criação de redes mundiais integradas de produção, servidas por cadeias logísticas internacionais e intermodais, fortemente informatizadas; acentuado crescimento do comércio internacional de bens e serviços, apoiado no desenvolvimento de novos pólos de oferta competitiva e no peso crescente e dominante do comércio intra-firmas e intra-redes; difusão generalizada de um "modelo de consumo" veiculado pela mundialização dos "media", embora venham surgindo, paralelamente, movimentos localizados de rejeição do quadro de valores subjacentes a esse modelo; funcionamento da economia mundial em torno de redes globais de capitais, gestão e informação, as quais assumirão, cada vez mais, um papel crucial no progresso da produtividade, inovação e competitividade.

A evolução a nível tecnológico permitirá desenvolver novos sectores de actividade, alterar substancialmente anteriores fronteiras entre sectores e renovar as bases tecnológicas de sectores tradicionais.

Os grandes avanços tecnológicos serão centrados principalmente nos domínios da Informação e Comunicações, da Automação e Robótica, das Tecnologias do Espaço, da Interacção Energia/Ambiente e das Ciências e Tecnologias da Vida.

As potencialidades efectivas de crescimento a longo prazo geradas pela deslocação articulada das "fronteiras" geoeconómica e tecnológica dependerão do ritmo de difusão das novas tecnologias, sobretudo nas Economias Emergentes.

No entanto, essas potencialidades poderão ser condicionadas por um conjunto de incertezas susceptíveis de gerar e ampliar tensões entre os processos que ocorrerão a nível geoeconómico e tecnológico, as quais resultam de contradições associadas ao crescimento económico mundial, de factores de

instabilidade na regulação económica global e de tensões em torno de recursos e do ambiente.

O espaço da União Europeia, na última década, foi marcado por profundas alterações, as quais resultaram da necessidade de responder às mudanças que se vêm sentindo a nível mundial. Essa resposta traduziu-se numa vontade clara de avançar no seu processo de integração e projecção internacional, nomeadamente através: da criação do mercado único, envolvendo a liberalização da circulação de bens e serviços, pessoas e capitais; do lançamento da União Económica e Monetária, visando a constituição de um grande espaço económico e financeiro europeu; da decisão de lançar um processo de alargamento em direcção ao Leste Europeu e de aprofundamento das relações com a Rússia, a Ucrânia e outros Estados que resultaram da desintegração da URSS, numa clara estratégia de "continentalização" e da construção de vantagens competitivas face às outras potências mundiais.

Assim, a União Europeia confronta-se com importantes desafios que se colocarão, no período 2000-2006, a nível político, económico-financeiro e tecnológico, envolvendo o alargamento e cooperação a Leste, a União Económica e Monetária, as políticas comuns e a segurança e defesa.

Na perspectiva do futuro alargamento, existem problemas relativos ao processo de integração económica e de estabilização política da Europa Central e Oriental que terão implicações quer no quadro institucional, quer nas políticas comuns e outras políticas da União (PAC, Política Regional, Redes Transeuropeias) que, por sua vez, terão repercussões no orçamento comunitário. Com efeito, a necessidade de os países candidatos terem de cumprir um conjunto de requisitos prévios à adesão, a não inclusão dos países dos Balcãs (que integram a principal zona de instabilidade política europeia) neste número inicial de candidatos, bem como o problema da integração de Chipre, colocado no centro das tensões grego-turcas, são alguns dos factores que podem constituir, no seu conjunto, uma ameaça a todo este processo.

As principais questões associadas à "nova grande política comum da nova União Europeia"  $\frac{3}{4}$  a política monetária  $\frac{3}{4}$  prendem-se com: a sustentabilidade a médio/longo prazo, em termos de cumprimento generalizado do "Pacto de Estabilidade e Crescimento", que implica a realização pelos Estados-membros das reformas necessárias à contenção das despesas públicas e à criação dos mecanismos de ajustamento que assegurem flexibilidade às economias; a afirmação do papel internacional do Euro e o comportamento da UEM e do Euro na eventualidade de o seu arranque coincidir com uma conjuntura desfavorável à escala mundial.

A política monetária terá, por sua vez, implicações no orçamento da União Europeia, seja devido à pretensão dos Estados-membros de reduzir as suas contribuições, pressionados pela disciplina orçamental do "Pacto de Estabilidade e Crescimento" ou, pelo contrário, e após uma crise, à pretensão de ampliar o orçamento da União, como factor de estabilização face a choques assimétricos e novas necessidades de coesão económica e social da UE alargada.

## Insularidade e Ultraperificalidade

A Região Autónoma da Madeira confronta-se com a permanência de constrangimentos ao seu desenvolvimento que decorrem da descontinuidade física e da localização distanciada das regiões centrais europeias, bem como de um conjunto de restrições estruturais particularmente intensas, nomeadamente as exíguas dimensões e o acentuado relevo.

O distanciamento e isolamento relativamente aos lugares de maior centralidade originam desvantagens e restrições no acesso aos mercados e à informação, na mobilidade de pessoas e na possibilidade de aceder às grandes redes transeuropeias, particularmente nos domínios dos transportes e da energia.

Devido às características geomorfológicas da Região, a superfície agrícola utilizada (7 315 hectares) representa apenas cerca de 9% da superfície total. Na ilha da Madeira a área territorial acima dos 1 000 metros de altitude corresponde à quarta parte da superfície total e 11% apresenta declives inferiores a 16%. Estas condicionantes físicas originam fortes limitações à actividade agrícola, ao povoamento, à implantação de infra-estruturas básicas e ao funcionamento das redes de serviços.

Devido à sua condição insular, a Região da Madeira dispõe de ecossistemas frágeis e recursos limitados.

A ilha do Porto Santo, que está situada a nordeste da Ilha da Madeira a cerca de 60 Km de distância desta, enfrenta ainda limitações acrescidas decorrentes, sobretudo, da dupla insularidade, da sua pequena dimensão (cerca de 42km<sup>2</sup> e à volta de 4 800 residentes) e da escassez de recursos hídricos.

A exiguidade de recursos e de mercados, as condições naturais de carácter local e zonal, incluindo as que derivam da matriz subtropical do seu clima, bem como a conjugação de factores naturais e históricos determinam, em grande medida, um padrão de especialização produtiva muito vulnerável e pouco diversificado, com fraco desenvolvimento da cadeia de valor num contexto de grande abertura ao exterior.

As limitações do sistema económico regional e em particular do mercado de emprego originaram, durante décadas, grandes fluxos migratórios para países de vários continentes, sobretudo para as Américas e África do Sul, permitindo-lhes uma inserção atlântica humana, e não apenas geográfica.

A especificidade das condições naturais e da economia da Região decorrentes da insularidade e ultraperificalidade justificam a adaptação dos instrumentos de política comunitária.

Neste contexto, importa equacionar fórmulas que permitam associar a Região aos benefícios dos grandes instrumentos e políticas de construção europeia, como sejam, entre outras, as grandes redes de transportes e comunicações e as redes energéticas, de modo a potenciar o desenvolvimento endógeno e



específico, numa lógica de integração, evitando situações de marginalização num quadro de aceleração do processo de globalização e de continentalização.

## **Potencial Humano**

A população residente na Região era de 259,3 milhares de habitantes em 1997. A esta população acresce um fluxo turístico de cerca de doze mil turistas/dia. Na década de 90, a população tem vindo a aumentar (mais 5 650 pessoas entre 1990 e 1997), depois de um período de relativa estagnação no decénio anterior. O crescimento efectivo da população é explicado não só pela contribuição positiva da taxa de excedentes de vida (embora esta seja cada vez menor por força da descida acentuada da taxa de natalidade), mas também pelos movimentos migratórios que se vêm traduzindo por saldos positivos, contrariamente ao que se verificara durante décadas (com particular acuidade nas de 50 e 60) em que a Região foi fortemente repulsiva.

Com efeito, constata-se uma alteração muito significativa na natureza, na composição e nos quantitativos dos fluxos migratórios. Os movimentos migratórios que vêm contribuindo para a formação de saldos de sinal positivo têm origem, principalmente, em população oriunda do Continente ou regressada dos locais de emigração tradicional, sobretudo da Venezuela. Por outro lado, os contingentes emigratórios reduziram-se drasticamente, tendo a emigração temporária assumido um papel cada vez mais relevante.

Devido à elevada dinâmica do crescimento natural no passado, a estrutura etária da população evidencia ainda características de juventude (em 1995, 21,4% dos indivíduos tinham idade inferior a 14 anos e 12% correspondia a pessoas com 65 e mais anos). Como consequência, o índice de dependência de jovens é elevado (32,1% face a 26% no País), situando-se o índice de dependência dos idosos a níveis inferiores aos nacionais (18% na Região contra 21,7% no País).

As tendências a nível da composição da população por grandes grupos etários apontam para a diminuição do peso relativo da população jovem e para o aumento da proporção da população em idade activa. Neste grupo etário é notório um aumento da idade média, já que os acréscimos previstos decorrerão, principalmente, dos estratos de idades mais avançadas. Por outro lado, o estrato etário que assegura a renovação da população em idade activa registará uma descida significativa.

A nível da qualificação dos recursos humanos constata-se que, não obstante as melhorias verificadas a nível do ensino, a situação da Região no que respeita ao nível de instrução da respectiva população apresenta-se muito desfavorável quando comparada com os níveis médios nacionais e comunitários. Com efeito, em 1997, no conjunto das pessoas com idades compreendidas entre 25 e 59 anos, 85% tinham um nível de instrução correspondente à educação de base, ou seja, o 3º. ciclo do ensino básico, 10% estavam habilitados com o ensino secundário e 5% com um nível de instrução elevado (ensino superior). Os valores assumidos por idênticos indicadores

eram, respectivamente, e em termos médios, 76%, 12% e 12% no País e 41%, 40% e 20% na União Europeia.

Na evolução recente do sistema educativo têm-se registado melhorias de cobertura significativas na educação pré-escolar, as quais têm sido obtidas de forma gradual. Estima-se que a taxa de cobertura do Pré-Escolar (crianças de 3, 4 e 5 anos) tenha evoluído de 36% em 1990/91, para 62% em 1997/1998.

A nível do ensino básico e do ensino secundário vem-se registando um acréscimo da escolarização, o qual se deve não só à melhoria das condições de ensino nos níveis inferiores, mas também à política seguida em que se pretende motivar um número cada vez maior de estudantes para o prosseguimento de estudos.

No final da década de 90 espera-se obter melhorias do sistema de ensino, as quais traduzir-se-ão nomeadamente em: incremento da cobertura no ensino pré-escolar, sendo objectivo prioritário garantir, a toda as crianças, a frequência deste nível de ensino pelo menos durante um ano; redução do número de alunos que abandonam precocemente a escola sem ter completado o ensino básico; melhoria significativa do nível geral de escolaridade, prevendo-se que, no ano 2000, pelo menos 50% dos jovens concluam o 12º ano (em 1993/94 aquela percentagem situava-se em 30%); implementação de medidas que incentivem a transição para cursos profissionais e tecnológicos e criação de novas alternativas de formação escolar, de modo a elevar a percentagem de alunos do ensino secundário que optam pelas vias técnico-profissionais.

A nível do sistema formativo assistiu-se, na década de 90, a um significativo esforço de investimento.

No entanto, persistem carências a nível de infra-estruturas de formação e insuficiência de competências em termos de formadores. Paralelamente, constata-se a necessidade de reforço de acções de enquadramento, a montante da formação/emprego, nomeadamente: a nível de estudos de base visando a fundamentação das intervenções públicas; na área da formação de quadros e nos domínios da informação e orientação profissional; a nível da montagem de dispositivos de certificação profissional e de produção de recursos e materiais didácticos.

O reforço das acções visando a melhoria das competências profissionais é tanto mais necessário quanto se constata que o perfil de formação dos activos continua a evidenciar debilidades, as quais traduzem-se pelos baixos níveis de qualificação e de escolarização dos activos. A proporção de pessoal ao serviço das empresas com níveis de qualificação igual ou inferior a profissional semi-qualificado é ainda muito elevada (cerca de 45%). Salienta-se ainda o reduzido peso do subconjunto constituído por quadros médios ou superiores, encarregados e profissionais altamente qualificados (16,2%). Em termos de níveis de escolarização verifica-se ainda uma elevada percentagem de trabalhadores (44%) que têm habilitações iguais ou inferiores ao 1º. ciclo do ensino básico, representando apenas 15,2% os que detinham o nível de ensino básico. A situação é ainda mais gravosa na agricultura, já que 56% dos

produtores agrícolas não possuíam o 1º. ciclo da escolaridade básica e, deste conjunto, 38,4% não sabiam ler nem escrever.

A tendência perspectivada para o aumento da idade média da população activa tornará mais lento o processo de requalificação da população, exigindo uma intensificação das políticas de formação dirigidas à população adulta e uma atenção aos aspectos relacionados com as condições de trabalho, a produtividade e a aprendizagem ao longo da vida. Por outro lado, considerando que a estrutura etária da população tem ainda características de juventude, o incremento do nível de escolarização e da formação inicial de que vêm beneficiando os estratos populacionais mais jovens irá traduzir-se, a prazo, em melhorias na qualificação do emprego.

## **Dinâmica das Actividades e do Emprego**

Devido, em grande medida, aos constrangimentos de ordem natural e ao contexto sócio-económico, histórico e cultural, a economia regional orientou-se para o aproveitamento de potencialidades numa base agro-turística. A actividade industrial, principalmente em resultado da exiguidade de recursos e de mercado e das desvantagens competitivas decorrentes da insularidade, tem assumido uma posição modesta, apresentando um fraco desenvolvimento.

O sector dos serviços tem vindo a reforçar a sua contribuição para a formação do VAB (72,4% em 1990 e 77,3% em 1995).

Neste sector assume especial destaque a actividade turística, a qual tem uma importância muito significativa, não só como fonte de receitas externas, mas também pelos efeitos multiplicadores que gera em vários sectores de actividade, pelo contributo para o emprego e para a dinamização sócio-económica a nível local. Em 1995, apenas as actividades mais directamente ligadas ao turismo (hotelaria, restauração e agências de viagens e turismo e aluguer de automóveis sem condutor) já representavam 12% do VAB. Em termos de emprego, o subconjunto das actividades de hotelaria e restauração eram responsáveis, em 1997, por cerca de 9% do emprego. No contexto nacional, a Região ocupa a terceira posição em termos de dormidas em hotéis (cerca de 14% em 1997).

A atractividade da Região tem-se centrado nas condições naturais favoráveis (clima, paisagem, flora e o mar) e na qualidade da oferta. Estes factores deverão ser preservados e valorizados, de modo a consolidar a imagem da Região como destino turístico de qualidade e a melhorar a sua posição competitiva, num contexto mundial de grande competição entre os diversos destinos turísticos, ajustando e qualificando a oferta turística em função das tendências para uma maior valorização dos aspectos ambientais, das actividades recreativas, desportivas e culturais e de valores tradicionais e únicos de cada destino.

A actividade turística tem evidenciado uma dinâmica assinalável, tendo a oferta de alojamento registado uma forte expansão nos últimos anos (41% entre 1990

e 1998). Apesar das taxas de ocupação se virem situando sempre acima dos 50%, a evolução futura da actividade turística apresenta alguns pontos fracos e comporta alguns riscos que deverão ser superados.

A nível da oferta turística, constata-se uma excessiva concentração no concelho do Funchal e zonas limítrofes, o que suscita problemas de sustentabilidade do desenvolvimento turístico nesta área. Verificam-se algumas debilidades em termos de estruturação e enquadramento da oferta turística e de manutenção de níveis elevados de qualidade de serviço, com carências em equipamentos e actividades de animação, bem como a nível da oferta complementar (restaurantes, museus, estruturas de animação cultural e ligadas a actividades de lazer).

Existem insuficiências a nível de infra-estruturas e de serviços de apoio ao desenvolvimento de produtos turísticos associados à paisagem e à natureza, a produtos ligados ao mar (náutica de recreio, desportos náuticos, turismo de cruzeiros) e a actividades desportivas, bem como em termos de formação de produtos turísticos considerados estratégicos (nomeadamente congressos, incentivos, negócios e percursos de natureza).

Em termos de enquadramento da oferta turística, verifica-se a necessidade de intervenções visando a requalificação dos espaços públicos e a dotação de infra-estruturas e equipamentos colectivos de suporte à actividade, sobretudo nos pontos de maior atracção turística.

A nível de recursos humanos, as principais necessidades colocam-se, tanto a nível do aperfeiçoamento e qualificação inicial, como da formação de competências profissionais que acompanhem a necessária recomposição do produto turístico.

No sector dos serviços, além das actividades ligadas ao turismo, vêm assumindo uma importância significativa os serviços internacionais e serviços financeiros, designadamente os que se enquadram no âmbito do Centro Internacional de Negócios, serviços prestados às empresas, serviços prestados à colectividade e operações sobre imóveis. A actividade comercial tem vindo a modernizar-se, sobretudo no concelho do Funchal e nas zonas que têm beneficiado da dinâmica urbana e da melhoria das acessibilidades.

A base industrial, constituída predominantemente por indústrias tradicionais, em que se salientam as indústrias alimentares, bebidas e tabacos, algumas indústrias ligadas à construção e as de carácter marcadamente artesanal, apresenta baixos níveis de produtividade e de competitividade, sobretudo quando comparados com a média comunitária. As indústrias artesanais (bordados e vimes) têm desempenhado uma função importante na absorção parcial do desemprego e como factor equilibrante da economia rural. No entanto, estas indústrias vêm registando, no seu conjunto, quebras sucessivas de actividade, o que vem originando graves consequências para as empresas e activos ligados a estas indústrias. Esta evolução tem-se reflectido numa redução do peso do VAB da indústria, o qual passou de 7% em 1990 para 5,5% em 1995. Recentemente, assiste-se a uma maior dinamização do sector,

em grande medida como resultado da infraestruturização do solo para uso industrial em concelhos periféricos do Funchal e da criação de condições infra-estruturais básicas, em conjugação com incentivos de âmbito nacional e regional e com benefícios, designadamente de ordem fiscal e aduaneira, no âmbito da Zona Franca da Madeira. A criação do Parque de C & T, por seu lado, constitui um factor potenciador de desenvolvimento de empresas de maior intensidade tecnológica.

A fileira da construção vem apresentando um peso relativamente elevado (o qual correspondeu, em termos médios anuais, a 10% do VAB, no período 1990-95) devido ao crescimento do investimento público (regional e municipal) e do investimento privado (hotéis e edifícios de natureza residencial). As actividades ligadas à construção apresentam um potencial de desenvolvimento, designadamente no sector da habitação, recuperação urbano-patrimonial e conservação/beneficiação de infra-estruturas.

O sector da agricultura tem vindo a perder importância relativa na produção regional, representando 6,2% e 3,5% do VAB, respectivamente em 1990 e 1995. A importância deste sector em termos de emprego é significativamente mais elevada, já que representava, em 1997, 10,4% do emprego. Além disso, a agricultura desempenha uma função basilar na manutenção e conservação da paisagem humanizada característica da Região, bem como enquanto factor de equilíbrio ecológico e social. A agricultura na Região é condicionada por um conjunto muito particular de factores físicos adversos, em que assumem particular importância a orografia e o declive dos terrenos, desenvolvendo-se numa Superfície Agrícola Utilizada (SAU) muito escassa (em 1997, cerca de 7 315 hectares distribuídos por 16 833 explorações). A dimensão média das explorações é muito reduzida (cerca de 4 346 m<sup>2</sup>) encontrando-se fragmentada por vários blocos, em número médio de 3,6, o que, associado à orografia, conduz a que exista uma descontinuidade territorial das folhas de cultura. Como consequência da estrutura fundiária e da própria orografia, o nível de mecanização é muito baixo, predominando os motocultivadores e as motoenxadas. No que se refere à dimensão económica das explorações, verificava-se em 1997 que 36% das explorações originavam, em média, anualmente, um rendimento líquido potencial inferior a 1 Unidade de Dimensão Europeia (UDE, equivalente a 217 contos). Na actividade agrícola têm uma posição preponderante as pequenas explorações familiares. A mão de obra familiar (incluindo o produtor) representa cerca de 93%. No tocante à mão de obra assalariada, apenas 10,4% correspondem a trabalhadores a tempo completo.

A agricultura assenta na produção de banana, vinho, frutos subtropicais e diversos produtos hortícolas, incluindo os da floricultura. Nos anos mais recentes tem-se verificado um incremento de certas produções, em especial em culturas sob coberto, em resultado de iniciativas, sobretudo de jovens agricultores, em grande parte apoiadas através de recursos públicos (regionais, nacionais e comunitários). A existência de infra-estruturas de I & D na área das ciências e tecnologias agrárias e biotecnologia vegetal vem criando condições favoráveis à consolidação e diversificação das produções de alta qualidade.

Apesar da existência de alguns constrangimentos ligados às especificidades do relevo submarino, às características da frota e às condições de operação da mesma e a dificuldades resultantes do nível sócio-cultural de grande parte dos activos do sector, as actividades piscatórias assumem uma importância significativa no contexto sócio-económico regional e, particularmente, em determinadas localidades da Região (Câmara de Lobos e Caniçal). O sector da pesca representa, cerca de 1% do VAB e 1,2% do emprego. O conhecimento progressivo das potencialidades no domínio da pesca, bem como a renovação da frota pesqueira vêm contribuindo para uma evolução positiva nos últimos anos. Tem vindo a ser dinamizada a aquacultura marinha na Região, a qual afigura-se como alternativa credível à pesca de determinadas espécies demersais, embora sem prejudicar, obviamente, a pesca das pequenas comunidades piscatórias.

O tecido empresarial da Região é constituído, predominantemente, por empresas de muito pequena dimensão e não reúne condições favoráveis ao desenvolvimento de novos factores de competitividade. Cerca de 90,6% das empresas (sector empresarial estruturado) tinham, em 1997, menos de 20 pessoas ao serviço e 79% menos de 10 pessoas. As empresas com menos de 10 trabalhadores eram responsáveis por cerca de 30% do emprego.

Face aos constrangimentos resultantes da situação insular e ultraperiférica, à exiguidade do mercado regional, às debilidades estruturais da actividade económica, às insuficiências a nível da qualificação dos recursos humanos e de factores institucionais, a Região enfrenta problemas de competitividade e de sustentação de empregos com níveis de rendimentos que se aproximem da média da União Europeia. Um dos reflexos desta situação é evidenciado pelos baixos níveis de produtividade da mão-de-obra, medida pelo PIB por pessoa empregada. Este indicador, quando comparado com a média comunitária, situava-se em 51% em 1993 e em 57% em 1996. A melhoria da posição relativa da Região, no período atrás referido, em termos do PIB por pessoa empregada está ligada a um processo de reforço do emprego no sector terciário, em contrapartida de uma redução em actividades de baixo nível de produtividade do trabalho, quer na agricultura, quer nas actividades industriais, sobretudo nas de carácter artesanal.

Com efeito, o peso do emprego agrícola passou de 13,1% em 1992 para 10,4% em 1997. A contribuição das indústrias transformadoras para o emprego reduziu-se de 20,7% em 1992 para 15,8% em 1997. Esta perda de posição relativa deve-se essencialmente ao decréscimo, em cerca de 5 pontos percentuais, registado nas "indústrias têxteis, vestuário e calçado", cujo peso no total nas indústrias transformadoras era de 68,6% em 1992.

Na Região têm ainda grande expressão situações de emprego/ocupação em actividades que poderão ser designadas por não formais, nomeadamente as que se referem a trabalho por conta própria, a trabalho ao domicílio e a trabalho a tempo parcial, muitas vezes em actividades de baixo nível de remuneração e que configuram a existência de situações de subemprego. Enquadra-se particularmente nessa situação o emprego nas indústrias de bordados e tapeçarias que recorrem a trabalho domiciliário. As situações de pluriemprego ocorrem principalmente na indústria da construção e nos

serviços, apresentando-se a agricultura como a actividade secundária mais frequente. Nestas condições, a taxa de desemprego de per se não permite reflectir situações existentes de subemprego.

A taxa de desemprego na Região situava-se em 5,2% em 1997 (contra 6,4% a nível nacional). De salientar que, no Porto Santo, a taxa de desemprego é dupla da registada na ilha da Madeira, e o custo médio de vida 4,4 pontos percentuais mais elevado. No período compreendido entre 1992 e 1997 este indicador registou, na Região, ligeiros acréscimos. No final de 1997, o volume de desemprego registado nos serviços de emprego era de 5 200 desempregados.

O desemprego feminino revela um predomínio acentuado. Assim, constata-se que dois em cada três desempregados inscritos nos serviços de emprego são do sexo feminino. Esta proporção é mais acentuada nos candidatos a primeiro emprego (89,7% em 1997).

Segundo o Inquérito ao Emprego, o desemprego juvenil tem vindo a acentuar-se, atingindo em especial os candidatos a emprego do sexo feminino.

O desemprego de longa duração apresenta níveis de algum significado, afectando mais intensamente os adultos e, de entre estes, as mulheres à procura de emprego. Este tipo de procura tem vindo a aumentar, nomeadamente devido à elevada rotação das primeiras experiências no mundo do trabalho.

O baixo nível de escolarização dos desempregados à procura de emprego, constitui um dos factores que dificultam a inserção profissional. Em 1997, cerca de 61% dos desempregados tinha, como nível de escolaridade, o 1º. ciclo ou o 2º. ciclo do ensino básico.

Após a integração europeia, os apoios do Fundo Social Europeu permitiram reforçar significativamente o desenvolvimento de políticas activas de promoção do emprego, as quais contribuíram para que os níveis de desemprego não se tenham agravado significativamente.

Contudo, persistem maiores dificuldades de inserção profissional relativamente a grupos de desempregados que têm vindo a ser menos favorecidos no acesso ao emprego, nomeadamente os jovens, as mulheres e os adultos desempregados de longa duração. Por outro lado, a situação do emprego enfrenta importantes desafios decorrentes, em especial, da pressão sobre o mercado de emprego por parte da elevada percentagem de população jovem actualmente enquadrada no sistema escolar e de activos ocupados no passado em actividades tradicionais, actividades estas que têm vindo a perder peso na estrutura sectorial do emprego.

Assim, a par do desenvolvimento de políticas activas de emprego, impõe-se a valorização dos recursos humanos, quer através da elevação dos níveis escolares, quer da formação e experiência profissional, de modo a melhorar a

competitividade da economia e a capacidade de adaptação às transformações sócio-económicas.

## **Investigação, Desenvolvimento e Sociedade da Informação**

No sentido de alargar as competências e capacidades em I&D, têm vindo a ser implementadas acções visando o reforço de estruturas já existentes, a formação de recursos humanos e a criação de bases para um maior desenvolvimento futuro no domínio científico e tecnológico, o que é evidenciado pela evolução positiva de alguns indicadores.

Assim, o volume de gastos em I&D, expresso em percentagem do PIB regional, situou-se em 0,7% em 1995, contra 0,1% no início da década de 90. Esta evolução foi determinada pelo significativo aumento das despesas em infra-estruturas. No que respeita ao conjunto de recursos humanos afectos a actividades de I&D registou-se, também, um crescimento muito acentuado, passando-se de 30,2 ETI em 1988 para 408,6 ETI em 1995.

Não obstante a evolução positiva que se vem registando, o nível de recursos humanos, financeiros e institucionais afectos a actividades de I&D e a outras actividades científicas e técnicas é revelador de atrasos estruturais que ainda nos distanciam da generalidade dos outros países europeus.

Numa análise por sectores institucionais, constata-se que a maior parcela de investimento em I&D corresponde a esforço público, o qual representou, em 1995, 77,4% da despesa total realizada. Neste mesmo ano, as empresas foram responsáveis por apenas 2,7% do total, o que reflecte a fraca capacidade de inovação da economia regional.

O esforço público tem vindo a ser dirigido essencialmente para investimentos visando a modernização, construção e apetrechamento de unidades de apoio à actividade produtiva (particularmente à agricultura e silvicultura e à pesca e aquacultura), a conservação dos recursos naturais e a preservação do ambiente e a investigação clínica e epidemiológica.

Com a criação da Universidade da Madeira, de um Centro de Ciência e Tecnologia, de um parque tecnológico e de um centro de inovação empresarial, as actividades de I&D deverão ganhar uma maior dinâmica, já que vão sendo reunidas condições para a criação de "massas críticas" necessárias para viabilizar um desenvolvimento sustentado daquelas actividades. O desenvolvimento científico e tecnológico na Região deverá contribuir, prioritariamente, para a valorização económica de recursos regionais específicos, para a preservação do património natural, para o incremento da base empresarial e produtiva e do valor acrescentado regional e para o desenvolvimento de serviços associados às telecomunicações e às tecnologias de informação e comunicação. Para tal, pretende-se envolver, em parceria, diversos actores regionais na mobilização dos escassos recursos e capacidades científicas e técnicas, bem como consolidar o processo de desenvolvimento da Universidade da Madeira e criar condições favoráveis à



formação de investigadores, ao seu enquadramento em instituições do ensino superior e/ou instituições científicas e à sua fixação na Região.

O desenvolvimento científico e tecnológico confronta-se com importantes problemas, constrangimentos e necessidades, dos quais destacamos: o baixo nível de cultura científica e tecnológica; a insuficiente capacidade da plataforma de apoio às empresas, de desenvolvimento de parcerias regionais, bem como de integração efectiva nas redes nacionais e europeias; insuficiências em termos de recursos humanos a todos os níveis e, nalguns casos, de equipamentos e instalações para o desenvolvimento da oferta de serviços em áreas ligadas às tecnologias de produção, à qualidade e certificação e insuficientes mecanismos de articulação de actividades e de racionalização de meios no domínio da I&D.

A Região tem vindo a ser dotada de modernas infra-estruturas básicas de telecomunicações, pelo que existem condições básicas potenciadoras do desenvolvimento de serviços associados à Sociedade da Informação.

Tendo em conta as oportunidades oferecidas às regiões ultraperiféricas pelas novas tecnologias de informação e comunicação para acederem ao conhecimento e aos mercados e considerando os desafios com que se confronta para qualificar a sua economia e ganhar competitividade na nova divisão internacional do trabalho que vem emergindo, a Região tem vindo a atribuir importância estratégica às áreas ligadas à sociedade da informação. Neste sentido foi criado, em 1998, o Núcleo Estratégico da Sociedade da Informação (NESI), o qual, em cooperação com o Madeira Tecnopolo, propõe-se desenvolver acções dinamizadoras neste domínio.

Tendo em consideração que a educação para a vida na "Sociedade da Informação" terá de começar ao nível do ensino, tem vindo a ser feito um grande esforço de investimento em equipamento informático ao longo da década de 90.

A nível dos serviços de saúde, encontra-se em fase de implementação uma rede telemática, tendo em vista apoiar as actividades desenvolvidas no âmbito daqueles serviços e melhorar a eficiência dos mesmos.

Dada a importância da projecção da Região nos seus aspectos culturais, com recurso aos novos meios de difusão dos conhecimentos, está em desenvolvimento uma base de dados sobre a História do Atlântico, a qual integra a Região. Perspectiva-se, também, a curto prazo a informatização e a divulgação, via internet, do inventário do património da Região.

A nível das pequenas e médias empresas, têm vindo a ser desenvolvidos diversos projectos, nomeadamente a nível do comércio electrónico.

No sentido de evitar uma maior marginalização da Região deverão ser prosseguidas políticas no domínio da sociedade da informação que envolvam, nomeadamente: formação e fixação de quadros qualificados a vários níveis; estímulos dirigidos à dinamização da procura, ao desenvolvimento da

economia digital e de produtos e serviços em áreas de intervenção estratégicas e medidas visando assegurar o acesso aos benefícios da sociedade da informação a todos os cidadãos.

## **Energia**

A Região, devido à sua localização geográfica e porque não dispõe de recursos energéticos fósseis, apresenta uma dependência significativa do exterior polarizada nos derivados de petróleo. A insularidade e ultraperiféricidade implicam sobrecustos adicionais no aprovisionamento de energia e inviabilizam ainda o acesso às grandes redes de distribuição de energia continentais.

Na estrutura da procura primária originada internamente, os recursos endógenos representavam, em 1995, 12,4% do total, sendo os restantes 87,6% assegurados por produtos petrolíferos. Contudo, a Região dispõe de um potencial significativo de fontes energéticas renováveis, que podem vir a ter um grande desenvolvimento no futuro, caso determinadas barreiras e constrangimentos sejam superados. A biomassa florestal e a hidroelectricidade são os recursos com maior expressão no balanço energético regional. Também a energia eólica e a solar apresentam uma considerável importância entre as fontes de energia renováveis disponíveis.

A energia eléctrica é a única forma de energia secundária na Região e tem registado, desde 1994, taxas de crescimento superiores a 7%. Para garantir o abastecimento deste recurso, em boas condições e sem rupturas, têm sido realizados importantes investimentos destinados a dotar o sistema electroprodutor de capacidade adequada.

Paralelamente, tem sido efectuado um esforço significativo na valorização dos recursos energéticos renováveis de reduzido impacte ambiental. Assim, entre 1993 e 1997, verificou-se um reforço da participação deste tipo de recursos em cerca 4 pontos percentuais. De referir que, as emissões atmosféricas do sistema electroprodutor seriam 35% mais elevadas que as actuais, sem o recurso a fontes de energia renováveis.

A nível da utilização racional de energia, tem vindo a ser incentivada a redução dos consumos, através do recurso a sistemas de gestão e a equipamentos mais eficientes, em diversas actividades económicas e também no sector doméstico.

## **Transportes e Comunicações**

A nível das infra-estruturas rodoviárias tem sido desenvolvido, nos últimos anos, um significativo esforço de investimento com o objectivo de reforçar os níveis de acessibilidade intra-regional e a criação de uma rede hierarquizada de acessibilidades internas visando a estruturação e desenvolvimento equilibrado do território. Com a política adoptada nos últimos anos pretendeu-se, igualmente, contribuir para a diminuição de custos para os agentes

económicos, a redução de custos associados ao tráfego em trânsito e a melhoria dos circuitos turísticos.

A estratégia que tem vindo a ser prosseguida assenta na implementação de vários investimentos (alguns dos quais ainda não concluídos), os quais dirigiram-se principalmente para a construção de novas vias com características de vias rápidas e sua articulação com a rede viária envolvente e com os pontos de ligação ao exterior; construção de novas ligações mais rápidas e seguras ao norte da ilha da Madeira; melhoria da acessibilidade às zonas mais interiores e isoladas; requalificação da rede viária, em termos de sinalização e segurança e melhoria das condições de operacionalidade da rede em serviço. Além da finalização da rede viária principal e respectivas ligações a outras vias regionais ou municipais, persistem carências que se situam principalmente a nível da acessibilidade local e no domínio da estruturação urbana.

Os serviços de transportes são fortemente penalizados pelas características orográficas da Região, especialmente na Ilha da Madeira, as quais implicam maiores consumos de energia e níveis mais elevados de poluição, bem como um desgaste significativo das frotas de autocarros de transportes públicos, o que onera, significativamente, o custo global do transporte. Por outro lado, o recurso a meios de transporte alternativos é fortemente condicionado pela dimensão da Região e pelo seu relevo acidentado.

O planeamento e a gestão adequada dos sistemas de transporte resultam em vantagens ambientais e de qualidade de vida para a população residente e flutuante, sobretudo em meios urbanos. Assim, considera-se necessário desenvolver políticas nestes domínios que se traduzam nomeadamente: na promoção do transporte público; na implementação de um sistema Park-and-Ride (P&R) no Funchal, de modo a reduzir os volumes de tráfego individual e as necessidades de estacionamento no centro histórico; na gestão do tráfego urbano, tendo em vista a redução dos congestionamentos e dos impactos ambientais associados e na introdução de novos meios de transporte público não poluentes, adaptados à dimensão e características das cidades.

A Região depende, quase exclusivamente, do transporte marítimo para a realização das suas trocas comerciais com o exterior e, particularmente, para o seu abastecimento em produtos básicos.

Como reflexo das características da estrutura económica regional (elevado grau de abertura e dependência do exterior) verifica-se um profundo desequilíbrio no fluxo de mercadorias movimentadas, correspondendo as importações a 90% do volume total. Esta situação de desequilíbrio tem consequências negativas a nível dos custos, quer de transporte, quer de manuseio de mercadorias.

O Porto do Funchal é a principal infra-estrutura portuária da Região, sendo responsável por cerca de 52% das mercadorias movimentadas em 1997. Atendendo às suas actuais dimensões, à sua vocação polivalente (porto de cruzeiros, de pesca e de movimentação de mercadorias transportadas de modo

convencional ou contentorizado), este porto apresenta graus de saturação e incompatibilidade significativos, pelo que a sua reformulação se afigura fundamental. Apresenta também alguns pontos fracos, nomeadamente em termos de equipamentos portuários essenciais, da frota marítima de apoio às operações portuárias e de meios de combate à poluição.

Actualmente o Porto do Funchal é o segundo maior porto português em termos de mercado de cruzeiros que se encontra em crescimento a nível mundial. Movimentou em média, nos últimos anos, cerca de 100 000 passageiros em trânsito por ano, a que corresponderam cerca de 150 escalas. No âmbito de uma política de cooperação que tem sido desenvolvida com os portos das Ilhas Canárias, a Região tem vindo progressivamente a tornar-se numa zona alternativa do mercado de cruzeiros. No sentido de potenciar o desenvolvimento desta vocação, afigura-se necessário que, de uma forma progressiva, a movimentação de mercadorias seja transferida para o porto do Caniçal e que, paralelamente, sejam efectuados melhoramentos nas infra-estruturas terrestres relativas ao Porto do Funchal que permitam elevar a qualidade na prestação de serviços.

Face à crescente saturação entretanto verificada naquele porto, as infra-estruturas portuárias do Caniçal passam por um processo, que prosseguirá nos próximos anos, de adaptação e ampliação por forma a transformar o porto do Caniçal num porto moderno e com condições adequadas para o manuseio da maior parte das mercadorias da Região.

No que respeita às infra-estruturas para abastecimento de combustíveis à Região, afiguram-se necessários investimentos visando a transferência do sistema de armazenamento que actualmente se encontra instalado numa zona com aptidão para as actividades turísticas e balneares, para um local mais adequado, bem como a racionalização do sistema de abastecimento de combustíveis.

A nível das infra-estruturas portuárias da ilha do Porto Santo, consideram-se ainda necessários alguns investimentos visando a supressão das carências existentes e a diversificação da vocação do porto, dirigindo-a, nomeadamente, para a náutica de recreio e para o turismo de cruzeiros.

O desenvolvimento da Região passa também por actuações a nível dos serviços de transporte, no sentido de contemplar as especificidades de uma região insular e de assegurar boas ligações marítimas com o exterior e inter-ilhas em termos de regularidade e frequência.

No que respeita a infra-estruturas aeroportuárias, a ilha da Madeira ficará dotada, no ano 2000, de infra-estruturas adequadas para a realização de voos intercontinentais sem escalas técnicas e para a utilização de qualquer tipo de aeronave. Com os investimentos actualmente em curso melhorar-se-ão as possibilidades de comunicação, de desenvolvimento das trocas e de posicionamento da Região em termos de poder concorrer com outras zonas do globo na conquista de mercados turísticos.

A pista e a aerogare do aeroporto do Porto Santo foram melhoradas e modernizadas recentemente, não sendo previsível a necessidade de grandes intervenções nos próximos anos.

A nível das infra-estruturas básicas de telecomunicações, a Região dispõe de meios de grande capacidade nas ligações com o continente europeu e o resto do mundo (via cabo submarino e via satélite), bem como uma rede interna de telecomunicações e de TV por cabo modernas.

Em resultado de investimentos que permitiram o aproveitamento das oportunidades decorrentes da sua posição estratégica, a Região beneficia, nas suas ligações com o exterior, de redes suportadas pela amarração à Região de cabos submarinos de tecnologia recente com ligações a África, Europa e Américas. Estas infra-estruturas de grande qualidade vieram colocar a Madeira no mapa mundial das telecomunicações, possibilitando um crescimento assinalável do tráfego internacional circulando através da Região.

A Região dispõe, ainda, de uma estação terrena de satélites (Intelsat, Eutelsat, Inmarsat, Hispasat e Panamsat).

A rede TV por cabo, que é suportada por infra-estruturas cujas características técnicas permitem o desenvolvimento de diversos serviços, cobre já uma extensa área da ilha da Madeira. Prevê-se a expansão desta rede a toda a Região com recurso à utilização de diferentes tecnologias.

Existem ligações às redes nacionais dos operadores de GSM (telefone celular) e capacidades de acesso à Rede Digital Integrada de Serviços (RDIS).

Apesar das capacidades existentes a nível de infra-estruturas de circulação da informação e das tecnologias de comunicação, a procura ainda é fraca, devido à pequena dimensão económica do mercado e dos custos acrescidos na exploração das infra-estruturas com repercussões a nível dos preços dos serviços.

## **Dinâmica Urbana e Organização do Território**

A Região apresenta uma densidade populacional muito elevada (332 habitantes por km<sup>2</sup>).

Devido a factores geográficos, económicos e administrativos, o padrão de povoamento apresenta acentuadas diferenciações no espaço regional, ocorrendo, paralelamente, um tipo de povoamento muito disperso e fragmentado e uma excessiva concentração no litoral sul e, mais acentuadamente, no espaço central polarizado pelo Funchal. Este aglomerado urbano concentra cerca de 45% da população.

A evolução da população residente por concelhos, estimado pelo INE, indica algum crescimento em concelhos rurais mais afastados da zona de influência do Funchal, bem como no Porto Santo.

Na ilha do Porto Santo, o tecido urbano encontra-se disperso e degradado, devido ao crescimento anárquico gerado à margem da produção de solo urbano organizado.

A distribuição espacial das actividades económicas é também muito assimétrica, localizando-se a maior parte das empresas nos concelhos do litoral sul, na faixa entre os concelhos de Machico e Câmara de Lobos. A Ilha e concelho do Porto Santo detinha apenas 1,5% das empresas. O alojamento turístico está fortemente concentrado nos concelhos do Funchal e Santa Cruz, nos quais se localiza 85% da capacidade de alojamento.

Investimentos estruturais recentes (melhoria do Aeroporto, Zona Franca Industrial e zonas de localização de actividades fora do Funchal), estão a alargar, principalmente para a zona leste, a dinâmica territorial. A construção de eixos viários estruturantes já parcialmente concretizada, contribuirão para um funcionamento mais equilibrado do território e o desenvolvimento da rede urbana.

Impõe-se também a necessidade de intervenções, visando o aproveitamento e valorização de recursos regionais, a preservação do ambiente e da paisagem.

Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira e o Plano de Ordenamento Turístico, em preparação, permitirão disciplinar e enquadrar as intervenções no território, e em particular no litoral, no sentido de promover um desenvolvimento mais equilibrado do território e a valorização ambiental.

## **Ambiente**

A preservação e melhoria da qualidade do ambiente prende-se, particularmente, com aspectos relacionados com o saneamento básico e a gestão de resíduos, os recursos hídricos, a prevenção de riscos de erosão e de catástrofes naturais, a qualidade do ambiente urbano, a conservação da natureza, a protecção da biodiversidade e da paisagem e a qualificação do litoral.

O problema da gestão dos resíduos coloca-se de forma mais acentuada em ilhas com as dimensões e características das ilhas da Madeira e do Porto Santo devido, sobretudo, à fragilidade dos seus ecossistemas, à forte dependência do exterior e a dificuldades na obtenção de economias de escala mediante soluções locais de reciclagem. De salientar ainda que, dadas as especificidades insulares, a Região é confrontada com custos acrescidos para cumprir as mesmas exigências que as regiões continentais ao nível da gestão de resíduos sólidos urbanos, bem como da gestão de embalagens e seus resíduos.

O actual sistema de tratamento e destino final de resíduos sólidos existente na Região já não responde, de forma adequada, ao grande volume de produção de RSU (a qual, entre 1992 e 1996, cresceu a uma taxa média de 12,6%).

Dadas as vulnerabilidades do actual sistema, e atendendo à evolução prevista até ao ano 2016, foi elaborado o Plano Estratégico de Resíduos da RAM e equacionado um conjunto de investimentos e acções que visam a resolução, de forma global e integrada, do problema da gestão e valorização dos resíduos. Dos investimentos programados destaca-se o projecto "Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos", o qual já se encontra em curso.

Na ilha da Madeira as disponibilidades hídricas apresentam uma distribuição bastante diferenciada, oferecendo a costa Norte as maiores potencialidades, pelo que os aproveitamentos são, em regra, feitos das zonas altas para as baixas e do Norte para o Sul.

Desde meados deste século que o potencial das águas subterrâneas e superficiais tem vindo a ser sucessivamente rentabilizado, através de aproveitamentos que associaram a produção de energia eléctrica às actividades de captação e adução. As maiores obras hidráulicas em curso, ou em projecto, na ilha da Madeira, subordinam-se a uma lógica de interligação das principais origens, através da construção de sistemas multimunicipais, visando otimizar a satisfação das necessidades de abastecimento público, regadio e produção de energia face às efectivas disponibilidades do recurso.

Há ainda a necessidade de implementar um conjunto diversificado de intervenções quer ao nível da gestão das águas superficiais e subterrâneas, reforçando e/ou melhorando os sistemas de captação, transporte, tratamento e armazenagem de água, quer ao nível da melhoria quantitativa e qualitativa do abastecimento de água potável à população, aumentando o grau de cobertura actual da Região (que se situa na ordem dos 80%) bem como implementando um sistema de monitorização de perdas e de qualidade de água.

A ilha do Porto Santo é extremamente deficitária em água, o que está associado às características climáticas do arquipélago, as quais são semelhantes às do clima mediterrânico, bem como à natureza do solo e ao carácter torrencial dos cursos de água.

Apesar da construção de obras hidráulicas, naquela ilha, visando a captação das escorrências e águas superficiais (de que são exemplo as barragens e a existência de levadas, numa extensão aproximada de cerca de 10 km), as carências em disponibilidades hídricas obrigaram ao recurso a um processo de dessalinização da água do mar com base na qual é coberto, actualmente, cerca de 90% do consumo de água. O consumo no Verão chega a ser quase duplo em relação ao Inverno. Os recursos provenientes da reciclagem de águas residuais não têm neste momento significado prático prevendo-se, no entanto, a sua utilização para efeitos de rega.

No que respeita a águas residuais têm sido desenvolvidas importantes intervenções em termos de destino final de efluentes que servem as zonas de maior densidade populacional localizadas no litoral sul, de forma a evitar a contaminação do principal meio receptor - o mar. Nas zonas onde predomina a dispersão das habitações, e recurso à fossa séptica individual, apresenta-se

como a solução mais generalizada, a qual deverá continuar a ser adoptada, nomeadamente nas zonas altas interiores.

Persistem graves deficiências e/ou insuficiências a nível de redes de águas residuais, quer na cidade do Funchal, quer na generalidade dos concelhos rurais (onde o nível de cobertura ronda, actualmente, os 20%) bem como a nível dos sistemas de tratamento e destino final, pelo que está previsto um conjunto de intervenções articuladas que contribuirão para a valorização da faixa costeira e dos cursos de água.

O arquipélago da Madeira, devido às suas características morfológicas e climáticas, apresenta riscos de erosão consideráveis, pelo que se torna fundamental a implementação de intervenções, sobretudo nas zonas altas serranas da ilha da Madeira, de coberto vegetal empobrecido, nas ribeiras (através de medidas de correcção torrencial e arborização das margens), nos fundos marinhos e na costa litoral.

A Região dispõe de ecossistemas frágeis e recursos limitados, mas apresenta um património natural valioso e diversificado. A sua evolução natural e o seu isolamento relativo conduziram à obtenção de caracteres únicos a nível mundial, quer a nível da paisagem, quer mais especificamente em termos de espécies e habitats naturais.

Os problemas mais graves que se colocam à conservação das diferentes espécies e comunidades decorrem da introdução de espécies animais e vegetais, estranhas aos ecossistemas insulares, e de algumas incompatibilidades que se vêm verificando ao nível do uso do espaço e dos recursos.

Num reconhecimento dos valores presentes, foram sendo criadas, desde a década de 70, um conjunto de áreas protegidas, terrestres e marinhas, que integra o património natural mais importante e que faz da Madeira a Região do País com mais elevada percentagem de superfície abrangida por áreas classificadas no âmbito da conservação da natureza. Existem ainda várias outras áreas, localizadas quer na Madeira quer no Porto Santo que, devido à sua sensibilidade ecológica, deverão ter um uso condicionado, o que poderá ser garantido através da sua integração na Rede Natura 2000.

A nível do património natural, de valor científico, hidrológico e paisagístico, de crucial importância para o equilíbrio biológico e biofísico, merece especial destaque a Laurissilva que, ocupando cerca de 14 954 ha (cerca de 20% da ilha da Madeira), constitui a maior mancha contínua desta floresta característica da Macaronésia, cujo notável estado de conservação lhe valeu o reconhecimento internacional e lhe permitiu conquistar o título de Reserva Biogenética do Conselho da Europa e de Património Mundial Natural da UNESCO. Também pelo notável registo histórico e estético que constituem, encontram-se candidatas a Património Mundial Cultural da UNESCO três das mais importantes "levadas" da Madeira.



Importa, assim, reforçar os meios afectos à conservação da natureza e assegurar a compatibilização do desenvolvimento económico com os objectivos de protecção, nomeadamente evitando pressões sobre os sistemas naturais, terrestres e marinhos.

A qualidade visual da paisagem da Região constitui também um valor patrimonial a preservar, sendo um elemento essencial do produto turístico. Importa actuar a nível do controlo dos principais factores da sua degradação e promover acções valorizadoras da paisagem rural e urbana.

A qualidade do ambiente urbano, que envolve diversos domínios, constitui igualmente, e cada vez mais, um aspecto fundamental na melhoria da qualidade de vida e um factor de atracção turística.

A nível do ruído, a principal fonte de poluição sonora advém do tráfego rodoviário, sobretudo nas principais áreas urbanas, constatando-se ainda problemas agravados devido à falta de isolamento acústico das construções e à coexistência de funções urbanas conflituantes, cuja minimização passará pela adopção de medidas de gestão do tráfego rodoviário, pelo isolamento sonoro dos edifícios, através da utilização de materiais adequados na construção civil e pela utilização de equipamentos mais eficientes e menos ruidosos pelas unidades industriais.

A gestão da qualidade do ar deverá ser reforçada, quer através de uma monitorização mais eficaz, quer através de medidas que minimizem as emissões, nomeadamente a nível do planeamento e gestão de tráfego e da utilização de combustíveis menos poluentes.

## **Condições de Vida e Desenvolvimento Social**

As condições de vida e de acessibilidade aos serviços e equipamentos beneficiaram, na década de 90, de melhorias nalguns domínios, principalmente ao nível da saúde, da segurança social, do acesso ao desporto e das condições de conforto dos agregados domésticos. No entanto, persistem algumas condições deficientes.

No que respeita aos níveis de consumo das famílias, a Região apresenta uma posição desfavorável no contexto nacional em termos de despesa média per capita. Apesar da melhoria registada entre 1990 e 1995, este indicador representava, no período referido, 69,7% da média nacional.

Segundo o Inquérito aos Indicadores de Conforto das Famílias e no que respeita às condições básicas dos alojamentos - electricidade, água canalizada e instalações sanitárias -, registou-se uma melhoria generalizada no período 1990/97, embora continue a existir uma parcela significativa de alojamentos que não apresentam condições básicas de conforto, nomeadamente em termos de água canalizada no interior do alojamento e de dotação de instalações sanitárias completas.

No que respeita à posse de bens de equipamento, mais directamente associados a níveis mais elevados de bem estar, regista-se uma melhoria significativa, entre 1990 e 1997. De registar que, a nível de computadores pessoais, os valores são relativamente baixos na Região comparativamente ao Continente, enquanto que, no que respeita à renovação do parque automóvel, a situação é inversa.

A Região, apesar da considerável recuperação dos últimos 20 anos, apresenta ainda um evidente défice estrutural no sector da habitação, o qual tem origem em aspectos de ordem quantitativa e qualitativa. Os factores que têm condicionado negativamente o acesso à habitação resultam, sobretudo, de importantes constrangimentos ligados ao elevado custo de construção, o que deriva, em grande medida, de particularidades insulares, nomeadamente escassez de solos, estruturas morfológicas e orográficas difíceis, elevada densidade populacional e elevado custo dos materiais importados. Estima-se que, na Região, o custo da construção deverá ser superior, em cerca de 35%, à média do Continente.

Para além da existência de um desequilíbrio entre a procura e a oferta de habitação, a situação neste sector continua, também, a ser caracterizada, em termos qualitativos, pela existência de um grande número de habitações dispersas que não dispõem das condições mínimas de habitabilidade e que não têm acesso às redes públicas de saneamento básico, o que ocorre especialmente nas moradias unifamiliares das zonas rurais.

No sentido de fazer face aos problemas habitacionais mais prementes, tem vindo a ser desenvolvida uma política pública de apoio à habitação, visando particularmente as famílias mais carenciadas, através da construção para arrendamento social. A intervenção pública tem-se dirigido, também, a famílias de rendimentos intermédios.

Apesar do apoio que tem sido concedido a um vasto segmento da população, persiste ainda uma acentuada carência de fogos, sobretudo destinados a famílias mais penalizadas pelo diferencial entre os seus rendimentos e o custo da habitação.

O acesso a uma habitação em regime de arrendamento social constitui um factor importante para a melhoria das condições de vida das famílias mais carenciadas. Contudo, existem outros factores que influenciam negativamente o desenvolvimento sócio-económico destas famílias, nomeadamente o fraco grau de escolaridade ou analfabetismo, o fraco nível cultural, a falta de formação profissional, a precariedade do emprego ou mesmo desemprego, o desenraizamento e dificuldade de integração no novo espaço físico e de vizinhança e a incidência de hábitos de alcoolismo. Estes factores conduzem, por vezes, à desestruturação das famílias e a situações de negligência familiar, delinquência e conseqüente marginalização. Pela análise dos rendimentos dos agregados mais carenciados, beneficiários do regime de arrendamento social, verifica-se que cerca de 42% não chegam a dispor, por mês, de um rendimento equivalente ao salário mínimo.

Assim, são ainda necessárias outras infra-estruturas e equipamentos complementares visando a integração destas famílias, bem como apoios que facilitem a inserção social.

A solução do problema habitacional das famílias com necessidade de ajuda pública passa por um conjunto de medidas orientadas para a resolução dos problemas específicos dos diferentes estratos populacionais.

É de reforçar que, além das iniciativas no sentido de se produzir mais habitação, impõe-se o incremento das iniciativas dirigidas à revitalização e reabilitação do parque habitacional público e privado e, em simultâneo, de iniciativas ao nível das infra-estruturas públicas e equipamentos sociais, com o objectivo de integrar socialmente as populações carenciadas, num processo de resposta global a problemas de natureza sócio-económica.

No domínio da protecção social as maiores carências prendem-se com a existência de comunidades e grupos populacionais com problemáticas específicas, conducentes à sua exclusão social, e com o apoio aos idosos, que vêm assumindo um peso crescente na estrutura etária da população.

No sector da saúde verificaram-se, nos últimos anos, algumas melhorias importantes em diversas áreas, nomeadamente ao nível de equipamentos, de serviços, de recursos humanos e da acessibilidade.

A generalidade dos indicadores de saúde e de alguns indicadores demográficos revelam uma significativa melhoria na área da saúde, embora se registem alguns desvios relativamente aos níveis nacionais e comunitários.

A esperança de vida à nascença tem acompanhado a tendência crescente verificada a nível do País, embora mantendo um desvio negativo relativamente à média nacional. Em 1992/93 este indicador era de 71,7 anos na Região contra 74,5 anos no País.

A evolução da mortalidade infantil vem acompanhando a tendência decrescente registada a nível nacional. No entanto, o valor deste indicador sócio-económico situava-se ainda, em 1996, acima da média do País (6,7‰ face a 6,4‰ no País).

O nível de alguns indicadores do estado de saúde obrigam ao reforço de acções junto da população em geral, com particular incidência na mulher e na criança, em determinados grupos populacionais, bem como a nível da população idosa.

A nível das estruturas hospitalares, existem insuficiências e/ou inadequação de instalações e carência de equipamentos, especialmente em determinadas valências, nos serviços de urgência e nas áreas de serviço de apoio geral.

No sector dos cuidados de saúde primários, constata-se a necessidade de melhorar a funcionalidade dos serviços prestados, o que deverá passar,

nomeadamente, pela construção e remodelação de alguns centros de saúde e pela adopção de medidas de fixação de clínicos gerais.

Deverão prosseguir acções visando a melhoria da eficiência e da eficácia dos serviços de saúde, bem como a melhoria do atendimento dos utentes.

As acções desenvolvidas nos últimos anos na área da cultura - a nível de museus, bibliotecas, património e animação cultural - vêm criando uma dinâmica de valorização da cultura. Assim, têm vindo a ser desenvolvidas acções visando a recuperação e restauração de valores patrimoniais regionais e locais. Foram criados novos espaços de animação cultural com salas para exposições e conferências, nomeadamente a nível local, propiciando o desenvolvimento de actividades culturais regulares e a animação turística.

Persistem, todavia, grandes carências a nível de infra-estruturas e equipamentos sócio-culturais, destinados à animação e a uma fruição cada vez mais alargada dos bens culturais. É também premente a realização de um trabalho integrado de preservação e recuperação do património histórico-cultural, bem como a dinamização do sector museológico e das bibliotecas e arquivos e correspondente acervo cultural.

A nível dos serviços de educação, têm vindo a ser criadas condições que contribuem para a melhoria do acesso em todos os níveis de ensino, incluindo a educação pré-escolar. No entanto, dado que é ainda relativamente baixo o nível educacional da população, continua a ser exigível uma grande atenção a esta área.

O desporto constitui uma das práticas sociais que podem contribuir para a qualidade de vida das populações, pelo que tem merecido particular atenção dos poderes públicos da Região.

No âmbito da política desportiva regional, o apoio financeiro a associações desportivas e à alta competição, o desenvolvimento do parque desportivo e a formação desportiva têm sido as áreas de intervenção mais salientes.

Na área das instalações desportivas, tem sido dada prioridade à construção de instalações em espaços escolares, de modo a permitir a sua utilização partilhada com o desporto federado em horário não coincidente com o período das actividades escolares.

A área das instalações desportivas beneficiou de um acréscimo de 72% na década de 90. Existem infra-estruturas desportivas em todos os concelhos, embora se verifique uma distribuição diferenciada.

No domínio específico da ocupação dos tempos livres dos jovens, tem vindo a ser apoiada a criação de infra-estruturas destinadas aos movimentos associativos. No entanto, persistem pontos fracos, nomeadamente insuficiências a nível de organizações, de espaços e serviços destinados aos jovens.

**QUADRO I.1 – Indicadores Sócio-económicos**

<b>INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS</b>	<b>1991</b>	<b>1997</b>
População em 30.06 (n.º)	253 426	258 650
Densidade Populacional (hab/km2)	325	332
Taxa de Natalidade (‰)	13,6	12,1
Taxa de Mortalidade (‰)	10,1	9,9
Taxa de excedente de vida (‰)	3,6	2,1
Taxa de saldo migratório (‰)	- 4,4	2,7
	<b>1991</b>	<b>1995</b>
Estrutura Etária da População (%)		
-0-14 anos	23,6	21,4
-15-64 anos	64,7	66,6
-65 e mais anos	11,7	12,0
Índice de dependência total (%)	54,7	50,1
Índice de dependência jovens (%)	36,6	32,1
Índice de dependência idosos (%)	18,1	18,0
Índice de Envelhecimento (%)	49,3	55,9
	<b>1990</b>	<b>1995</b>
<b>INDICADORES ECONÓMICOS</b>		
VAB p.m. (106 Esc.) Distribuição do VAB por ramo (%)	162 301	292 557
-Agricultura	6,2	3,5
-Pesca	0,7	0,7
-Energia	3,9	4,3
-Indústria	7,0	5,5
-Construção	9,8	8,7
-Comércio	9,9	10,6
-Hotéis e Restaurantes	12,1	11,2
-Outros	50,4	55,5
PIB/Hab. (103 Esc.)	687	1 242
PIB/Hab (PPS) EUR 15=100 (%)	41	55
<b>TURISMO – HOTELARIA</b>	<b>1990</b>	<b>1998</b>
Estabelecimentos (n.º)	85	167
Pessoal ao Serviço (n.º)	4 491	5 426
Capacidade de Alojamento (n.º)	13 419	19 996
Hóspedes (n.º)	520 515	634 024
-Estrangeiros	403 939	503 119
-Nacionais	116 576	130 905
Dormidas (n.º)	3 256 178	4 483 127
-Estrangeiros	2 766 315	3 959 824
-Nacionais	489 863	523 303
Taxa de Ocupação (%)	67,4	62,9
Estadia Média (dias)	6,3	5,9
-Estrangeiros	6,8	6,4
-Nacionais	4,2	3,6

<b>AGRICULTURA</b>	<b>1989</b>	<b>1997</b>
N.º de Explorações c/SAU	23 148	16 833
SAU (ha)	7 012	7 315
Dimensão Média Expl. (ha)	0,3	0,43
N.º Blocos/Exploração Rendimento do Agregado (%)	3,6	3,6
-exclusivamente da exploração	11,1	9,3
Mão-de-obra Familiar (incluindo produtor)	52 440	37 669
-permanente 0-49%	77,1	74,3
-permanente 100%	3,4	5,4
-Mão-de-obra Não Familiar	1 329	2 771
-permanente 0-49%	33,9	55,3
-permanente 100%	47,9	10,4
<b>PESCA</b>	<b>1990</b>	<b>1997</b>
Descarga de Pescado (ton.)	9 638	11 067
-Tunídeos e Similares	4 041	4 178
-Peixe Espada Preto	2 857	4 023
-Cavala	967	1 663
-Chicharro	1 333	792
-Outras Espécies	440	411
Tonelagem Média (TAB/embarcação)	6,69	10,52
Potência Média (kW/embarcação)	71,2	79,8
<b>EMPREGO</b>	<b>1992</b>	<b>1997</b>

Distribuição do emprego por sectores (%)		
-Agricultura	13,1	10,4
-Indústria	20,7	15,8
-Construção	12,9	11,8
-Comércio	10,6	12,1
-Hotéis e Restaurantes	10,1	9,0
Taxa de Actividade (%)		
-Total	46,3	44,3
-H	52,7	51,3
-M	40,5	38,4
Taxa de Desemprego (%)		
-Total	3,3	5,2
-H	3,0	5,2
-M	3,6	5,4
-Jovens	9,1	13,4
-H	6,3	11,6
-M	13,3	16,5

<b>INDICADORES DE SAÚDE</b>	<b>1990</b>	<b>1997</b>
Médicos por 1000 habitantes		1,56
Camas por 1000 habitantes		7,5
Enfermeiros por 1000 habitantes	1,42	3,5
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica por 1000 hab.	3,5	0,64
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	12,1	6,7

<b>INDICADORES DE CONFORTO E BEM-ESTAR</b>	<b>1990</b>	<b>1997</b>
Alojamentos (%) com: -Água canalizada no interior	77,4	95,0
-Electricidade	95,0	64,6
-Instalações fixas	87,0	50,7
banho/duche	50,7	39,2
Agregados (%) com: -Televisão	3,6	0,5
-Telefone	0,5	25,0
-Máquina Lavar Roupa		84,3
-Máquina Lavar Louça		75,7
-Computador Pessoal		15,3
-Automóvel		9,6
		49,0

## **II. Apreciação dos resultados dos principais instrumentos de desenvolvimento com apoio comunitário**

Com base no seu Estatuto Político-Administrativo a Região tem vindo a elaborar planos de desenvolvimento de médio prazo, dos quais os realizados no último decénio coincidiram com o período de vigência dos quadros comunitários de apoio a Portugal, respectivamente 1990/1993 e 1994/1999. Há uma coincidência bastante forte entre os objectivos estratégicos definidos em 1990 e 1994 conforme se deduz do quadro seguinte:

<b>RAM 1990</b>	<b>RAM 1994</b>
• Reforço do potencial económico	• Reforçar o potencial económico
• Melhoria da situação do emprego	• Valorizar o potencial humano e promover a melhoria da situação no emprego
• Elevação do nível de rendimento e de qualidade de vida da população	• Promover a melhoria do nível de rendimento e da qualidade de vida das populações
• Redução das assimetrias intra-regionais	• Reduzir as assimetrias internas de desenvolvimento
	• Proteger e melhorar a qualidade do ambiente

*Fontes: POP 1990-93 e PMP 1994-99*

Aquela coincidência revela uma política de continuidade, a qual se justifica tendo em conta que:

- Por maior que tivesse sido o impacte do QCA I na Região dificilmente seriam concretizados na íntegra os objectivos definidos.
- Os fundos inerentes ao QCA I foram, em boa medida e devido às tradicionais debilidades estruturais da Região, dirigidos preferencialmente para infra-estruturas físicas indispensáveis, cujos impactos se farão sentir a médio e longo prazo, quer directamente, quer como "possibilitadores" de projectos e acções de natureza mais imaterial.
- Os efeitos da aplicação do POPRAM I ao incidirem primordialmente na integração e na melhoria da eficiência da economia regional, contribuíram para o processo de aproximação às metas estabelecidas e inerentes aos diversos grandes objectivos.

Os grandes objectivos atrás referidos foram desagregados nos seguintes eixos/vectores estratégicos:

RAM 1990	RAM 1994
• Melhoria das infra-estruturas e equipamentos	• Melhoria das infra-estruturas e equipamentos básicos
• Melhoria de níveis de instrução e incremento da formação profissional e do nível de qualificação de mão de obra	• Melhoria de níveis de instrução e de formação profissional e sua adaptação ao mercado de trabalho
• Melhoria do acesso ao mercado	• Melhoria do acesso ao mercado
• Densificação e fortalecimento da malha produtiva regional	• Fortalecimento e melhoria da base produtiva regional
• Criação de uma base produtiva	• Desenvolvimento de uma base industrial de exportação
• Desenvolvimento dos serviços internacionais	
• Desenvolvimento dos serviços avançados de turismo	• Desenvolvimento de serviços
• Preservação do ambiente e ordenamento do uso do solo	• Preservação do ambiente e ordenamento do uso do solo
• Aumento das exportações agrícolas	

Para além do factor continuidade, o quadro demonstra ainda a existência de uma certa evolução (adicionalidade) que deriva do papel transformador dos esforços financeiros e operacionais que o QCA I possibilitou.

Para além da manutenção do esforço financeiro nos domínios das infra-estruturas e do ensino e formação profissional, o grande acréscimo relativo recai no eixo/vector "melhoria de acesso ao mercado". Este facto revela o progresso verificado a montante do "acesso ao mercado" durante a vigência do POPRAM I. Ou seja, este vector estratégico ganhou peso relativamente aos demais precisamente devido aos efeitos estruturais e basilares verificados durante o quadriénio 90-94.

São de assinalar acréscimos, embora mais modestos, no sector dos serviços, que continuam a assumir uma importância fundamental na economia da Região.

Tomando por referência o período de dez anos correspondentes à vigência dos dois quadros comunitários (1990-99), a intervenção sobre os sectores estratégicos que constituem estrangulamentos estruturais da Região, sustentada na utilização intensa de recursos públicos (ajudas comunitárias, comparticipação nacional e orçamento regional), seguiu, segundo as vertentes de actuação predominantes, o seguinte padrão:

No POPRAM I (1990-93):

- reforço da dotação de equipamentos sociais visando a melhoria dos indicadores de cobertura de serviços básicos, com reflexos sobre as condições/qualidade de vida das populações;
- alargamento e melhoria qualitativa da rede de estabelecimentos de formação escolar e profissional, visando o aumento dos níveis de escolarização e qualificação inicial;



- concentração de investimentos na melhoria das acessibilidades interna e externa, visando a redução dos tempos médios de deslocação, a maior integração económica intra-regional e a criação de condições aeroportuárias para melhorar, a prazo, as ligações externas (neste caso com o apoio da Iniciativa REGIS I);
- reforço da dotação de infra-estruturas produtivas, visando a localização de actividades industriais que contribuam para corrigir a debilidade da estrutura produtiva regional (por exemplo a criação do Parque Industrial da Zona Oeste e Zona Franca Industrial).

No POPRAM II (1994-99) que por integrar as quatro vertentes (FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP) é considerado um mini QCA, evidenciam-se os seguintes aspectos:

- Investimentos nas condições materiais de suporte ao desenvolvimento regional:
  - por um lado, prosseguindo o esforço de eliminação dos constrangimentos de carácter infra-estrutural e de atenuação dos efeitos negativos da insularidade, em termos de dependência e de integração de mercado;
  - por outro, privilegiando investimentos no âmbito das telecomunicações e em infra-estruturas tecnológicas e de investigação, infra-estruturas avançadas que se inscrevem numa óptica de integração regional, tanto nos movimentos de globalização económica como nas exigências em matéria de inovação e mudança sócio-económica;
- Investimentos na estruturação da economia regional, que abrangem:
  - apoios ao desenvolvimento da base produtiva, com destaque para a reconversão e modernização da frota pesqueira, os incentivos à reestruturação das explorações agrícolas, à comercialização e transformação das produções primárias e, ainda, os apoios ao desenvolvimento da base industrial;
  - desenvolvimento dos serviços em sentido lato, incluindo a formação escolar superior, a qualificação profissional e uma paleta de serviços que visa contribuir para reforçar o posicionamento internacional da Madeira (inovação, ciência e tecnologia, interface da zona franca com o "off-shore" bancário, diversificação e valorização da oferta turística regional).

A evolução da importância dos diversos vectores estratégicos que estruturaram os programas operacionais para a Região, evidenciam a continuidade das intervenções estruturais ao longo da década. Em síntese, deve assinalar-se:

- maior ênfase na base produtiva regional, evoluindo da diversificação para a melhoria de eficiência;

- redução global do peso estratégico dos vectores associados à extroversão da economia regional no domínio produtivo, em favor de uma maior incidência nos serviços e na melhoria das condições de acesso ao mercado;
- menor incidência dos vectores associados às condições materiais de desenvolvimento não directamente económicas.

#### Recursos Financeiros Mobilizados e Apreciação dos Resultados no âmbito do QCA II

O pacote financeiro global atribuído à Região para o período 1994/99 revelou-se, à partida, insuficiente para a execução de um programa operacional plurifundos que constitui o instrumento privilegiado da implementação da estratégia de desenvolvimento da Região delineada no Plano de Médio Prazo relativo àquele período.

Para a escassez de recursos financeiros contribuíram, fundamentalmente, por um lado, o tratamento incorrecto dado a investimentos de carácter nacional (os quais foram englobados no envelope financeiro regional unicamente por se realizarem no território da RAM) e, por outro, o volume de projectos transitados do anterior QCA (peso do passado).

No que concerne a investimentos de carácter nacional, especial destaque deverá ser dado ao projecto de ampliação do Aeroporto da Ilha da Madeira cujo co-financiamento comunitário (cerca de 41 milhões de contos) limitou fortemente o montante de verbas a afectar ao POPRAM II.

Refira-se ainda, o caso do projecto da Universidade da Madeira que, não obstante as diligências efectuadas pelo Governo Regional para a sua inclusão no PRODEP, teve de ser considerado no POPRAM II, absorvendo cerca de 3,2 milhões de contos de apoio FEDER.

Relativamente ao "peso do passado", este constituiu uma forte condicionante à aprovação de projectos igualmente importantes e essenciais para o desenvolvimento regional, representando 40% e 30%, respectivamente, nas componentes FEDER e FEOGA-O do Programa.

O envelope financeiro estimado para a Região no período 1994/99, conforme ilustra o Quadro II.1, e com base nas candidaturas aprovadas até 31/12/98, ascende a cerca de 159 milhões de contos, a que corresponde um investimento elegível na ordem dos 268 milhões de contos.

#### - POPRAM II

O Programa Operacional Plurifundos para a RAM 1994-1999 (POPRAM II) está estruturado em Subprogramas e Medidas (vide Quadro II.2).

De acordo com a Decisão em vigor, em 31/12/1998, o montante global de apoio comunitário ascende a 84 427 mil contos (Quadro II.3) e representa

60,5% do custo total, sendo a sua repartição por Fundo a seguinte: FEDER (68,2%), FSE (17,1%), FEOGA-O (12,3%) e IFOP (2,4%).

A situação do Programa reportada à referida data confirma a escassez de recursos financeiros que lhe foram atribuídos. A boa performance de execução financeira, em todas as componentes com particular relevância para o FEDER, pode ser verificada no Quadro II.4.

Embora tenham sido concedidos, em 1998, dois reforços para a componente FEDER, um no âmbito da reprogramação do QCA II (Mid Term Review), no montante de 5,5 milhões de contos, e o outro resultante do exercício de afectação do deflactor para 1998, no valor de 2,5 milhões de contos, não deixa de ser preocupante a situação em que o Programa se encontra.

No que se refere às outras componentes do Programa, os reforços concedidos, até ao momento, atingem o montante global de 3,9 milhões de contos, repartido da seguinte forma: 2 milhões - FSE, 900 mil - FEOGA-O e 1 milhão - IFOP.

Estes montantes são ainda insuficientes não só para fazer face ao conjunto de intenções de investimento em carteira, mas também para corresponder às expectativas criadas.

#### - Componente FEDER

O valor das aprovações, até 31 de Dezembro de 1998, corresponde a 96,8 milhões de contos de despesa pública e a 66 milhões de contos de participação FEDER, o que se traduz numa situação de overbooking face ao montante FEDER programado, na Decisão, para 1994/99. Isto é, o volume de compromissos assumidos, ultrapassa em 8,5 milhões de contos o plafond FEDER previsto na Decisão (15%).

A despesa pública executada, até 31/12/98, ascende a 81,2 milhões de contos, justificando uma participação FEDER de 53,7 milhões de contos.

No âmbito desta componente e no período 1994/98 foram aprovados co-financiamentos a projectos em diferentes domínios e de natureza muito diversificada, a seguir identificados:

#### - Conhecimento e Inovação

Neste domínio foram aprovadas 10 candidaturas relativas a infra-estruturas de ensino básico/secundário, técnico-profissional e universitário, um sistema integrado de informação (REI) e um projecto de "Equipamento Escolar".

#### - Infra-estruturas Portuárias

Os projectos aprovados neste âmbito ("Porto de Pesca e Estaleiro Naval", "Grande Reparação do Molhe Exterior da Pontinha", "Ampliação do Cais de Pesca do Porto Novo" e "Terminal Marítimo do Porto Novo") revelam um grau

de execução muito elevado. Espera-se, com estes projectos, uma melhoria significativa dos serviços prestados, pela diversificação da oferta de unidades portuárias, bem como a criação de pólos de desenvolvimento sócio-económico ao longo da costa.

#### - Infra-estruturas Viárias

Na acessibilidade regional destacam-se as grandes vias de comunicação nomeadamente, a Cota 200 e sua ligação ao Campo da Barca, a Via Rápida Câmara de Lobos/Ribeira Brava e a 1ª fase da Via Rápida Funchal/Aeroporto, as quais se encontram fisicamente concluídas. Com a realização destes projectos pretende-se dar continuidade aos grandes eixos viários de modo a criar condições para dinamizar a actividade económica e garantir uma maior desconcentração urbanística, bem como permitir ligações rápidas e fluídas às infra-estruturas de acesso ao exterior.

Quanto à Acessibilidade Local, foram aprovados caminhos municipais, com os quais se pretende melhorar a acessibilidade, nomeadamente, em zonas de interesse turístico e/ou de aptidão agrícola.

#### - Infra-estruturas Energéticas

Foram aprovados e estão concluídos os projectos "Aproveitamento dos Fins Múltiplos da Ribeira dos Socorridos" e "Ampliação da Central Termoeléctrica da Vitória - Grupo 13". Com a realização destes investimentos pretendeu-se reduzir a dependência energética da Região face ao exterior através da racionalização do sistema electroprodutor, valorizando e aproveitando deste modo, também, os recursos regionais.

#### - Indústria e Artesanato

Foram aprovados projectos na área das Infra-estruturas de Apoio ao Desenvolvimento da Actividade Industrial ("Parque Industrial da Zona Oeste", "Infra-estruturas Básicas da Zona Franca Industrial" e "Construção de Pavilhões Industriais") e na área da Defesa, Valorização e Renovação do Artesanato Regional.

#### - Turismo

Neste sector e do conjunto de projectos aprovados destacam-se infra-estruturas turísticas (Reis Magos e Frente Mar), investimentos de valorização do património cultural de interesse turístico (Forte de N.ª S.ª da Conceição e Centro Histórico do Funchal) e investimentos de promoção e animação turística (Festas de Fim de Ano, da Flor, do Vinho Madeira e do Carnaval).

A realização daqueles investimentos contribuirá para um melhor aproveitamento da orla marítima, a salvaguarda e valorização do património histórico-cultural e uma maior e mais abrangente promoção do destino turístico.

#### - Apoios à Actividade Empresarial

Os projectos aprovados neste domínio, num total de 69, visam contribuir, de forma selectiva, para a mobilização do potencial endógeno das empresas regionais e para a promoção do acesso a mercados externos.

Do lote de projectos aprovados, refira-se que 67 dizem respeito a investimentos apoiados através do Sistema de Incentivos de Apoio à Actividade Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SIDERAM).

Na área da "Cooperação e acesso a mercados externos", foram ainda aprovados 6 projectos cujo objectivo central diz respeito à melhoria da imagem integrada do destino e produtos regionais.

#### - Saúde

Os 5 projectos aprovados (4 Centros de Saúde e 1 Laboratório de Hemodinâmica com Angiografia Digital) visam essencialmente proporcionar o acesso equitativo dos cidadãos aos cuidados de saúde, a melhoria da qualidade dos serviços de saúde, e uma maior integração e funcionalidade dos serviços existentes.

#### - Infra-estruturas de Abastecimento de Água

Foram aprovadas 11 candidaturas, com as quais se pretende atingir os seguintes objectivos: o aproveitamento racional dos recursos hídricos, a melhoria das condições do abastecimento de água a diversos núcleos urbanos ou rurais e, conseqüentemente, a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento das actividades económicas.

#### - Infra-estruturas de Saneamento Básico

Os projectos em execução no âmbito das Infra-estruturas de Saneamento Básico vão no sentido de, nomeadamente, dotar áreas habitadas com sistemas de águas residuais eficazes, melhorar os sistemas existentes de águas residuais e melhorar os sistemas de recolha, transporte, armazenagem e tratamento de resíduos sólidos.

#### . Componente FSE

Em 31 de Dezembro de 1998, a taxa de aprovação para o período 1994/98 ascendia a 120,6% em termos de despesa pública.

Em relação àquele período, a taxa de execução relativamente à despesa programada, é de 96,7%.

No âmbito desta componente os apoios concedidos incidiram nas seguintes áreas:

#### - Formação Profissional

Os projectos aprovados inseriram-se no quadro das prioridades estabelecidas, nomeadamente: criação líquida de emprego, modernização do tecido empresarial e Rendimento Mínimo Garantido.

Receberam formação 40 544 formandos, distribuídos pelos seguintes domínios: 64% na "Formação Profissional para activos de todos os sectores de actividade, excepto o turismo"; 7% na "Formação Profissional de Jovens fora do Sistema de Ensino"; 3% na "Formação Profissional de Desempregados" e 14% na "Formação de Formadores".

#### - Emprego

Os apoios concedidos nesta área foram orientados para:

- . Contratação e Criação de Actividades Independentes (criação de 1 181 postos de trabalho e apoio a 627 entidades);
- . Criação de Iniciativas Locais de Emprego (criação de 312 postos de trabalho e apoio a 99 entidades);
- . Reinserção e Ocupação Temporária de Desempregados (criação de 697 postos de trabalho e apoio a 2 882 pessoas);
- . Formação e Apoio à Actividade de Agentes de Desenvolvimento (criação de 19 postos de trabalho).

#### . Componente FEOGA-O

No âmbito do "Desenvolvimento Agrícola e Rural", a execução financeira acumulada, até 31 de Dezembro de 1998, é de 100% relativamente à despesa pública programada para o mesmo período.

Foram aprovados, até 31 de Dezembro de 1998, um total de 1 855 projectos de investimento repartidos pelas seguintes submedidas:

#### - Infra-estruturas Agrícolas

Foram aprovados projectos no âmbito dos Regadios (beneficiando uma área de 3 128,8 ha), dos Caminhos Agrícolas e Rurais (construção ou melhoramento de caminhos rurais na extensão total de 14 023,8 m, beneficiando o acesso a 1 183 explorações agrícolas) e da Electrificação Rural (electrificação de 33 explorações agrícolas, envolvendo uma área de 60 ha).

#### - Apoio às Explorações Agrícolas

Os projectos aprovados neste âmbito inserem-se na Melhoria da Eficácia das Explorações Agrícolas (177 projectos, que envolveram, nomeadamente, ajudas à primeira instalação dos jovens agricultores), na Reconversão, Diversificação e Reorientação da produção (110 projectos aprovados, dos quais se destacam

os referentes à Reconversão e Reestruturação da Bananeira - tendo sido reestruturados 1,9 ha, reconvertidos 0,5 ha e melhoradas as condições de produção em 23,6 ha) e na Melhoria das Estruturas Vitivinícolas (reestruturação de 12 ha).

- Florestas

Foram aprovados 10 projectos de investimento que irão permitir reflorestar uma área aproximada de 25,33 ha.

- IED, Formação e Organização

Foram aprovados 3 projectos que contemplam a área da investigação aplicada, dos quais dois são estudos associados à cultura do antúrio (um sobre bactérias e outro sobre nemátodos).

- Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas

Foram aprovados 6 projectos de investimento, de entre os quais merecem destaque o "Centro de Abastecimento Horto-Frutícola de Santana", o "Centro de Abastecimento Horto-Frutícola dos Prazeres", o "Centro Abastecedor de Produtos Agrícolas do Funchal" e a "Adega de São Vicente". De registar que a sua realização contribuirá para a concentração e normalização da produção agrícola.

. Componente IFOP

Esta componente, no domínio da "Modernização das Pescas e Desenvolvimento das Actividades Marinhas", permitiu o co-financiamento, até 31/12/1998, de 74 projectos. A execução financeira dos mesmos, corresponde a 90% da despesa programada para aquele período.

A distribuição por acções, dos projectos aprovados é a que consta do quadro seguinte:

- Intervenções operacionais sectoriais

As Intervenções Operacionais Sectoriais, de âmbito nacional, em aplicação na Região no período 1994/99, como se pode constatar no Quadro II.1 - "Recursos mobilizados - Participações Comunitárias", atrás apresentado, são as seguintes:

I.O. Indústria - Projectos sobretudo no domínio da indústria transformadora.

I.O. Comércio - Projectos integrados, visando, fundamentalmente, a modernização do tecido empresarial.

I.O. Turismo

e Cultura - Projectos visando sobretudo a construção de novos hotéis e estalagens de 4 estrelas, bem como a remodelação e adaptação do parque hoteleiro existente, incluindo estalagens.

I.O. Educação - Equipamento móvel para o ensino e investigação na área da educação física e desporto.

I.O. Ciência - Conclusão do Centro de Investigação e Tecnologia da Madeira e estudos de investigação, em especial nos domínios da matemática, física e biologia.

I.O. Telecomunicações - Ampliação do nó de comutação digital do Funchal.

I.O. Energia - Instalação de 2 aerogeradores de potência unitária de 225 kW; instalação de um Sistema Axergie para aquecimento de águas quentes sanitárias e instalação e substituição de equipamentos para redução do consumo de energia.

PPDR - Sistema de Incentivos Regional - RIME

Até 31/12/98 foram aprovados um total de 89 projectos nas seguintes áreas: agricultura (1); indústria (11); construção (5); comércio (25); serviços (34) e turismo (13).

Note-se que, em 30 de Novembro de 1999, o número de projectos aprovados era 393, a que correspondia um investimento elegível de 5 489 240 contos, referindo-se a maior percentagem às áreas do comércio e dos serviços - cerca de 68%.

- Iniciativas Comunitárias

## REGIS II

O Subprograma Madeira no âmbito desta Iniciativa é constituído pelas seguintes Medidas:

M1 - Ampliação do Aeroporto do Funchal - 1ª. fase

Esta Medida que representa 91% do total da contribuição comunitária atribuída ao Subprograma Madeira, é constituída por um único projecto denominado "Ampliação do Aeroporto do Funchal - 1ª. fase", sendo um investimento estratégico para o desenvolvimento da Região.

A ampliação deste aeroporto constitui a infra-estrutura mais importante em curso na Região, a qual permitirá ultrapassar as actuais restrições à utilização do aeroporto por parte de diversos tipos de aeronaves, contribuindo para atenuar, de forma decisiva, o isolamento próprio de uma região insular e ultraperiférica e, assim, estimular o desenvolvimento regional e as trocas com o exterior, em particular a procura e competitividade do mercado turístico madeirense.



Refira-se que o projecto em execução no âmbito desta Iniciativa Comunitária, faz parte de um projecto mais vasto a realizar, na sua globalidade, ao longo do período 1991/1999, e que atingirá um investimento total de cerca de 87,3 milhões de contos, cujos objectivos são o prolongamento da pista de 1 800 para 2 781 metros e a construção das necessárias instalações aeroportuárias.

## M2 - Dinamização Empresarial e Cooperação Inter-Regional

Esta Medida representa 4,1% do total da contribuição comunitária atribuída ao Subprograma Madeira. Até 31/12/98 foram aprovadas cinco candidaturas, sendo três no âmbito da cooperação inter-regional com as Regiões Ultraperiféricas nos domínios da gestão de resíduos sólidos urbanos e especificamente dos resíduos de embalagens, da pesca e aquacultura e da promoção de cruzeiros.

As restantes duas candidaturas referem-se a missões empresariais nomeadamente com Moçambique e Cabo Verde, pretendendo-se com estas reforçar e diversificar a base produtiva regional, aumentar a competitividade e a capacidade empresarial insular.

## M3 - Dinamização Agrícola

Esta Medida representa 4,9% do total da contribuição comunitária atribuída ao Subprograma Madeira.

Em 1997 foi aprovada a candidatura denominada "Programa de Luta Autocida contra a Mosca da Fruta".

Este projecto, que se reveste de características inovadoras, tem por objectivo o controlo dos níveis populacionais da mosca da fruta nas ilhas da Madeira e Porto Santo, para níveis que não causem prejuízo aos agricultores de modo a contribuir para a produção de frutas de qualidade, evitando a utilização de métodos químicos prejudiciais ao meio ambiente e beneficiando a fruticultura regional.

## LEADER II

Do conjunto diversificado de projectos aprovados e em desenvolvimento no âmbito desta Iniciativa que tem como objectivo principal a dinamização do desenvolvimento rural, destacam-se os que se enquadram nas Medidas: "Apoio técnico ao desenvolvimento rural"; "Apoio à diversificação das actividades económicas"; "Valorização e Comercialização dos Produtos Agrícolas, Silvícolas e da Pesca Local" e "Preservação e Valorização do ambiente natural e da qualidade de vida".

No âmbito da Medida "Apoio à diversificação das actividades económicas", merece especial relevo os projectos nas áreas do turismo em meio rural (ou turismo de habitação), da modernização do sector empresarial - PME's, e do artesanato.

## EMPREGO

A iniciativa Comunitária "Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos" visa apoiar o relançamento do emprego e promover a solidariedade e a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Cobre, actualmente, quatro eixos:

NOW - apoia acções inovadoras da formação profissional das mulheres.

HORIZON - apoio a inserção profissional dos deficientes.

YOUTHSTART - favorece a inserção profissional dos jovens sem qualificações.

INTEGRA - pretende melhorar o acesso ao mercado de emprego dos grupos vulneráveis.

## ADAPT

A Iniciativa Comunitária ADAPT visa, nomeadamente, facilitar a adaptação dos trabalhadores às mutações tecnológicas.

Na Região, e no âmbito das Iniciativas "Emprego" e "Adapt" têm vindo a ser desenvolvidos projectos que envolvem a participação de parceiros de outras Regiões da União Europeia, sobretudo nos domínios do Emprego e da Formação Profissional.

## - FUNDO DE COESÃO

No âmbito deste Fundo foram aprovados os seguintes projectos:

- "Interligação das Principais Origens de Água Potável da Ilha da Madeira" - com o objectivo de aumentar a capacidade de adução de água potável à cidade do Funchal e concelhos limítrofes (Santa Cruz, Machico e, indirectamente, Câmara de Lobos). Pretende-se construir os necessários sistemas adutores de interligação que aproveitem, racionalizem e permitam a optimização da gestão de caudais disponíveis.

- "Ampliação do Aeroporto Intercontinental da Ilha da Madeira" - trata-se de um projecto complementar ao projecto em execução no âmbito do REGIS II e integra, fundamentalmente, a parte restante da Fase I (prolongamento da pista de 1 800 para 2 336 metros) e a Fase II (prolongamento de 2 336 para 2 781 metros).

As principais razões de base que fundamentaram a implementação deste projecto consistem em:

- atenuar o isolamento desta região insular em que o transporte aéreo assume importância vital;

- fortalecer as correntes turísticas que demandam a Região:
- para um crescimento sustentado do turismo é condição indispensável resolver eficazmente os actuais problemas e limitações aeroportuárias;
- para um mercado turístico que se pretende de elevado nível, os factores de confiança e segurança são essenciais, importando eliminar todos os constrangimentos actualmente existentes;
- com a ampliação da infra-estrutura aeroportuária será possível acolher, sem limitações, aeronaves do tipo "Wide-body", transportadoras de novos fluxos turísticos importantes, os quais, de outra forma se poderiam reorientar para outras regiões turísticas concorrentes.

O projecto "Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos da Madeira - 1ª. Fase" cujo co-financiamento foi aprovado em Novembro de 1999, contribuirá para a implementação de uma solução integrada de gestão dos RSU produzidos na Região Autónoma da Madeira.

Pelo facto do período de execução do Projecto na sua globalidade integrar a transição de um período de programação para outro (de 1994/1999 para 2000/2006) houve necessidade de faseá-lo em duas candidaturas, perspectivando-se a aprovação da 2ª. Fase no início do ano 2000. A realização integral do investimento contribuirá para a consecução dos seguintes objectivos:

- reforço da capacidade de tratamento e destino final dos resíduos sólidos produzidos nas ilhas da Madeira e Porto Santo, através de soluções fiáveis e tecnologicamente testadas, que não potenciam, directa ou indirectamente, impactes ambientais significativos e permitam a valorização dos resíduos, nomeadamente através da recuperação energética;
- reforço da capacidade de recolha selectiva permitindo a recuperação, reutilização e/ou reciclagem de todas as componentes susceptíveis de valorização;
- prevenção da produção de resíduos, através da sensibilização e educação ambiental;
- preservação, protecção e melhoria da qualidade do ambiente e, consequentemente, protecção da saúde das populações e melhoria da sua qualidade de vida.

Do atrás exposto, e considerando o período 1993-99, o impacte do QCA II na Região, quando comparado com outras regiões do País, em termos de PIB per capita, é o que consta do Quadro II.6.

Da leitura do referido quadro, conclui-se que a Região Autónoma da Madeira em termos absolutos deverá assim registar um maior crescimento (+8,6%), do que a média nacional (+4,6%), a que não é alheio o facto de partir, em 1993,

de uma base muito baixa, e de obedecer a uma estratégia de desenvolvimento que tem mantido uma certa continuidade e coerência. Em termos relativos, a Região seria a mais penalizada do País caso não tivesse havido QCA II, situação esta que deriva do facto da sua economia não permitir, ainda, por si só, gerar os meios financeiros necessários ao seu desenvolvimento.

## II - APRECIÇÃO DOS RESULTADOS DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO COM APOIO COMUNITÁRIO

RAM 1990	RAM 1994
-Reforço do potencial económico	-Reforçar o potencial económico
-Melhoria da situação do emprego	-Valorizar o potencial humano e promover a melhoria da situação no emprego
-Elevação do nível de rendimento e de qualidade de vida da população	-Promover a melhoria do nível de rendimento e da qualidade de vida das populações
-Redução das assimetrias intra-regionais	-Reduzir as assimetrias internas de desenvolvimento
	-Proteger e melhorar a qualidade do ambiente

Fontes: POP 1990-93 e PMP 1994-99

Os grandes objectivos atrás referidos foram desagregados nos seguintes eixos/vectores estratégicos:

RAM 1990	RAM 1994
-Melhoria das infra-estruturas e equipamentos	-Melhoria das infra-estruturas e equipamentos básicos
-Melhoria de níveis de instrução e incremento da formação profissional e do nível de qualificação de mão de obra	-Melhoria de níveis de instrução e de formação profissional e sua adaptação ao mercado de trabalho
-Melhoria do acesso ao mercado	-Melhoria do acesso ao mercado
-Densificação e fortalecimento da malha produtiva regional	-Fortalecimento e melhoria da base produtiva regional
-Criação de uma base produtiva	-Desenvolvimento de uma base industrial de exportação
-Desenvolvimento dos serviços internacionais	-Desenvolvimento de serviços
-Desenvolvimento dos serviços avançados de turismo	
-Preservação do ambiente e ordenamento do uso do solo	-Preservação do ambiente e ordenamento do uso do solo
-Aumento das exportações agrícolas	

Quadro II.1

Recursos mobilizados - Participações comunitárias  
(Valores aprovados)

31.12.98 Unid: 1 000 esc.

	Invest. Elegível	Participação Comunitária					TOTAL
		FEDER	FSE	FEOGA-O	IFOP	F. Coesão	
POPRAM II (1)	134 273 789	65 940 040	11 589 010	10 634 482	2 446 055		90 609 587
Intervenções Operacionais Sectoriais (2)	52 346 803	14 261 382	309 855				14 571 237
IO Indústria	22 850 721	7 630 231	309 855				
IO Comércio	4 237 583	1 236 033					
IO Turismo-Cultura	22 273 485 *	3 765 627 *					
IO Educação	23 228	17 421					
IO Ciência	705 738	529 303					
IO Telecom	745 004	372 502					
IO Energia	228 564	66 380					
IO PPDR							
Sist. Inc. Reg. - RIME	1 282 480	643 885					
<b>TOTAL QCA II (3)=(1)+(2)</b>	<b>186 620 592</b>	<b>80 201 422</b>	<b>11 898 865</b>	<b>10 634 482</b>	<b>2 446 055</b>		<b>105 180 824</b>
Iniciativas Comunitárias (4)	15 020 665	11 899 991	342 871	340 000			12 582 862
IC REGIS II	13 817 000	11 401 000		340 000			
IC LEADER II	746 504	492 836					
IC EMPREGO	307 293	6 155 *	230 470				
IC ADAPT	149 868		112 401				
<b>TOTAL QCA II E INICIATIVAS (5)=(3)+(4)</b>	<b>201 641 257</b>	<b>92 101 413</b>	<b>12 241 736</b>	<b>10 974 482</b>	<b>2 446 055</b>		<b>117 763 686</b>
Fundo de Coesão (6)	66 766 538 **					41 312 043	41 312 043 **
<b>TOTAL QCA II, INICIATIVAS E FUNDO DE COESÃO (7)=(5)+(6)</b>	<b>268 407 795 **</b>	<b>92 101 413</b>	<b>12 241 736</b>	<b>10 974 482</b>	<b>2 446 055</b>	<b>41 312 043</b>	<b>159 075 729 **</b>

(\*) Valores provisórios

(\*\*) Inclui a candidatura "Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos da Madeira - 1ª. Fase", aprovada em 22/11/99, com um investimento elegível de 9 291 881 contos e uma participação de 6 205 537 contos.

Quadro II.2

ESTRUTURA DO PROGRAMA

SUBPROGRAMA	MEDIDAS	COMPONENTE
<p>• SUBPROGRAMA 1:</p> <p>QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bases do Conhecimento e Inovação</li> <li>• Formação Profissional</li> <li>• Acções para o Desenvolvimento do Emprego</li> </ul>	<p>FEDER</p> <p>FSE</p> <p>FSE</p>
<p>• SUBPROGRAMA 2:</p> <p>DESENVOLVIMENTO DE FACTORES DE COMPETITIVIDADE E DO POTENCIAL ENDÓGENO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Infra-estruturas de Apoio ao Desenvolvimento</li> <li>• Desenvolvimento da Indústria e do Artesanato</li> <li>• Valorização e Aproveitamento do Potencial Turístico</li> <li>• Desenvolvimento Agrícola e Rural</li> <li>• Modernização da Pesca e Desenvolvimento de Actividades Marinhas</li> <li>• Mobilização do Potencial de Iniciativa Endógena</li> </ul>	<p>FEDER</p> <p>FEDER</p> <p>FEDER</p> <p>FEOGA</p> <p>IFOP</p> <p>FEDER</p>
<p>• SUBPROGRAMA 3</p> <p>QUALIDADE DE VIDA E PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento e Melhoria da Oferta dos Serviços de Saúde</li> <li>• Infra-estruturas e Redes de Abastecimento de Água</li> <li>• Infra-estruturas de Saneamento Básico</li> <li>• Renovação Urbana e Protecção Ambiental</li> </ul>	<p>FEDER</p> <p>FEDER</p> <p>FEDER</p> <p>FEDER</p>
<p>• SUBPROGRAMA 4:</p> <p>GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO POPRAM</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Componente FEDER</li> <li>• Componente FSE</li> <li>• Componente FEOGA</li> <li>• Componente IFOP</li> </ul>	<p>FEDER</p> <p>FSE</p> <p>FEOGA</p> <p>IFOP</p>

Quadro II.3

POPRAM II - Contribuição Comunitária

Unid. 1000 esc.

ANO	CONTRIBUIÇÃO POR FUNDO				
	FEDER	FSE	FEOGA-O	IFOP	TOTAL
1994	5 899 580	1 068 371	1 038 666	0	8 006 617
1995	13 596 616	2 736 702	1 215 481	147 313	17 696 112
1996	18 211 201	2 927 865	1 013 406	304 325	22 456 797
1997	6 140 453	2 905 839	1 962 148	760 004	11 768 444
1998	7 777 261	2 592 622	2 091 274	430 016	12 891 173
1999	5 925 849	2 237 172	3 025 265	419 508	11 607 794
<b>TOTAL</b>	<b>57 550 960</b>	<b>14 468 571</b>	<b>10 346 240</b>	<b>2 061 166</b>	<b>84 426 937</b>

1 ecu = 202,075)

FONTE: Decisão C (1998) 1251, de 17/06/98

Quadro II. 4

POPRAM II - Despesa Pública Programada e Executada - Valores Acumulados 1994-98

Unid. Mil contos

Fundos	Total 1994-98			Financiamento Comunitário 1994-98			Financiamento Nacional 1994-98		
	Prog.	Exec.	Ex/Prog.	Prog.	Exec.	Ex/Prog.	Prog.	Exec.	Ex/Prog.
	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)	(4)	(5)	(6)=(5)/(4)	(7)	(8)	(9)=(8)/(7)
FEDER	87 773	81 193	93%	51 625	53 669	104%	36 148	27 524	76%
FSE	14 391	13 531	94%	12 232	11 500	94%	2 159	2 031	94%
FEOGA-O	9 941	9 699	98%	7 320	7 218	99%	2 621	2 481	95%
IFOP	2 292	2 068	90%	1 641	1 550	94%	651	518	80%
<b>TOTAL</b>	<b>114 397</b>	<b>106 491</b>	<b>93%</b>	<b>72 818</b>	<b>73 937</b>	<b>102%</b>	<b>41 579</b>	<b>32 554</b>	<b>78%</b>

Fonte: Relatórios de execução do POPRAM II  
Decisão C(1998) 1251, de 17/06/98



Quadro II.5

Projectos Aprovados por Acção

Unid. 1000 esc.

DESIGNAÇÃO (ACÇÃO)	Nº.	INVESTIMENTO ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	
			Montante	Taxa
Ajustamento do Esforço de Pesca	16	267 090	200 318	75%
Renovação e Modernização da Frota de Pesca	46	2 131 224	1 065 612	50%
Zonas Marinhas Protegidas	1	56 500	42 375	75%
Transformação e Comerc. dos Prod. da Pesca	8	1 803 578	901 789	50%
Equipamento dos Portos de Pesca	3	81 404	40 702	50%
<b>TOTAL</b>	<b>74</b>	<b>4 339 796</b>	<b>2 250 796</b>	<b>52%</b>

Quadro II.6

PIB per capita, em PPC - Projecções para 1999 -  
Cenário "com QCA II"

Unid: EUR15=100

	1993	1999	Acréscimo
	(1)	(2)	(3=2-1)
Norte	59.6	65.6	+6.0
Centro	55.2	62.1	+6.9
LVT	87.4	89.3	+1.9
Alentejo	54.4	61.2	+6.8
Algarve	70.6	71.4	+0.8
Açores	49.2	49.7	+0.5
Madeira	50.5	59.1	+8.6
<b>Portugal</b>	<b>67.7</b>	<b>72.3</b>	<b>+4.6</b>

Fonte: Eurostat - REGIO database e cálculos próprios

### III. Oportunidades e Desafios de Desenvolvimento

#### Síntese das Forças e Fraquezas, Oportunidades e Ameaças

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de um património natural e paisagístico muito valioso, diversificado e protegido.</li> <li>• Importância da Madeira como pólo turístico internacional inserido em redes de grandes operadores turísticos.</li> <li>• Existência de condições edafo-climáticas favoráveis à prática da maioria das culturas hortícolas, incluindo a floricultura, e frutícolas, quer temperadas, quer subtropicais.</li> <li>• Valorização de produtos regionais específicos (vinho, bordados, vimes, frutos subtropicais, flores).</li> <li>• Frota de pesca renovada e dimensionada em função dos recursos haliéuticos conhecidos e existência de recursos humanos com qualificações melhoradas.</li> <li>• Forte dinâmica do sistema financeiro e de serviços internacionais, associada à existência do Centro Internacional de Negócios.</li> <li>• A universidade constituindo um pólo importante de recepção e difusão de informação científica.</li> <li>• Estrutura demográfica com taxa de juventude superior à média, quer nacional, quer comunitária.</li> <li>• Capacidades criadas a nível de estruturas de formação profissional (nomeadamente nas áreas do turismo e agricultura) e de escolas profissionais com uma melhoria gradual das qualificações intermédias e do nível de escolarização dos trabalhadores.</li> <li>• Progressos recentes a nível dos eixos viários principais, estruturantes do território.</li> <li>• Infra-estruturas aeroportuárias de qualidade, a partir do ano 2000.</li> <li>• Meios de grande capacidade, a nível de infra-estruturas de telecomunicações, nas ligações com o continente europeu e o resto do mundo (via cabo submarino e via satélite) e rede interna de telecomunicações e TV por cabo modernas.</li> <li>• Gestão estratégica dos recursos hídricos na Ilha da Madeira (em contraste com a escassez desses recursos no Porto Santo).</li> <li>• Ligações privilegiadas às comunidades de emigrantes (vide África do Sul e Américas).</li> <li>• Governo próprio, abrindo a possibilidade de melhor adequação de políticas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Situação insular, localização distanciada das regiões centrais e exiguidade do mercado regional.</li> <li>• Grande dependência do Continente nas ligações à União Europeia e ao resto do Mundo e custos acrescidos de transporte.</li> <li>• Fortes constrangimentos estruturais de carácter permanente decorrentes de características adversas da estrutura física do território.</li> <li>• Grande sensibilidade e vulnerabilidade em termos ambientais.</li> <li>• Pequena dimensão do território, dificultando a obtenção de níveis de eficiência de alguns equipamentos e serviços.</li> <li>• Padrão de especialização produtiva muito vulnerável e pouco diversificado, fraco desenvolvimento da cadeia de valor num contexto de grande abertura ao exterior e fraco domínio dos circuitos de comercialização.</li> <li>• Estrutura agrária de "microfúndio".</li> <li>• Desajustamentos entre a procura e a oferta de qualificações e persistência de uma grande debilidade da estrutura qualitativa da mão-de-obra.</li> <li>• Insuficiência de infra-estruturas e equipamentos de ensino, nos vários níveis, particularmente no ensino tecnológico e profissionalizante.</li> <li>• Deficientes condições de acessibilidade intra-regional, particularmente a nível local e inter-ilhas.</li> <li>• Deficiência a nível de infra-estruturas portuárias e de apoio às actividades associadas ao mar.</li> <li>• Insuficiências a nível de infra-estruturas e serviços em áreas ligadas às tecnologias de produção, à qualidade e certificação.</li> <li>• Padrão de povoamento muito diferenciado no espaço regional, ocorrendo paralelamente um tipo de povoamento muito disperso e fragmentado e uma excessiva concentração no litoral sul e, mais acentuadamente, no espaço central polarizado pelo Funchal.</li> <li>• Deficiente estruturação da rede urbana, verificando-se a existência de áreas urbanas degradadas e debilidades na relação urbano-rural.</li> <li>• Actividade da pesca centrada num reduzido número de espécies e vulnerabilidades às flutuações das capturas de espécies migratórias (nomeadamente tunídeos).</li> <li>• Carência de infra-estruturas de saneamento básico ambiental e custos acrescidos para cumprimento de padrões de qualidade ambiental (vide resíduos sólidos).</li> </ul>

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização da posição privilegiada no espaço atlântico e condições para uma participação no conhecimento e exploração dos oceanos.</li> <li>• Oportunidades comerciais propiciadas pela abertura de novas vias para os produtos tradicionais e certificados num determinado âmbito geográfico, bem como pela existência de um segmento de procura que valoriza alimentos saudáveis.</li> <li>• Possibilidades abertas pela reforma da PAC (reforço da importância das medidas agro-ambientais) para valorizar a função da agricultura na manutenção e conservação da paisagem humanizada característica da Região e no equilíbrio ecológico e social.</li> <li>• Renovação das vantagens competitivas da oferta turística, diversificando o produto turístico oferecido (congressos e incentivos, turismo desportivo, golfe e desportos náuticos, turismo activo, eco-turismo, turismo de cruzeiros e de grupos com interesses científicos ligados ao ambiente).</li> <li>• Consolidação da procura turística, na sequência do prolongamento da pista do aeroporto do Funchal.</li> <li>• Condições favoráveis, no âmbito da Zona Franca, para o desenvolvimento de actividades industriais e actividades de serviços, envolvendo a área financeira internacional e outros serviços internacionais.</li> <li>• Alargar as cadeias de valor nas actividades económicas: racionalização dos circuitos de comercialização, integração de produções e serviços avançados.</li> <li>• Vantagens comparativas, relativamente às regiões continentais, no domínio do aproveitamento de recursos energéticos renováveis (nomeadamente de origem hídrica, solar, eólica e da biomassa) e da utilização racional de energia, através de sistemas de gestão e equipamentos mais eficientes.</li> <li>• Reforço das estruturas científicas e tecnológicas, de criação recente (Universidade da Madeira e Complexo Científico e Tecnológico), do interface com as actividades económicas e da participação em redes de I&amp;D.</li> <li>• Condições de desenvolvimento e utilização de diversos serviços associados às telecomunicações e às tecnologias de informação, abrindo perspectivas para a redução das desvantagens, no processo de desenvolvimento, da situação ultraperiférica.</li> <li>• Desenvolvimento da fileira da construção (segmento habitação, recuperação urbano-patrimonial e conservação/beneficiação de infra-estruturas, nomeadamente rodoviárias).</li> <li>• Condições privilegiadas (reconhecidas por organizações internacionais) para o conhecimento, conservação e valorização da biodiversidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Riscos de maior marginalização decorrentes de insuficiente capacidade de adaptação dos sistemas educativo, de formação e de ciência e tecnologia, às novas exigências da Sociedade da Informação e do mercado de trabalho.</li> </ul>

## Principais Desafios de Desenvolvimento

Tendo em conta as forças e fraquezas, por um lado, e as ameaças e oportunidades, por outro, colocam-se à Região Autónoma da Madeira grandes desafios que exigem uma adequada estratégia de desenvolvimento, integrando intervenções orientadas, nomeadamente, para:

- Reforço das condições que visem um maior equilíbrio e articulação no funcionamento dos subespaços regionais e na divisão regional do trabalho, nomeadamente através: de medidas de apoio ao desenvolvimento de centros secundários alternativos, de acordo com o modelo de ordenamento do território aprovado no POTRAM; de investimentos em infra-estruturas básicas (saneamento e abastecimento de água); de investimentos e medidas no domínio da habitação e de equipamentos sociais e culturais complementares; de medidas que promovam a mobilidade inter-concelhia e a nível local; do incentivo à exploração de oportunidades de criação de emprego e à formação de parcerias de projecto ao nível local, que se constituam em instrumentos de aproveitamento eficaz e eficiente de recursos endógenos; do desenvolvimento de alianças estratégicas entre os parceiros sociais, as organizações vocacionadas para o desenvolvimento e outras associações (de municípios e de desenvolvimento local) de modo a garantir, a prazo, uma relação mais positiva entre promoção do desenvolvimento e coesão social e económica;
- Requalificação dos centros urbanos na perspectiva da integração social e económica, intervindo nomeadamente: na recuperação de áreas urbanas degradadas (óptica da melhoria da qualidade de vida vs. óptica da melhoria da imagem urbano-ambiental); na protecção do património cultural com sensibilização dos residentes para as vantagens urbano-económicas do mesmo; na promoção de acções de formação profissional (qualificação e reconversão) orientadas para o acesso ao emprego de grupos sociais desfavorecidos, atenuando os efeitos da exclusão social urbana;
- Valorizar o espaço rural, melhorando as condições de vida em geral, criando fontes de rendimento e oportunidades de emprego complementares ou alternativas para os agricultores (serviços associados ao turismo e ao ambiente, artesanato, serviços de proximidade);
- Valorizar o papel da agricultura e da floresta, assegurando a sustentação de explorações de autoconsumo e de escoamento difuso para o mercado que desempenhem funções de equilíbrio ambiental e de composição da paisagem;
- Promover o desenvolvimento integrado e sustentável da Ilha do Porto Santo, dinamizando as capacidades endógenas, através de intervenções multissetoriais, nomeadamente na área das infra-estruturas e equipamentos básicos, das infra-estruturas e serviços de apoio ao turismo, da regeneração biofísica, dos recursos hídricos, da formação de recursos humanos, dos transportes marítimos e aéreos e da gestão do sistema urbano;

- Reforçar a cooperação inter-institucional visando uma actuação articulada e integrada em domínios estratégicos para o desenvolvimento regional e local, através da Agência de Desenvolvimento Regional recentemente criada;
- Preservar, recuperar e promover a gestão sustentável dos recursos naturais estratégicos (com especial relevância para a água, os recursos marinhos, a floresta e a paisagem) e valorizar o património natural, já integrado em áreas protegidas (que reúne algumas espécies e habitats naturais de características únicas a nível mundial e possui valor científico, hidrológico e paisagístico);
- Promover o ordenamento e valorização dos cursos de água, reforçando, nomeadamente, a segurança dos centros urbanos;
- Defesa e valorização da escala regional em termos urbanísticos;
- Prevenir graves disfunções ambientais das actividades económicas, garantindo o cumprimento do normativo ambiental;
- Melhorar a gestão dos resíduos sólidos urbanos, em conformidade com um elevado padrão de qualidade ambiental;
- Reforçar a capacidade de tratamento e destino final dos efluentes urbanos, de modo a melhorar os níveis de atendimento, em aglomerados populacionais de dimensão significativa, através de soluções de destino final consonantes com as directivas comunitárias vigentes;
- Reforçar a articulação da rede viária e a ligação aos grandes eixos, de modo a assegurar a integração dos espaços regionais; promover a melhoria da operacionalidade aos pontos de ligação das ilhas com o exterior e às principais zonas de actividade industrial; melhorar a acessibilidade às zonas mais interiores; beneficiar, requalificar e conservar a rede viária em termos de segurança e condições de circulação e promover medidas de racionalização do sistema de transportes terrestres, envolvendo, de uma forma integrada, o transporte particular e o transporte colectivo;
- Prosseguir os investimentos em infra-estruturas portuárias no Caniçal (para movimentação de mercadorias e apoio às pescas), de modo a conferir-lhes melhores condições de operacionalidade e os requisitos necessários a uma prestação de serviços de qualidade; vocacionar o Porto do Funchal como um porto de destino de cruzeiros e criar condições para a dinamização da actividade marítima de lazer, nomeadamente no que respeita à náutica de recreio, náutica desportiva e para o desenvolvimento de zonas balneares;
- Melhorar as condições de transporte marítimo e aéreo, nomeadamente de produtos perecíveis da agricultura e das pescas;
- Assegurar a continuidade de boas ligações marítimas com o exterior e inter-ilhas (Madeira e Porto Santo), estabelecidas de forma regular, frequente e que atenda às especificidades de uma região insular;

- Atender à necessidade de serem asseguradas ligações aéreas regulares, entre o Continente e a Região, numa óptica de serviço público;
- Potenciar as oportunidades decorrentes da situação geoestratégica de "fronteira da Europa" e das infra-estruturas de internacionalização e de outras condições já existentes;
- Desenvolver as infra-estruturas e serviços associados à Sociedade da Informação e promover a adopção de políticas activas que reforcem as possibilidades e capacidades de acesso aos conhecimentos, de modo a evitar uma situação de desvantagem significativa relativamente às regiões centrais melhor equipadas e mais desenvolvidas;
- Assegurar a igualdade de oportunidades educativas ao longo da vida, alargar a base dos que frequentam a escola, com sucesso, em todos os níveis de ensino e criar condições para uma efectiva integração numa sociedade cada vez mais global e exigente em conhecimento;
- Reforçar a formação e fixação de competências na Região, abrangendo o desenvolvimento da oferta de formação escolar e profissional em quatro direcções: a formação escolar de elites em áreas de excelência com potencial competitivo; a formação orientada para a melhoria das condições de inserção na vida activa, nomeadamente através do reforço do ensino tecnológico e profissionalizante; a formação visando a reconversão profissional; a formação de competências estratégicas para a modernização das empresas (o que significa uma actuação persistente do lado da procura empresarial, ligando a formação aos projectos de investimento e inovação);
- Potenciar e incentivar o desenvolvimento tecnológico e a capacidade de inovação e reforçar a participação em redes nacionais e internacionais, sobretudo em torno de domínios de elevada relevância estratégica para o desenvolvimento regional (p.e., biologia marítima, ambiente e energia, sociedade da informação, fileira da cultura);
- Promover a cooperação visando, principalmente, o desenvolvimento de projectos de inovação, a troca de experiências, a melhoria do acesso ao mercado e a procura de soluções para problemas comuns às regiões, nomeadamente as ultraperiféricas;
- Melhorar a eficiência da base empresarial e produtiva, alargando a cadeia de valor, promovendo uma maior integração produtiva, estimulando as actividades mais dinâmicas e as que se pretende venham a constituir as áreas de excelência da economia regional, reforçando a internacionalização e a captação de novos investimentos, bem como a capacidade organizativa empresarial tendo em vista uma resposta adequada aos desafios decorrentes da globalização e, particularmente, da integração na economia europeia;

- Consolidar a procura turística, diversificando mercados. Modernizar os empreendimentos, melhorar a qualidade dos serviços prestados e diversificar a oferta;
- Dinamizar actividades empresariais na Zona Franca, desenvolver as funções de apoio à iniciativa empresarial e a oferta de serviços de excelência por parte das unidades científicas e tecnológicas do Complexo Científico e Tecnológico, de modo a maximizar os efeitos sociais e económicos dos vultuosos investimentos associados a essas actividades;
- Criar condições para que as produções agrícolas regionais (frescas e transformadas) sejam mais concorrenciais, quer ao nível do mercado local, quer ao nível do mercado externo;
- Pugnar por uma política comunitária de apoios específicos a produções regionais e de derrogações a medidas de carácter estrutural no âmbito da PAC, de modo a evitar o progressivo abandono da actividade agrícola;
- Criação de condições para uma maior equidade social, nomeadamente através: da melhoria do acesso aos conhecimentos; da promoção directa de habitação para famílias mais carenciadas e da implementação de outras formas de apoio dirigido a famílias com rendimentos médios/baixos; da revalorização social das pessoas idosas; do reforço de estruturas e serviços de apoio a grupos desfavorecidos e em risco; do apoio ao desenvolvimento de programas integrados, com o envolvimento da sociedade civil, tendo em vista prevenir e procurar combater todas as formas de exclusão social;
- Promover programas regionais tendentes à promoção da saúde, com incidência nos principais problemas de saúde e correspondentes factores de risco;
- Promover os ajustamentos necessários a nível das estruturas hospitalares, de modo a melhorar a prestação de cuidados diferenciados nas áreas mais carenciadas e de cuidados de saúde de carácter urgente, reordenar e melhorar a funcionalidade da rede de centros de saúde (incluindo medidas de fixação de clínicos gerais), estabelecer uma melhor articulação entre cuidados primários e cuidados diferenciados e desenvolver o sistema de informação da saúde;
- Reforçar os investimentos no âmbito da Protecção Civil, nomeadamente na aquisição de adequados sistemas de prevenção e de protecção nas áreas do socorro e assistência em situações de emergência e de calamidade;
- Modernizar os serviços e a actuação da Administração Pública junto dos beneficiários directos das políticas públicas e estimular a transformação progressiva do emprego público em oportunidades de organização, de tipo empresarial, de actividades de serviços (manutenção e reparação de vias e edifícios, arranjo de espaços verdes, animação turística, gestão e protecção ambiental, etc.).

## **IV. Objectivos e Estratégia**

Tendo em conta as características, as potencialidades e a dinâmica de desenvolvimento criada na Região, bem como os exigentes desafios que se apresentam num enquadramento externo marcado por um intenso processo de integração e expansão a nível europeu e pela globalização, a política a desenvolver no período 2000-06 deverá orientar-se no sentido de propiciar condições que, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e de coesão interna, se dirijam ao reforço da capacidade de afirmação da economia regional em áreas de especialização estratégicas, onde existam ou possam ser criadas vantagens comparativas e condições de competitividade na economia global em que se insere. Deverá também, de forma articulada, dirigir-se à superação de debilidades e insuficiências da base económica e social.

Para operar as necessárias transformações estruturais no sentido apontado, foram definidos os seguintes grandes objectivos:

**Objectivo 1 - REFORÇAR A COMPETITIVIDADE E O POSICIONAMENTO GEOESTRATÉGICO DA ECONOMIA MADEIRENSE;**

**Objectivo 2 - PROMOVER O EMPREGO E A EMPREGABILIDADE DO POTENCIAL HUMANO;**

**Objectivo 3 - ASSEGURAR A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E PRESERVAR OS VALORES AMBIENTAIS.**

A concretização dos grandes objectivos enunciados passa pela prossecução de objectivos específicos, segundo grandes domínios/áreas de intervenção que, seguidamente, se explicitam:

- Fortalecer e promover a eficiência da base empresarial e produtiva;
- Melhorar as acessibilidades externas e promover uma utilização eficiente das capacidades existentes em termos de infra-estruturas físicas e de serviços de transportes e comunicações;
- Reforçar o desenvolvimento das infra-estruturas e serviços associados à Sociedade da Informação;
- Reforçar a valorização dos recursos humanos e a capacidade de inovação;
- Promover a coesão interna e a melhoria da qualidade de vida;
- Preservar e valorizar o ambiente e o património natural, urbano e cultural;
- Promover a melhoria da qualidade dos serviços da Administração Pública.



## Objectivo 1 - REFORÇAR A COMPETIVIDADE E O POSICIONAMENTO GEOESTRATÉGICO DA ECONOMIA MADEIRENSE

## Objectivo 2 - PROMOVER O EMPREGO E A EMPREGABILIDADE DO POTENCIAL HUMANO

Para a prossecução destes objectivos será desenvolvida uma estratégia de intervenção envolvendo actuações a nível do sistema produtivo, das infra-estruturas de ligação ao exterior e serviços conexos, da Sociedade da Informação, do potencial humano e das capacidade de I&D, a qual enquadra-se nos quatro primeiros objectivos específicos atrás enunciados.

### **Fortalecer e promover a eficiência da base empresarial e produtiva**

A consecução deste objectivo passa por um conjunto de factores e estímulos que: possibilitem a potenciação do desenvolvimento endógeno, valorizando os recursos regionais específicos; promovam a melhoria da eficiência empresarial, uma maior integração produtiva e o desenvolvimento da cadeia de valor; promovam novas áreas de actividade com potencial de crescimento; potenciem a modernização das actividades tradicionais e valorizem o papel multifuncional da agricultura num contexto de diversificação de actividades no espaço rural.

Seguidamente desenvolvem-se as estratégias sectoriais que contribuirão para os objectivos definidos, relativamente à base empresarial e produtiva.

#### ***Agricultura e Florestas***

No âmbito da actividade agro-alimentar e florestal constituem objectivos estratégicos:

- Criar condições para que as produções regionais (frescas e transformadas) sejam mais concorrenciais, quer ao nível do mercado local, quer ao nível do mercado externo, e respondam mais eficazmente às novas exigências dos consumidores em matéria de qualidade e de segurança alimentar;
- Assegurar a sustentação da actividade das explorações agrícolas, de base agro-pecuária ou florestal, e promover a melhoria das condições de vida e de trabalho dos produtores rurais, valorizando a sua função na preservação dos valores ambientais, paisagísticos e culturais e diversificando as suas actividades;
- Promover a expansão do património florestal, natural e de exploração;
- Proteger e conservar os diversos ecossistemas florestais;
- Potenciar o aproveitamento racional dos múltiplos usos da floresta na diversificação da economia rural.

As medidas a implementar para a prossecução destes objectivos inserem-se nas seguintes linhas de actuação:

No domínio das infra-estruturas

- Criar e melhorar infra-estruturas básicas de apoio à actividade agrícola e pecuária (caminhos e meios de movimentação de produções e pessoas, electrificação e água de rega);
- Promover a conservação e recuperação de construções rurais tradicionais (muros de suporte, vedações, estábulos, sistemas de rega);
- Criar pólos/parques agro-industriais junto da rede pública de mercados agrícolas;
- Reestruturar a rede pública de abate de gado.

No domínio do apoio directo à actividade agrícola e agro-industrial

- Apoiar o investimento na actividade agrícola e incentivar o rejuvenescimento do tecido empresarial;
- Apoiar o investimento na exploração agrícola, no sentido de obter uma redução dos custos de produção, a melhoria e a reorientação da produção, a diversificação de actividades e rendimentos, a optimização da qualidade, a preservação e a melhoria do ambiente e das condições de higiene e bem-estar dos animais;
- Apoiar a aquisição de factores de produção essenciais;
- Apoiar o rendimento das explorações agro-pecuárias;
- Apoiar o arrendamento e emparcelamento rural;
- Criar um sistema de restabelecimento da produção agrícola danificada por catástrofes naturais e implementar instrumentos de prevenção adequados;
- Apoiar a criação de novos produtos/alternativas de consumo dos produtos agrícolas e pecuários tradicionais;
- Incentivar o investimento na melhoria das condições de transformação dos produtos agrícolas e pecuários;
- Apoiar e incentivar a criação de estruturas de apoio directo às explorações agrícolas (serviços públicos ou privados de assistência técnica às explorações).

No domínio da comercialização de produtos agrícolas e agro-industriais

- Melhorar e expandir os meios da rede pública de mercados agrícolas nomeadamente através da criação de um Centro de normalização, conservação e preparação para a venda de horto-frutícolas frescos no concelho do Funchal ou de Câmara de Lobos;
- Incentivar o investimento na melhoria das condições de comercialização dos produtos agrícolas e agro-industriais (incluindo os pecuários);
- Promover e apoiar a realização de estudos de mercado e de acções de marketing;
- Proceder à caracterização dos produtos de qualidade e dos seus modos de produção particulares e desenvolver formas de comercialização adequadas para os mesmos;
- Apoiar o acesso organizado a pólos de comercialização nos mercados externos;
- Criar um observatório dos mercados;
- Incentivar o aprofundamento do mercado da "saúde".

No domínio da IED, formação, organização, certificação e promoção da qualidade

- Melhorar e expandir a rede de investigação, experimentação e demonstração agrícola e de gestão agrária;
- Criar um centro para investigação, experimentação e demonstração agro-industrial, incluindo um laboratório de controlo de qualidade de produtos agrícolas frescos e transformados, e apoiar a promoção da qualidade e as acções de certificação e valorização dos produtos agrícolas e agro-industriais (incluindo os de origem pecuária);
- Apoiar a formação contínua dos empresários agrícolas e a melhoria da competência profissional dos agricultores e de outras pessoas ligadas à actividade agrícola;
- Apoiar a organização e o reforço de capacidade de agrupamentos de produtores nas suas diferentes formas jurídicas.

No domínio do desenvolvimento do meio rural

- Apoiar a criação e funcionamento de estruturas locais de apoio ao desenvolvimento agrícola e rural;
- Desenvolver alianças estratégicas entre os parceiros sociais, as organizações vocacionadas para o desenvolvimento e outras associações (de municípios e de desenvolvimento) de modo a propiciar condições para uma relação mais profícua entre promoção do desenvolvimento e coesão económica e social;

- Conceder ajudas directas à produção (como sejam indemnizações compensatórias e medidas agro-ambientais, apoio à florestação de terras agrícolas);
- Incentivar a diversificação de actividades, tendo em vista a criação de ocupações múltiplas ou rendimentos alternativos, a renovação e desenvolvimento de pequenos aglomerados populacionais e a protecção e conservação da herança rural.

No domínio da actividade florestal

- Promover um dimensionamento adequado das áreas que deverão ser objecto de intervenção prioritária, nomeadamente por via do emparcelamento de áreas, através da promoção do associativismo ou arrendamento/compra de propriedades;
- Estimular a valorização económica dos produtos da floresta, numa perspectiva integrada, através de incentivos à exploração de produtos e subprodutos florestais (produtos lenhosos, frutos, caça, silvopastorícia, produtos aquícolas, entre outros);
- Promover a qualificação, certificação e diversificação dos produtos florestais;
- Promover os valores paisagísticos, recreativos e sociais da floresta, bem como a gestão integrada das superfícies ocupadas por espécies autóctones, através de: estruturação e exploração de percursos de recreio e turismo; melhoramento de veredas, sinalização e elaboração de folhetos/guias informativos;
- Promover o restabelecimento do potencial de produção silvícola danificado por desastres naturais e por incêndios e a introdução de instrumentos de prevenção adequados e desenvolver a gestão das áreas sensíveis (como sejam as áreas de altitude, cabeceiras de ribeiras, cimos de cabeços, encostas muito declivosas e nascentes de cursos de água), através de medidas de correcção torrencial das ribeiras, de combate ao enravinamento e da fixação de taludes, medidas de protecção e recuperação da floresta natural insular e medidas de racionalização do regime silvo-pastoril;
- Proceder ao desenvolvimento de estudos e experimentação sobre diversos ecossistemas florestais e à elaboração do Plano de Ordenamento Florestal Regional;
- Promover a divulgação, sensibilização e participação da comunidade para a preservação dos ecossistemas florestais.

### ***Pescas e Aquacultura***

Os objectivos a prosseguir neste sector são:

- Melhorar e racionalizar a exploração dos recursos haliêuticos;
- Aumentar a produtividade, reforçar a competitividade das estruturas de exploração e promover a melhoria das condições de segurança e de trabalho a bordo das embarcações de pesca;
- Melhorar o abastecimento e a valorização dos produtos da pesca e da aquacultura;
- Promover a valorização económica e social da população dependente da pesca.

Para a consecução dos objectivos atrás descritos serão desenvolvidas actuações a nível dos recursos haliêuticos, das estruturas de exploração e de transformação e comercialização, das infra-estruturas de apoio ao sector, dos mercados e dos recursos humanos.

No domínio dos recursos haliêuticos serão prosseguidas acções visando um melhor conhecimento dos recursos e de formas de exploração mais adequadas, o estudo da viabilidade técnica e económica da actividade aquícola na Região e de pesquisa de novas espécies, designadamente com a implementação do Centro Experimental de Maricultura da Calheta, bem como a organização e gestão de zonas marinhas protegidas e a criação de condições favoráveis ao repovoamento, de modo a aumentar a produtividade a nível de determinadas espécies costeiras, nomeadamente de demersais.

No domínio das estruturas de exploração prosseguirão as acções de modernização e renovação da frota e de reorientação para outras zonas de pesca em águas comunitárias e zonas adjacentes à ZEE (Madeira). Será também promovida a introdução de novas técnicas e equipamentos que permitam melhorar a rentabilidade das operações e as condições de segurança e de conservação do pescado a bordo. Assim, as medidas a implementar dirigir-se-ão a: construção de embarcações de pesca (que se substituirão a embarcações existentes), as quais deverão ser dotadas de características de maior polivalência e maior operacionalidade, por forma a proporcionarem melhores rendimentos aos profissionais da pesca; modernização de embarcações já existentes, sem aumento de capacidade, e construção ou modernização de unidades de produção aquícola de espécies de valor comercial apreciável, cujos stocks nos mares da Madeira sejam irrelevantes ou nulos.

No que concerne às estruturas de transformação, prevê-se o apoio à criação e modernização de unidades fabris, designadamente de preparação, congelação, conservação, conservas e fumagem.

A nível das infra-estruturas de apoio ao sector serão criadas ou modernizadas infra-estruturas de apoio à actividade da pesca e de comercialização dos seus produtos, no sentido de melhorar as condições de desembarque, tratamento e armazenagem dos produtos da pesca junto dos portos (lotas, postos de

recepção de pescado, entrepostos frigoríficos e centros de apoio à pesca). Proceder-se-á também à consolidação de infra-estruturas portuárias e de reparação naval na zona leste da Madeira, de acordo com uma política de deslocalização e redefinição dos pólos de concentração das grandes infra-estruturas de apoio ao sector.

A nível dos mercados pretende-se, em colaboração com as organizações de produtores e industriais do sector, desenvolver uma política de qualidade dos produtos da pesca e da aquacultura, incentivar na Região o consumo destes produtos, nomeadamente sob novas formas de apresentação final, fomentar o aproveitamento de resíduos da pesca e melhorar os circuitos de distribuição e comercialização no exterior.

No domínio dos recursos humanos envolvidos no sector, prosseguirá a política de formação e aperfeiçoamento profissional, quer a nível da formação básica, quer no tocante a formação específica.

Relativamente aos profissionais da pesca mais idosos (em situação de pré-reforma) que se encontrarem ligados a unidades que sejam objecto de abate ou aos que sejam abrangidos por um plano social ou colectivo visando a reconversão profissional ou diversificação das suas actividades fora da pesca marítima, serão concedidos apoios no âmbito das medidas de carácter sócio-económico previstas na política comum da pesca.

### ***Indústria e Artesanato***

Os objectivos a prosseguir neste sector são:

- Dinamizar a base industrial e promover o crescimento sustentado das empresas industriais;
- Promover o integral aproveitamento das potencialidades de desenvolvimento do artesanato.

Na prossecução destes objectivos, as principais linhas de actuação a implementar no âmbito de instrumentos de âmbito regional e nacional são as seguintes:

- Qualificar o ambiente de eficiência empresarial, através de: instalação de novos parques de actividades e consolidação da ZFIC; apoio a iniciativas ao nível dos sistemas de informação; simplificação dos procedimentos administrativos de constituição e de localização de empresas; criação ou modernização de serviços de apoio à iniciativa económica; estímulo à adopção de novas práticas e instrumentos associados à gestão do financiamento, nomeadamente através da criação de um fundo de capital de risco e de uma sociedade de garantia mútua; criação de estruturas de apoio à qualidade e à inovação; promoção de parcerias e desenvolvimento de iniciativas visando o acesso ao conhecimento e aos mercados, por forma a melhor responder aos

desafios colocados pelos paradigmas da imaterialização da economia e da globalização;

- Apoiar a criação, expansão e modernização de pequenas e médias empresas, através de sistemas de incentivos a projectos de investimento de natureza corpórea e incorpórea, que contribuam para o reforço da base industrial da Região e para a obtenção de ganhos de produtividade e competitividade, para a criação de empregos qualificados e para o desenvolvimento local;
- Apoiar o desenvolvimento de novos sectores e actividades de alto valor acrescentado e inovação e de áreas de desenvolvimento competitivas;
- Apoiar de forma selectiva a consolidação e reforço das estratégias empresariais, através do apoio preferencial a projectos integrados, envolvendo actuações sobre factores estratégicos de competitividade, nomeadamente a introdução de novos produtos, novas tecnologias, novos processos de organização e gestão empresarial, internacionalização, formação de recursos humanos, adequação a requisitos de qualidade e protecção ambiental;
- Reestruturar o artesanato através de actuações incidindo nas diversas vertentes do mesmo, com ênfase em acções de: apoio técnico e financeiro para a renovação de processos e do design dos produtos, conferindo-lhes características de artesanato útil; criação de uma nova imagem para o bordado, tela bordada e obras de vimes e sua divulgação no exterior; promoção institucional no exterior e concessão de apoio a acções visando o conhecimento e o acesso aos mercados e desenvolvimento de acções de formação profissional dirigidas a activos da área do artesanato.

### **Comércio e Serviços**

A estratégia de desenvolvimento no domínio do Comércio e Serviços prosseguirá os seguintes objectivos:

- Reforçar a competitividade do sector comercial, em especial das pequenas e médias empresas, através de aumentos de produtividade a nível das empresas e dos circuitos de distribuição, por um lado, e de um maior valor acrescentado produzido, mediante o desenvolvimento da componente serviço, por outro;
- Promover um aumento progressivo das qualificações e competências dos activos;
- Fomentar a renovação da classe empresarial do comércio, assegurando, em simultâneo, condições dignas de abandono da vida activa;
- Modernizar e reforçar o papel dinamizador do comércio e dos serviços nos centros rurais e urbanos;

- Promover o surgimento de uma oferta integrada de serviços que aumente a qualidade e diversidade da oferta do sector e contribua para o reforço das capacidades das empresas prestadoras de serviços;
- Promover a prestação de serviços de apoio às empresas de comércio e indústria, designadamente nos domínios da logística e distribuição;
- Promover a qualificação da oferta de serviços às empresas, nomeadamente nos domínios da organização, da gestão, da informação, da contabilidade e fiscalidade e controlo;
- Fomentar a integração, nas empresas, de serviços de assistência ex-ante e pós-venda.

A estratégia de intervenção delineada será desenvolvida através de incentivos e de um conjunto de actuações públicas ou público-privadas que se encontram previstas em intervenções operacionais de âmbito nacional e em instrumentos de programação de âmbito regional.

Das principais linhas de actuação que irão ser implementadas destacam-se as seguintes:

- Apoiar pequenos projectos de investimento da iniciativa de pequenas e médias empresas, envolvendo investimentos associados à criação, expansão ou modernização das empresas do comércio e serviços;
- Melhorar a oferta de produtos e serviços financeiros no sentido de estimular o recurso a novas formas de financiamento por parte das PME's;
- Apoiar projectos de investimento que se enquadrem em estratégias empresariais modernas e competitivas, bem como em áreas estratégicas para o desenvolvimento;
- Apoiar o desenvolvimento de projectos de urbanismo comercial e outros projectos comerciais especiais;
- Apoiar as estruturas associativas no apetrechamento em equipamento de comunicações e material informático, bem como na realização de estudos e em acções de assistência técnica;
- Desenvolver sistemas de informação sobre a malha comercial da RAM, em articulação com outras bases de informação, nomeadamente com o Sistema de Gestão da Qualidade;
- Apoiar as empresas no domínio do acesso aos mercados;
- Desenvolver, em colaboração com as estruturas associativas empresariais, acções de valorização do potencial humano, em ordem ao desenvolvimento estratégico das empresas, e apoiar as componentes de formação e a integração de técnicos qualificados associados a projectos empresariais.



## **Turismo**

A estratégia de desenvolvimento no âmbito do Turismo visa a valorização do potencial turístico, numa perspectiva de desenvolvimento integrado e sustentável e de consolidação das características de destino de qualidade e diferenciado, no quadro da competitividade internacional.

Assim, consideram-se como objectivos estratégicos:

- Renovar as vantagens competitivas da oferta turística, enriquecendo-a com produtos mais qualificados e elevando os níveis de qualidade de serviço, de modo a obter índices superiores de despesa média;
- Consolidar a procura turística, diversificando mercados, e melhorar a imagem do destino.

Para a operacionalização destes objectivos serão desenvolvidas actuações segundo as linhas de acção que, seguidamente, se especificam:

- Promover e reforçar a produtividade e a competitividade das empresas do sector do turismo;
- Estimular e valorizar a oferta de produtos turísticos que correspondem a potencialidades da Região, designadamente a segmentos da procura ligados ao turismo desportivo (golfe, desportos náuticos, náutica de recreio), ao turismo de cruzeiros, ao turismo de natureza (incluindo o segmento ligado ao turismo científico) e ao turismo de congressos, incentivos e negócios;
- Criar infra-estruturas, equipamentos e serviços com impacto directo no desenvolvimento turístico e na qualidade da oferta, quer os que visam a requalificação e a sustentabilidade da oferta instalada, quer os que permitam potenciar oportunidades de valorização/diferenciação do produto turístico, incrementar a contributividade da actividade turística para o desenvolvimento local e a criação de emprego e apoiar as actividades de animação turística;
- Dinamizar e enriquecer o calendário de animação turística e cultural, nomeadamente, através do desenvolvimento de actividades de animação com conteúdos inovadores e duração mais alargada;
- Promover o destino turístico, no quadro de uma estratégia de diversificação de produtos e de mercados e de projecção da sua imagem de qualidade a nível nacional e internacional, a qual será dirigida prioritariamente para: aumento das quotas dos mercados tradicionais, sobretudo nos que apresentam maior potencial de crescimento, de modo a atenuar as actuais predominâncias de alguns mercados; alargamento das quotas dos mercados situados em continentes mais distantes (nomeadamente da América do Norte e do Sul) em

função das novas potencialidades do aeroporto, das oportunidades propiciadas pelos serviços de transportes aéreos e pelos operadores turísticos; aumento das quotas dos nichos de mercado já identificados, nomeadamente os ligados a congressos e incentivos, golfe, passeios a pé e ecoturismo, para a ilha da Madeira, e praia e saúde para a ilha do Porto Santo.

A materialização da estratégia delineada assentará designadamente nas seguintes medidas:

- Aprovação e implementação do Plano de Ordenamento Turístico;
- Apoio a projectos de investimento, através de sistemas de incentivos, quer de âmbito regional, quer de âmbito nacional, relativos a: empreendimentos turísticos respeitadores dos valores ambientais e patrimoniais, de acordo com princípios e regras que serão consignados no Plano de Ordenamento Turístico; marinas e docas de recreio; actividades inovadoras no domínio da animação entendida como lazer e ocupação de tempos livres (principalmente ligados ao aproveitamento de condições de clima e da natureza); desenvolvimento de projectos integrados de empresas, principalmente dos sectores da hotelaria e restauração, que envolvam actuações sobre factores estratégicos de competitividade;
- Criação de uma marca internacional de produto turístico de prestígio, designada "Quintas da Madeira";
- Desenvolvimento de acções de formação profissional e consolidação da oferta de formação inicial e de activos;
- Criação/melhoria de infra-estruturas e de equipamentos de animação turística, com impacto directo no desenvolvimento turístico e na valorização da oferta, de que se destaca: manutenção e beneficiação de veredas e levadas; melhoria das infra-estruturas marítimo-turísticas do porto do Funchal e da marina aí existente; infra-estruturas de apoio a actividades náuticas, a desportos náuticos e serviços complementares de animação turística e de lazer; criação de espaços verdes e acções de requalificação de espaços de elevada vocação turística; criação de equipamentos culturais e valorização do património histórico-cultural visando a melhoria das atracções turísticas e a dinamização da oferta cultural;
- Desenvolvimento de sistemas de informação de apoio local ao turista, bem como dos que permitam a colocação dos produtos turísticos regionais em redes de informação, com fins promocionais e comerciais, em parceria com os actores privados;
- Dinamização e enriquecimento do calendário de animação turística, nomeadamente através de: desenvolvimento de programas de animação, com conteúdos inovadores e duração mais alargada; programação coordenada de eventos sociais, culturais, religiosos de interesse turístico e sua divulgação atempada, através da elaboração e publicação anual de um calendário de

animação e apoio a iniciativas no domínio da animação e ocupação dos turistas;

- Implementação de campanhas de publicidade a nível nacional e internacional, quer dirigidas aos profissionais do sector, quer ao público;
- Organização de acções promocionais, com particular incidência em segmentos de mercado ligados ao golfe, ao turismo de negócios, congressos e incentivos e ao turismo de cruzeiros, nomeadamente seminários, semanas da Madeira, workshops, sessões de informação dirigidas a profissionais do sector e criadores de opinião;
- Apresentação e representação do destino em feiras, exposições e congressos;
- Dinamização da participação dos parceiros privados na promoção institucional do destino turístico "Madeira";
- Apoio aos operadores turísticos em acções relacionadas com o acesso a novos mercados ou com o desenvolvimento de novos catálogos e brochuras "Madeira";
- Criação de novos suportes informativos e promocionais, sob a forma escrita ou em suporte audio-visual e actualização dos já existentes.

### ***Energia***

A estratégia a prosseguir no âmbito da política energética, visa os objectivos seguintes:

- Garantir o aprovisionamento de energia;
- Assegurar a qualidade dos serviços de energia;
- Minimizar os impactes ambientais da energia;
- Reduzir a dependência energética do exterior;
- Atenuar os sobrecustos derivados da insularidade e do afastamento relativamente ao território continental e da impossibilidade de acesso às grandes redes de energia eléctrica e gás natural.

Para atingir os objectivos da política energética regional será desenvolvida uma actuação sobretudo a três níveis:

- Melhoria da gestão de energia do lado da Procura;
- Aumento da melhoria das capacidades a nível da Oferta;

- Reforço das capacidades e dos mecanismos de intervenção para implementar uma estratégia integrada para a RAM no sector da energia e reforçar a coesão económica e social.

Para operacionalizar estas linhas de actuação serão implementadas as seguintes medidas:

- Criação de um sistema de incentivos regional dirigido à Procura, no sentido de promover a utilização racional de energia e a valorização de recursos locais, contribuindo desse modo para reduzir os consumos de energia de origem fóssil, as importações, a dependência energética e os impactes ambientais.

- Aumento da capacidade de produção de energia eléctrica baseada em fontes de energia renováveis de baixo impacte ambiental, quer através da ampliação das instalações já existentes (centrais hidroeléctricas e parques eólicos), quer da exploração de novos recursos. (A valorização de recursos energéticos locais contribuirá para reduzir a importação de produtos petrolíferos e a dependência energética, bem como para a diversificação das fontes de energia e, portanto, para a segurança do aprovisionamento).

- Aumento da capacidade de produção de energia eléctrica com sistemas convencionais, baseados em produtos petrolíferos, por forma a garantir a qualidade dos serviços de abastecimento de energia eléctrica, do qual depende toda a actividade económica e social da Região. (Para garantir o fornecimento de energia na Madeira e no Porto Santo é necessário dispor de capacidade suplementar de produção térmica para satisfazer as necessidades, quando ocorrem situações de insuficiência de recursos renováveis, já que a estes está associado um certo grau de incerteza, designadamente no caso da energia eólica).

- Ampliação e melhoria das redes de transporte e de distribuição de energia eléctrica, por forma a garantir um serviço de energia com melhor qualidade e a reduzir as perdas.

- Melhoria dos sistemas de gestão dos centros de produção e de consumo de energia eléctrica, com recurso a novas tecnologias de telecomunicações e à digitalização da rede eléctrica, tendo em vista a optimização dos recursos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

- Reordenamento do centro logístico e de armazenamento de combustíveis, por forma a reduzir os impactes ambientais numa zona com grande potencial de desenvolvimento urbano e turístico. (A actual localização do centro logístico de combustíveis na Praia Formosa já não corresponde ao centro de gravidade dos locais de consumo, dado o seu distanciamento do aeroporto e da Zona Franca Industrial do Caniçal que se encontra em desenvolvimento e onde está prevista a construção de uma central termoeléctrica).

- Melhoria da qualidade dos serviços de distribuição de combustíveis, designadamente através da implementação de uma rede de distribuição de gás canalizada, se os estudos comprovarem a sua viabilidade técnica e económica.

- Reforço da capacidade de negociação para a aquisição de combustíveis designadamente através da associação com operadores de mercados de grande dimensão, por forma a adquirir produtos de melhor qualidade e a preços mais baixos. ( Com efeito, é possível reduzir as disparidades em termos de custos com a energia e ao mesmo tempo reduzir os impactos ambientais, especialmente os que têm origem no sistema termoeléctrico, através da utilização do fuelóleo com menor teor de enxofre ).
- Afirmação das especificidades da Região, por forma a serem adoptadas medidas específicas, de apoio ao sector energético, numa perspectiva de coesão económica e social.

### **Melhorar as acessibilidades externas e promover uma utilização eficiente das capacidades existentes**

As desvantagens e restrições no acesso ao mercado e às grandes redes de transporte e energia, bem como na mobilidade de pessoas, as quais decorrem da situação insular e ultraperiférica e da pequena dimensão da Região, condicionam fortemente o desenvolvimento da economia regional em termos competitivos.

Não obstante os vultuosos investimentos, de carácter estratégico, que foram realizados nos últimos anos persistem, ainda, algumas insuficiências a suprir, sobretudo a nível dos transportes marítimos, por forma a otimizar a utilização das infra-estruturas já lançadas. Além disso, afiguram-se necessárias medidas no domínio dos serviços.

#### ***Transportes Marítimos***

Os objectivos a atingir neste sector são os seguintes:

- Dotar a Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira de uma estrutura de gestão moderna, desenvolvendo parcerias com o sector privado em áreas específicas;
- Realizar investimentos em infra-estruturas portuárias, equipamentos, comunicações e sistemas de informação que permitam obter ganhos de produtividade significativos e reduzir os custos de exploração, aproximando-os, tanto quanto possível, da média nacional;
- Promover políticas de desenvolvimento das áreas costeiras, de modo a incrementar a náutica de recreio e a náutica desportiva;
- Promover a formação profissional adequada, através nomeadamente da criação de programas de formação específicos e da participação e realização de seminários e congressos;

- Promover os portos da RAM a nível internacional, individualmente ou em parceria com outros portos, de modo a tornar o destino Madeira mais conhecido e a contribuir para o crescimento dos sectores económicos relacionados com a indústria de cruzeiros.

A prossecução destes objectivos centrar-se-á em intervenções com incidência em três grandes áreas, a saber:

- transporte marítimo de mercadorias/passageiros
- infra-estruturas portuárias e sua exploração
- indústria de lazer e de cruzeiros

Na materialização destas linhas de intervenção, serão implementadas as seguintes acções:

Na área dos transportes marítimos de mercadorias/passageiros

- Desenvolvimento de iniciativas que permitam a continuidade e a permanência das actuais linhas regulares de transporte de mercadorias com os portos do Continente;
- Procura de novas ligações marítimas, nomeadamente com os portos das Ilhas Canárias e Norte da Europa;
- Melhoria das condições de apoio aos navios e à carga, através da criação do Centro de Despacho de Navios, Centro de Comunicações e Gestão de Tráfego Marítimo;
- Melhoria e modernização dos meios afectos ao transporte marítimo de mercadorias/passageiros entre as ilhas da Madeira e do Porto Santo.

Na área das infra-estruturas portuárias e sua exploração

- Transferência do porto comercial (movimentação de mercadorias) do Funchal para o Caniçal, através da conclusão das obras do Porto do Caniçal e adequação das acessibilidades terrestres, nomeadamente na ligação rodoviária entre Santa Cruz e Caniçal;
- Criação de um parque de 2ª linha destinado à consolidação/desconsolidação de mercadorias e respectivo armazenamento;
- Aquisição de meios marítimos adequados à prestação de serviços à navegação, nomeadamente rebocadores portuários, lanchas de pilotagem e de amarração;
- Desenvolvimento de uma política ambiental que permita dar cumprimento às recomendações comunitárias em termos de combate à poluição marítima, através da aquisição de uma lancha polivalente para o efeito e de meios adicionais de apoio;

- Passagem gradual para a iniciativa privada de algumas actividades de exploração portuária;
- Aquisição de equipamentos portuários de elevação de mercadorias (guindastes portuários) que se adequem melhor às necessidades, em termos de capacidade e de produtividade;
- Introdução de sistemas electrónicos de vigilância das infra-estruturas portuárias, de modo a garantir uma adequada segurança de pessoas e bens;
- Realização de obras de manutenção das infra-estruturas portuárias, com particular incidência nos Portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo e nos terminais e cais existentes em diversas localidades envolvendo, nomeadamente, manutenção de quebra-mares, reparação de pavimentos portuários, manutenção de edifícios, instalações oficinais e redes de abastecimento de água, energia eléctrica e saneamento básico;
- Manutenção e renovação de diversos equipamentos de apoio.

#### Na área da Indústria de lazer e cruzeiros

- Construção de uma infra-estrutura portuária na costa norte da Ilha da Madeira destinada às actividades marítimo-turísticas, náutica de recreio e desportiva;
- Reestruturação do Porto do Funchal, após a transferência das mercadorias para o Caniçal, vocacionando-o (sem prejuízo da sua função portuária) para o apoio a cruzeiros, náutica de recreio, actividades marítimo-turísticas, ligações marítimas regionais e actividades de lazer, promovendo, deste modo, a sua integração na cidade do Funchal;
- Implementação de programas de natureza científica que permitam um melhor conhecimento das condições marítimas da Região e da sua interligação com a dinâmica da costa;
- Construção de gares marítimas no Funchal e no Porto Santo que permitam uma melhoria nas operações de embarque e desembarque de passageiros;
- Construção de uma gare de passageiros de cruzeiros que permita ao porto do Funchal, quando concluído o Aeroporto Intercontinental, constituir-se como uma alternativa em termos de "home port" para alguns armadores;
- Desenvolvimento das infra-estruturas do porto do Porto Santo, de modo a conferir-lhe melhores condições de plataforma de apoio à náutica de recreio;
- Desenvolvimento de contactos com operadores e armadores nacionais ou estrangeiros que possibilitem a reactivação das ligações regulares de passageiros entre o Funchal e o Continente e/ou Ilhas Canárias.

## **Transportes Aéreos**

Este sector tem como objectivo principal aprofundar as condições de continuidade, regularidade e frequência nas ligações aéreas com o exterior, bem como o esquema tarifário existente nas ligações aéreas com o Continente.

A estratégia a implementar será desenvolvida com base nos seguintes vectores estratégicos:

- Prosseguir a política de liberalização dos transportes aéreos entre o Continente e a Região, salvaguardando os direitos e interesses dos residentes, consubstanciados nas obrigações de serviço público asseguradas pelo Estado;
- Estabelecer uma malha de ligações internacionais que se adapte às necessidades específicas da Região, em que, privilegiando as ligações com o estrangeiro via aeroporto de Lisboa funcionando como "HUB", se incentivem as ligações directas com os mercados turísticos;
- Incentivar a captação de ligações intercontinentais, por forma a diversificar as origens turísticas e a melhorar a acessibilidade das comunidades madeirenses residentes em alguns destinos situados em continentes distantes;
- Desenvolver uma actividade promocional do Aeroporto do Funchal em articulação com a da Região;
- Fomentar ligações com o Continente em condições que garantam o transporte de cargas aéreas;
- Estimular a melhoria e a modernização dos meios afectos às ligações aéreas entre as ilhas da Madeira e do Porto Santo.

## **Promover o desenvolvimento da Sociedade da Informação**

A construção da Sociedade da Informação constitui um importante desafio para que a Região venha a ganhar competitividade na nova divisão internacional do trabalho e possa evitar uma situação de desvantagem significativa relativamente às regiões centrais melhor equipadas e mais desenvolvidas.

Assim, a Sociedade da Informação assume importância estratégica, devendo ser reforçadas as possibilidades e capacidades de acesso aos conhecimentos e aos mercados e promovidas as condições de desenvolvimento dos serviços que lhe estão associados.

Neste domínio, a disponibilidade de sistemas avançados de telecomunicações e audiovisual constitui um elemento chave para reduzir o impacto de situações de ultraperiferidade.



## **Telecomunicações**

Os objectivos a prosseguir no âmbito deste sector (a que se atribui um papel fundamental enquanto catalizador no processo de desenvolvimento sócio-económico) são:

- Assegurar que os preços de serviços de telecomunicações na RAM não sejam superiores, para serviços idênticos, aos praticados no restante território nacional;
- Articular e estimular a relação directa entre a teledensidade e a terciarização da economia regional, tendo em vista um conseqüente incremento do PIB regional.

A estratégia de prossecução dos referidos objectivos, passará por:

- Implementar uma tarifa única (local) em todo o espaço territorial da RAM;
- Enfatizar a capacidade material da Região em constituir-se como "testing ground" das telecomunicações e tecnologias de informação, num contexto de liberalização do mercado, através de novos parceiros;
- Promover, em conjunto com as Associações Empresariais, a utilização das telecomunicações como factor dinâmico para a melhoria da competitividade e eficiência empresarial;
- Potenciar o uso da rede de TV Cabo como instrumento para o desenvolvimento de actividades de carácter experimental, nos domínios educacional, empresarial e do lazer e entretenimento;
- Fomentar a criação de uma rede "TRUNKING DIGITAL", que constitua suporte de várias redes rádio.

## **Sociedade da Informação**

Tendo em conta as oportunidades oferecidas às regiões ultraperiféricas pelas novas tecnologias de informação e comunicação para acederem ao conhecimento e aos mercados, contribuindo para uma redução das desvantagens no atraso de desenvolvimento e da situação ultraperiférica, este sector visa atingir os seguintes objectivos:

- Reforçar o desenvolvimento das infra-estruturas e serviços associados à Sociedade da Informação e estimular o acesso e a utilização das novas tecnologias;
- Promover a afirmação da Região a nível nacional e comunitário no domínio da Sociedade da Informação, através do desenvolvimento de conteúdos digitais que a promovam e posicionem internacionalmente, sobretudo nos domínios da educação, do turismo, do entretenimento e cultura e do comércio electrónico.

A estratégia a implementar será desenvolvida com base nas seguintes linhas de actuação:

- Criação de condições para o acesso generalizado da população às novas tecnologias de informação e para promover uma exploração adequada das infra-estruturas de telecomunicações no sentido de transformar a Madeira num hub de conectividade entre a Europa, a África e a América;
- Realização de investimentos no domínio da Educação envolvendo, nomeadamente, a expansão da actual rede integrada a todos os estabelecimentos de ensino, a criação de uma rede avançada intra-escolar e o desenvolvimento do programa de escola conectiva, assim como a criação de conteúdos educacionais;
- Desenvolvimento de iniciativas que possibilitem a divulgação acelerada das consequências inerentes à Sociedade da Informação;
- Desenvolvimento de iniciativas tendo em vista a criação de sistemas de informação, o acesso às redes digitais de informação e o desenvolvimento da cooperação com instituições nacionais e comunitárias;
- Reorganização e modernização dos serviços públicos para o cidadão, designadamente ao nível da saúde, através da implementação de uma rede telemática, tendo em vista apoiar as actividades desenvolvidas no âmbito dos serviços de saúde e a melhorar a eficiência dos mesmos;
- Desenvolvimento do comércio electrónico e de uma indústria de conteúdos digitais.

## **Reforçar a valorização dos recursos humanos e a capacidade de inovação**

A valorização do potencial humano é um vector de importância estratégica no desenvolvimento social e como factor de competitividade numa economia aberta, marcada por mutações rápidas e pela mobilidade, o que justifica a necessidade de reforçar a capacidade de inovação e de renovar, de forma continuada, os conhecimentos e as qualificações, de modo a assegurar a empregabilidade e a promover a coesão social.

### ***Educação, Qualificação e Emprego***

Os principais objectivos nestes domínios são os seguintes:

- Assegurar a igualdade de oportunidades educativas ao longo da vida e alargar a base dos que frequentam a escola, com sucesso, em todos os níveis de ensino;

- Melhorar a qualidade das aprendizagens e a articulação educação/formação, visando a melhoria das condições de inserção na vida activa e uma resposta adequada aos desafios da sociedade, da ciência e da técnica;
- Combater o desemprego juvenil e facilitar a transição dos jovens para a vida activa;
- Elevar o nível de qualificação dos activos numa óptica de formação ao longo da vida, com vista à aquisição de novas qualificações e competências requeridas por uma economia que se pretende dinâmica, competitiva e tecnologicamente inovadora;
- Promover o diálogo social e o envolvimento dos parceiros sociais no desenvolvimento de parcerias que fomentem a qualificação, o emprego e a competitividade;
- Promover a reinserção profissional dos adultos desempregados e prevenir e combater o desemprego de longa duração e a exclusão;
- Fomentar o espírito empresarial e promover e facilitar o processo de criação de empresas e de emprego;
- Promover a igualdade de oportunidades no trabalho e no emprego.

As principais linhas de actuação no que se refere mais especificamente aos dois primeiros objectivos relacionados com o sistema de ensino/formação são:

- Continuar a implementação do plano de ordenamento da Rede Regional Escolar ao nível da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, em função da evolução demográfica e do ordenamento territorial;
- Assegurar uma melhoria qualitativa na educação pré-escolar, a qual, para além do papel educativo, deverá assumir uma função social e de apoio à família (nomeadamente através da extensão de horário, limitação de períodos de encerramento e alimentação básica);
- Dar continuidade ao processo de generalização da educação pré-escolar a todas as crianças da RAM e alargar a rede de creches;
- Continuar a alargar a rede de escolas de 1º ciclo a tempo inteiro, tendo em vista a sua generalização, de modo a assegurar a todas as crianças deste nível de ensino, para além das necessidades educativas básicas, uma formação baseada em actividades de complemento curricular de largo espectro. O apoio à família e a ocupação dos tempos livres incluem-se neste projecto;
- Reforçar a articulação entre os vários ciclos, de modo a garantir continuidade no desenvolvimento de conhecimentos básicos essenciais, competências-chave transversais e atitudes que permitam a integração equilibrada do aluno na sociedade (incluindo aprendizagem de línguas estrangeiras, actividades

culturais e desportivas, bem como instrumentos básicos para a aquisição de saberes tecnológicos e educação ambiental);

- Alargamento dos cursos com currículos alternativos aos do 3º ciclo do ensino básico regular ou recorrente e adopção progressiva de novas formas de organização pedagógica no ensino básico, nomeadamente através de currículos escolares alternativos (escolas de 1º ciclo a Tempo Inteiro com Currículos Diferenciados, cursos alternativos nas Escolas Básicas de 2º e 3º ciclos regulares e possibilidade de criação ou apoio a uma escola de Ensino Alternativo com equivalência ao Ensino Básico obrigatório);

- Continuar a melhorar a oferta de formação escolar a nível do ensino secundário, alargando a rede a toda a Região e modernizando as estruturas já existentes;

- Introdução gradual do 13º ano profissionalizante, o qual constituirá uma alternativa de formação profissional complementar e profissionalizante para os alunos que tenham concluído um curso do ensino secundário predominantemente orientado para o prosseguimento de estudos;

- Garantir uma contínua especialização das escolas secundárias em determinadas áreas tecnológicas não só através dos cursos profissionalizantes, mas também do 13º ano profissionalizante;

- Incrementar processos inovadores possibilitados pelas tecnologias de informação e comunicação nos sistemas de ensino/aprendizagem, e promover a alteração de atitudes e comportamentos no sentido de corresponder aos desafios da Sociedade da Informação;

- Promover e desenvolver o quadro de autonomia e gestão das escolas, tendo em vista assegurar um serviço educativo de qualidade e uma gestão otimizada dos recursos;

- Proporcionar apoios educativos a crianças com necessidades educativas especiais.

Nas vertentes relativas à formação e emprego, bem como à equidade social nas condições de inserção no mercado de trabalho as actuações serão orientadas no sentido de:

- Incentivar acções de formação qualificante que permita a aquisição de competências profissionais e uma formação de qualidade adaptada às exigências de empregabilidade que se vão impondo no mercado de trabalho. No âmbito desta linha de acção destacam-se a aprendizagem em regime de alternância, os cursos profissionais, bem como acções de natureza essencialmente qualificante;

- Apoiar acções que promovam a colocação de pessoas em contexto de trabalho, por forma a desenvolver competências e atitudes adequadas à inserção ou reinserção no mundo laboral, nomeadamente dos jovens,

desempregados e outros grupos em idade activa, excluídos do mercado de trabalho;

- Promover e desenvolver programas de formação para activos, orientados para a reciclagem, aperfeiçoamento e especialização profissional, visando a valorização profissional no emprego e modernização das empresas e o reforço das condições de empregabilidade;
- Sensibilizar os empregadores (particularmente os empresários das micro, pequenas e médias empresas) para a formação contínua na política de gestão da empresa e apoiá-los na adopção de "boas práticas" na gestão de recursos humanos;
- Promover e desenvolver programas de formação para activos de baixas qualificações que aliem componentes de formação sócio-cultural à formação tecnológica e técnica;
- Dinamizar, incentivar e apoiar as iniciativas dos desempregados no sentido de lhes proporcionar condições para o desenvolvimento de projectos geradores de emprego;
- Apoiar, através da concessão de estímulos financeiros às entidades empregadoras, a criação líquida de emprego em benefício de activos desempregados e inscritos nos Centros de Emprego;
- Desenvolvimento de serviços de informação e orientação profissional e encaminhamento de desempregados, em especial jovens à procura de primeiro emprego e desempregados de longa duração, com vista à solução dos seus problemas de emprego e formação profissional.

O sector do Trabalho tem como objectivo orientador da sua actividade a manutenção de um clima de paz e estabilidade social indispensável a um harmonioso desenvolvimento económico regional e à melhoria das condições de vida da população madeirense. Neste sentido, a política laboral orientar-se-á de forma a criar condições que permitam aos parceiros sociais encontrar soluções para a defesa dos respectivos interesses, através da negociação e do diálogo tripartido, tendo presente o princípio de que o desenvolvimento económico deve beneficiar, de forma sustentada, a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores, sem perder de vista que a defesa dos postos de trabalho passa pelo reforço da competitividade das empresas, face aos desafios da globalização.

As linhas de acção a desenvolver neste domínio são as seguintes:

- Acompanhar os processos de alteração da legislação de trabalho, de modo a salvaguardar os interesses dos trabalhadores da Região;
- Privilegiar a negociação colectiva como forma de estabelecer as condições de trabalho;

- Prestar apoio técnico às organizações sindicais ou patronais que eventualmente o solicitem, ou dele careçam, nos processos de negociação;
- Reservar a intervenção administrativa no estabelecimento de condições de trabalho para os sectores onde os parceiros não revelem capacidade negocial ou em situações de ruptura irreversível na negociação;
- Zelar pelo rigoroso respeito e cumprimento das normas legais e convencionais do trabalho e manter um sistema de informação sobre os direitos e deveres das partes envolvidas nas relações de trabalho;
- Defender os interesses dos trabalhadores e apoiar as empresas em áreas importantes como a medicina do trabalho e a higiene e segurança nos locais de trabalho;
- Dinamizar acções no domínio da prevenção da sinistralidade laboral;
- Manter a fixação de um salário mínimo diferenciado para a Região, em benefício da população menos favorecida em termos de rendimentos salariais;
- Incentivar o crescimento sustentado dos níveis salariais reais médios, tendo presente a melhoria das condições de vida e de trabalho na Região;
- Promover a realização de inquéritos e estudos no domínio das estatísticas do trabalho;
- Reforçar as iniciativas no domínio da igualdade através da divulgação de informação sobre a paridade dos direitos e da igualdade de oportunidades no trabalho e no emprego entre Homens e Mulheres.

### ***Ciência, Tecnologia e Inovação***

A estratégia a implementar visa atingir os seguintes objectivos:

- Promover o desenvolvimento científico e tecnológico, em especial nas seguintes áreas: Ciências do Mar (Oceanografia e Pescas), Ciências da Terra e do Ambiente (Ordenamento Territorial, Conservação da Natureza, Agricultura e Florestas, Biotecnologia e Ambiente), Ciências da Saúde, Tecnologias da Informação e Telecomunicações, Tecnologias dos Materiais (Construção e Obras Públicas) e Inovação Tecnológica em diversas áreas;
- Fomentar o conhecimento, a cooperação científica e tecnológica, a dinamização de uma "rede científica regional", e a sua inserção em redes, nacionais e internacionais, visando o desenvolvimento de projectos de inovação e a troca de experiências;
- Desenvolver as funções de apoio à iniciativa empresarial e ao desenvolvimento social, promovendo um ambiente favorável à inovação no

interface com a infraestruturização científica, e tecnológica existente (Universidade da Madeira e Complexo Científico e Tecnológico);

- Promover a cultura científica e tecnológica.

Para a prossecução destes objectivos, serão desenvolvidas as seguintes linhas de actuação:

- Apoiar a formação avançada de recursos humanos, e a sua fixação na Região, de forma a que se possa criar um corpo de investigadores devidamente enquadrado nas infra-estruturas existentes;
- Apoiar a participação em redes e programas nacionais e internacionais nos domínios técnico/científicos;
- Promover a aquisição de equipamentos e modernização de instalações que permitam a extensão de actividades de investigação e desenvolvimento experimental, nomeadamente nas áreas da produção agrícola e florestal, da aquacultura, das estruturas e materiais de construção, da conservação do ambiente e recursos naturais, da saúde pública, bem como desenvolvimento de serviços de certificação e controlo de qualidade;
- Dinamizar a difusão de informação científica e técnica, de modo a minorar os efeitos da insularidade no que respeita ao acesso à informação;
- Apoiar a realização de conferências, colóquios e outras acções de animação científica e cultural;
- Desenvolver sistemas de informação estatística e investigação aplicada nas áreas dos recursos naturais e energias renováveis;
- Promover a realização de estudos, nomeadamente o Plano Estratégico de Inovação e apoiar o desenvolvimento de projectos-piloto;
- Promover a criação de um centro de excelência que se afirme junto da comunidade empresarial e académica da Universidade da Madeira.

### ***Juventude***

No âmbito da política global e integrada de Juventude, importa debater, reflectir e assegurar a participação dos Jovens em temas e questões do seu particular interesse, por forma a criar condições para o desenvolvimento da sua personalidade e assegurar os meios que lhes permitam uma intervenção activa na Sociedade.

Assim, são objectivos para os próximos anos:

- Estimular a participação cívica dos jovens em projectos e acções de cariz social, cultural, económico e político, como forma de prevenir os riscos de marginalização;
- Incentivar o desenvolvimento da criatividade e talento dos jovens;
- Proporcionar aos jovens serviços de orientação e apoio descentralizados;
- Estimular o associativismo juvenil, como forma de encorajar o sentido de responsabilidade, espírito de iniciativa e voluntariado;
- Incentivar e reforçar os apoios à mobilidade dos jovens, permitindo-lhes o contacto com jovens de outros países europeus ou terceiros, levando-os a compreender o valor e as particularidades das diferentes práticas e tradições culturais;
- Reforçar a familiarização dos jovens com as novas tecnologias de informação.

Para prosseguir os objectivos atrás enunciados, serão desenvolvidas as seguintes medidas:

- Incentivar a participação activa dos jovens na reflexão e debate de soluções para os problemas que os preocupam, quer através das suas próprias estruturas organizacionais, quer ouvindo-os em outras estruturas onde se formam os processos de decisão;
- Apoiar o processo de dotação de infra-estruturas de apoio às organizações de juventude, com vista a incrementar e expandir o associativismo juvenil;
- Prosseguir a expansão da rede de pousadas regionais e integração destas nos circuitos internacionais;
- Criação de programas de iniciativa regional, contendo acções que premeiem a criatividade, o espírito de voluntário, de inserção sócio-cultural e o intercâmbio juvenil inter-regiões;
- Participação de jovens em acções de carácter regional, nacional e comunitário que se insiram em projectos quer bilaterais quer multilaterais, de intercâmbio e de troca de saberes, de carácter social, cultural e ambiental, enquanto contributos para a prevenção primária dos flagelos que assolam a presente Sociedade;
- Desenvolvimento de actividades de ocupação dos tempos livres, no âmbito dos quais se integra o Programa Regional "Juventude e Trabalho" como meio de sensibilizar os jovens para uma melhor e mais alargada inserção na Comunidade e no mundo do trabalho;
- Alargamento do circuito de informações e documentação com a criação de novas instalações, com o objectivo de aumentar e tornar mais eficaz a prestação de serviços aos jovens, através do Centro de Informação e



Documentação Juvenil do Funchal em espaço próprio, com espólio informativo actualizado e com suporte logístico via internet;

- Apoio jurídico, financeiro e logístico ao Associativismo Juvenil, em particular ao de ideal escutista e guidista, com implementação de infra-estruturas destinadas a Centro de Formação, a Campo-Escola e Sedes, atendendo à expansão dos movimentos juvenis;
- Prestação de um serviço de atendimento personalizado aos jovens, quer através da linha telefónica "Linha Jovem", quer através do atendimento pessoal realizado por técnicos especializados e respectivo encaminhamento para os serviços/ entidades que se revelem adequadas a cada caso;
- Representatividade em comissões regionais no âmbito da protecção aos menores e do combate às toxicodependências, como forma de assegurar a interactividade entre os diversos departamentos governamentais;
- Realização de estudos de âmbito sociológico com o objectivo de efectuar o levantamento da realidade juvenil na sua globalidade e na especificidade das diversas situações, com o intuito de delinear estratégias sócio-políticas convergentes com as reais necessidades dos jovens;
- Proporcionar aos jovens o acesso às novas tecnologias de informação através de cursos de informática de custo moderado, mediante a celebração de protocolos com outros centros nacionais.

### ***Comunidades Madeirenses***

Perante a, praticamente inexistente, emigração definitiva, o Governo Regional centra a sua acção, em matéria de Comunidades, em dois objectivos essenciais:

- Melhoria permanente das condições em que se processa alguma emigração com carácter temporário;
- Manutenção de uma presença constante junto dos madeirenses emigrados.

Das acções a desenvolver destacam-se:

- Contactos permanentes com as autoridades das ilhas inglesas do Canal, de modo a permitir uma constante melhoria das condições de trabalho e de vida dos madeirenses que para ali se deslocam;
- Apoio às iniciativas de Clubes e Associações das Comunidades emigradas;
- Divulgação de informação acerca da Região Autónoma, quer através da Comunicação Social, quer através da própria Internet.

· Intervenção no sentido do cumprimento, tão amplo quanto possível, das recomendações do Congresso e Conselho das Comunidades Madeirenses, privilegiando-se os contactos entre os vários departamentos nacionais e regionais que abordam a temática das migrações por forma a que se traduzam, na prática, as aspirações dos nossos conterrâneos ausentes.

### **Objectivo 3 - ASSEGURAR A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E PRESERVAR OS VALORES AMBIENTAIS**

A prossecução deste objectivo envolve actuações visando a melhoria das condições de acesso a bens cruciais para a qualidade de vida e/ou para a mobilidade e inserção social. Numa perspectiva de desenvolvimento harmonioso e sustentável deverá, paralelamente, assegurar-se que os benefícios do desenvolvimento sejam extensivos a todos os cidadãos quer das gerações actuais, quer das gerações futuras. Assim, será prosseguida uma estratégia de desenvolvimento territorial que reduza as assimetrias existentes, evitando situações de risco de marginalização, e que promova uma gestão prudente dos recursos e a melhoria da qualidade de vida urbana.

As actuações a desenvolver abrangem vários sectores/domínios de intervenção, as quais convergem para a consecução dos seguintes objectivos específicos:

#### **ASSEGURAR A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E PRESERVAR OS VALORES AMBIENTAIS**

A prossecução deste objectivo envolve actuações visando a melhoria das condições de acesso a bens cruciais para a qualidade de vida e/ou para a mobilidade e inserção social. Numa perspectiva de desenvolvimento harmonioso e sustentável deverá, paralelamente, assegurar-se que os benefícios do desenvolvimento sejam extensivos a todos os cidadãos quer das gerações actuais, quer das gerações futuras. Assim, será prosseguida uma estratégia de desenvolvimento territorial que reduza as assimetrias existentes, evitando situações de risco de marginalização, e que promova uma gestão prudente dos recursos e a melhoria da qualidade de vida urbana.

As actuações a desenvolver abrangem vários sectores/domínios de intervenção, as quais convergem para a consecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover a coesão interna (social e territorial) e a melhoria da qualidade de vida
- Preservar e valorizar o ambiente e o património natural, urbano e cultural

## Acessibilidades Internas

No que respeita à rede viária, são objectivos específicos os seguintes:

- Reduzir as assimetrias internas de desenvolvimento, melhorando as redes viárias de 1º nível, regionais e municipais;
- Reforçar os níveis de mobilidade intra-regional, promovendo ligações adequadas às vias rápidas, já construídas ou em curso, com aglomerados urbanos e com áreas rurais;
- Potenciar oportunidades para fomentar equilíbrios espaciais e para promover o pleno aproveitamento de recursos, melhorando as condições de circulação em diversos aglomerados urbanos e as condições de circulação local;
- Requalificar a rede viária regional em termos de sinalização e segurança, contribuindo ainda para a melhoria dos circuitos turísticos.

Os objectivos enunciados anteriormente serão concretizados através da implementação das seguintes linhas de actuação:

- Beneficiação de traçados ou construção de importantes troços da rede viária de 1º nível, com particular incidência na conclusão do eixo viário Machico-Ribeira Brava (nomeadamente em termos da construção/reformulação de nós e acessos rodoviários), sua integração com a malha viária envolvente e articulação com ligações ao Norte da ilha da Madeira através do Túnel da Encumeada e do Túnel do Norte (este último incluído na via expresso Machico-Faial);
- Reformulação de nós rodoviários ou construção de novas estradas de ligação às vias rápidas com outras vias regionais ou municipais, promovendo a melhoria da operacionalidade aos pontos de ligação com o exterior e às principais zonas de actividade económica, destacando-se os projectos de ligação à Zona Franca Industrial, ao futuro Terminal Marítimo do Caniçal e aos futuros parques de actividades, nomeadamente os de Machico, Camacha e S. Vicente, em articulação com os projectos previstos da 2ª fase da nova ligação Machico-Caniçal, da nova ligação Caniço-Camacha e da nova ligação ao Norte através do Túnel da Encumeada, respectivamente;
- Construção de novas ligações a zonas interiores e de novas variantes dentro ou próximo de aglomerados urbanos, cuja necessidade resulta do alargamento dos seus perímetros ou do aumento do fluxo de tráfego nessas localidades.

No domínio dos serviços de transportes terrestres, constituem objectivos específicos:

- Incentivar o planeamento e a gestão adequada dos sistemas de transporte, privilegiando as condições de deslocação de pessoas e mercadorias;

- Aumentar e melhorar a segurança rodoviária de condutores e peões;
- Promover o transporte público, adequando-o às capacidades da rede viária existente e às necessidades de comodidade e segurança dos passageiros.

As linhas de actuação mais significativas neste domínio são as seguintes:

- Melhoria do grau de formação dos novos condutores, actualizando, por um lado, os métodos de formação e, por outro, incrementando as acções de fiscalização a Escolas de Condução e apoiando cursos de formação para instrutores e directores das referidas escolas;
- Realização de campanhas adaptadas à situação regional, com vista à prevenção rodoviária;
- Implementação de acções, no âmbito da fiscalização rodoviária, designadamente de acções de inspecção de veículos automóveis e de inspecção de veículos de duas rodas, de forma periódica e obrigatória, de maneira a melhorar a qualidade do parque automóvel regional;
- Renovação e ampliação da frota de autocarros das empresas de transporte público colectivo de passageiros, do sector privado, através da criação de um fundo específico;
- Implementação de um sistema de Park-and-Ride (P&R), em colaboração com a Câmara Municipal do Funchal, com a criação, em locais estratégicos e bem definidos, de centrais de camionagem, de modo a reduzir os volumes de tráfego individual, as necessidades de estacionamento no centro histórico e a facilitar as ligações com os restantes pontos da ilha;
- Criação de uma estrutura de interface com o actual parque de contentores do Porto do Funchal, por forma a melhorar a sua eficácia e contribuir para uma resposta mais satisfatória às necessidades do tecido empresarial e, essencialmente, da população em geral;
- Apoio a acções de formação adequada aos recursos humanos das empresas de transporte, designadamente de transporte de mercadorias perigosas.

### ***Acessibilidades Internas***

No que respeita à rede viária, são objectivos específicos os seguintes:

- Reduzir as assimetrias internas de desenvolvimento, melhorando as redes viárias de 1º nível, regionais e municipais;
- Reforçar os níveis de mobilidade intra-regional, promovendo ligações adequadas às vias rápidas, já construídas ou em curso, com aglomerados urbanos e com áreas rurais;

- Potenciar oportunidades para fomentar equilíbrios espaciais e para promover o pleno aproveitamento de recursos, melhorando as condições de circulação em diversos aglomerados urbanos e as condições de circulação local;
- Requalificar a rede viária regional em termos de sinalização e segurança, contribuindo ainda para a melhoria dos circuitos turísticos.

Os objectivos enunciados anteriormente serão concretizados através da implementação das seguintes linhas de actuação:

- Beneficiação de traçados ou construção de importantes troços da rede viária de 1º nível, com particular incidência na conclusão do eixo viário Machico-Ribeira Brava (nomeadamente em termos da construção/reformulação de nós e acessos rodoviários), sua integração com a malha viária envolvente e articulação com ligações ao Norte da ilha da Madeira através do Túnel da Encumeada e do Túnel do Norte (este último incluído na via expresso Machico-Faial);
- Reformulação de nós rodoviários ou construção de novas estradas de ligação às vias rápidas com outras vias regionais ou municipais, promovendo a melhoria da operacionalidade aos pontos de ligação com o exterior e às principais zonas de actividade económica, destacando-se os projectos de ligação à Zona Franca Industrial, ao futuro Terminal Marítimo do Caniçal e aos futuros parques de actividades, nomeadamente os de Machico, Camacha e S. Vicente, em articulação com os projectos previstos da 2ª fase da nova ligação Machico-Caniçal, da nova ligação Caniço-Camacha e da nova ligação ao Norte através do Túnel da Encumeada, respectivamente;
- Construção de novas ligações a zonas interiores e de novas variantes dentro ou próximo de aglomerados urbanos, cuja necessidade resulta do alargamento dos seus perímetros ou do aumento do fluxo de tráfego nessas localidades.

No domínio dos serviços de transportes terrestres, constituem objectivos específicos:

- Incentivar o planeamento e a gestão adequada dos sistemas de transporte, privilegiando as condições de deslocação de pessoas e mercadorias;
- Aumentar e melhorar a segurança rodoviária de condutores e peões;
- Promover o transporte público, adequando-o às capacidades da rede viária existente e às necessidades de comodidade e segurança dos passageiros.

As linhas de actuação mais significativas neste domínio são as seguintes:

- Melhoria do grau de formação dos novos condutores, actualizando, por um lado, os métodos de formação e, por outro, incrementando as acções de fiscalização a Escolas de Condução e apoiando cursos de formação para instrutores e directores das referidas escolas;

- Realização de campanhas adaptadas à situação regional, com vista à prevenção rodoviária;
- Implementação de acções, no âmbito da fiscalização rodoviária, designadamente de acções de inspecção de veículos automóveis e de inspecção de veículos de duas rodas, de forma periódica e obrigatória, de maneira a melhorar a qualidade do parque automóvel regional;
- Renovação e ampliação da frota de autocarros das empresas de transporte público colectivo de passageiros, do sector privado, através da criação de um fundo específico;
- Implementação de um sistema de Park-and-Ride (P&R), em colaboração com a Câmara Municipal do Funchal, com a criação, em locais estratégicos e bem definidos, de centrais de camionagem, de modo a reduzir os volumes de tráfego individual, as necessidades de estacionamento no centro histórico e a facilitar as ligações com os restantes pontos da ilha;
- Criação de uma estrutura de interface com o actual parque de contentores do Porto do Funchal, por forma a melhorar a sua eficácia e contribuir para uma resposta mais satisfatória às necessidades do tecido empresarial e, essencialmente, da população em geral;
- Apoio a acções de formação adequada aos recursos humanos das empresas de transporte, designadamente de transporte de mercadorias perigosas.

### ***Ambiente e Ordenamento do Território***

A estratégia regional para um desenvolvimento sustentável será implementada de acordo com os seguintes objectivos:

- Preservar, valorizar e gerir racionalmente recursos naturais estratégicos (com especial ênfase para os recursos hídricos, marinhos e florestais) e garantir a perenidade da biodiversidade;
- Imprimir uma maior eficiência na gestão ambiental e corrigir/prevenir disfunções ambientais, naturais e/ou induzidas pelo homem e fomentar uma maior consciencialização e responsabilização da população na defesa do meio ambiente;
- Preservar e valorizar o património natural, a qualidade do ambiente urbano e rural e requalificar a paisagem;
- Criar condições para a utilização equilibrada do espaço regional; favorecer a desconcentração do aglomerado urbano do Funchal e promover o desenvolvimento da rede urbana definida no POTRAM;

- Reforçar o investimento em infra-estruturas básicas, designadamente a nível do abastecimento de água e do saneamento básico, assegurando a melhoria da qualidade ambiental dos aglomerados populacionais e padrões mais elevados de qualidade de vida;
- Promover uma gestão prudente da orla costeira e uma utilização racional do litoral.

Assim, a estratégia de intervenção em cada um dos domínios envolvidos é a seguinte:

#### No domínio dos recursos hídricos

A política sectorial visa maximizar a utilidade social, económica e ambiental dos recursos hídricos, através da sua exploração e valorização, numa lógica de preservação e de sustentabilidade, o que se traduzirá pela prossecução dos seguintes objectivos:

- Dotar a Região de um domínio público hídrico ordenado, com uma gestão otimizada e com um quadro de gestão jurídico-económico que permita disciplinar e rentabilizar a exploração dos sistemas e que garanta a sua manutenção como um factor estruturante do desenvolvimento regional;
- Optimizar a satisfação das necessidades das diversas utilizações - abastecimento público, regadio, produção de energia - face às efectivas disponibilidades;
- Valorizar as disponibilidades hídricas da Madeira e do Porto Santo.

As linhas de acção mais significativas a implementar são:

- Reforçar/melhorar os sistemas de captação, transporte, tratamento e armazenagem de água, de modo a melhorar, em quantidade e qualidade, o abastecimento público e a regularizar o sistema de regadio, designadamente através de: prosseguimento da construção de infra-estruturas de transporte dimensionadas à escala regional; construção e melhoria de infra-estruturas de interface entre as redes multimunicipais e as redes de distribuição; ampliação das origens disponíveis mediante a abertura de novos furos e galerias; construção de bacias de infiltração nos principais espaços de recarga dos aquíferos em exploração, de modo a melhorar a produção, aproveitar as excedências de Inverno e propiciar uma política de reflorestação essencial à intercepção de nevoeiros; adoptar medidas preventivas de protecção de furos de captação de aquíferos basais em exploração, através de redes de saneamento básico nas áreas críticas de recarga;
- Aproveitamento do potencial hidroeléctrico das excedências superficiais de Inverno, em combinação com o dos transvazes dos sistemas multimunicipais, de modo a incrementar a respectiva produção e a autonomizar a exploração a nível de consumos de energia eléctrica;

- Reforço da capacidade de abastecimento de água à ilha do Porto Santo, nomeadamente através de: valorização das disponibilidades hídricas (construção e melhoria de barragens) e reforço da produção e distribuição de água (nomeadamente construção/remodelação de centrais dessalinizadoras, melhoria da capacidade da rede de distribuição e execução de galerias de captação de águas salgadas);
- Implementação de um sistema de informação de apoio à gestão global dos recursos hídricos, de sistemas de monitorização de perdas e de controle da qualidade da água em sistemas adutores e de um sistema de telegestão nas principais estruturas hidráulicas da Região afectas ao abastecimento público e ao regadio, visando uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos;
- Reforma do quadro jurídico-económico que regula a água na Região, no sentido de disciplinar e melhorar a rentabilidade interna dos sistemas, através de um quadro empresarial de gestão de bacia subordinada à nova proposta de Directiva-Quadro.

#### No domínio dos resíduos sólidos

As medidas a implementar visam o reforço da capacidade infra-estrutural e operacional neste domínio, quer na Madeira, quer no Porto Santo, em cooperação com as autarquias locais, através da implementação de um sistema integrado de tratamento e valorização de resíduos subordinado a um elevado padrão de qualidade ambiental e à política dos três R (Reduzir, Reutilizar, Reciclar).

Como principais linhas de acção a desenvolver destacam-se:

- Implementar a 2ª. Fase do Projecto "Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos da Madeira" (que constitui um projecto integrado de gestão de resíduos, incluindo um sistema de tratamento e deposição);
- Promover a construção de estações de transferência/triagem incluídos no Sistema Integrado de Valorização de Resíduos Sólidos da RAM;
- Prevenir a produção de resíduos sólidos urbanos (RSU), através da sensibilização das populações e da educação ambiental, promovendo modelos de consumo sustentáveis e procurando ampliar progressivamente a base social de apoio ao sistema de gestão de resíduos;
- Promover a redução de resíduos sólidos a tratar, através da recuperação e/ou reciclagem de todas as componentes susceptíveis de valorização;
- Garantir o adequado funcionamento das infra-estruturas, através de redes de monitorização, de forma a evitar impactes ambientais negativos;
- Controlar os custos associados ao processo de eliminação geral dos resíduos.



## No domínio das águas residuais

Com a política a seguir pretende-se, numa acção articulada com as intervenções das autarquias a nível de obras de construção, ampliação e renovação de redes, reforçar a capacidade de tratamento e destino final dos efluentes urbanos, dotando os aglomerados populacionais, de dimensão significativa, dos níveis de atendimento e soluções de destino final compatíveis com as normas vigentes. Com os investimentos previstos neste domínio promover-se-á a valorização da faixa costeira e dos cursos de água, o que permitirá evitar o lançamento de águas residuais, sem tratamento prévio, nestes meios receptores.

Assim, constituem linhas de acção prioritária:

- Construir e/ou reabilitar infra-estruturas de destino final de efluentes urbanos (interceptores, emissários terrestres, emissários submarinos, ETAR'S e lagoas macrófitas) localizadas principalmente em zonas do litoral da ilha da Madeira;
- Construir uma estação de tratamento de águas residuais na zona oeste da ilha do Porto Santo.

## No domínio da vigilância e controlo da qualidade do ambiente

- Implementação de sistemas de vigilância e controlo que permitam intervir mais eficazmente na detecção e solução das disfunções ambientais, nomeadamente de sistemas de monitorização da qualidade do ar e do ruído, das águas costeiras, subterrâneas e superficiais e das águas residuais tratadas;
- Acções relacionadas com a gestão do tráfego, numa perspectiva de diminuição da poluição atmosférica e sonora nas principais áreas urbanas.

## No domínio da valorização e requalificação ambiental e ordenamento dos cursos de água

- Implementação de medidas correctivas de integração e recuperação visual para corrigir dissonâncias paisagísticas;
- Recuperação e revitalização de áreas de risco de erosão;
- Recuperação paisagística e ambiental de áreas degradadas, nomeadamente vazadouros clandestinos, áreas industriais abandonadas (areiros e pedreiras), antigas lixeiras e outras áreas;
- Implementação de acções de valorização e ordenamento dos cursos de água, através da canalização de ribeiras, da reflorestação de cabeceiras de ribeiras e da criação de bacias de retenção, visando o reforço das condições de segurança dos núcleos urbanos em caso de cheias e permitindo assim a protecção dos aglomerados populacionais e das infra-estruturas existentes nas margens das ribeiras;

- Apoios visando a adequação ambiental das actividades económicas.

No domínio das áreas protegidas e da conservação da natureza

- Consolidação da rede de áreas protegidas, o que passa nomeadamente: pela elaboração e aprovação do Plano de Ordenamento e Gestão do Parque Natural da Madeira (instrumento de importância estratégica para a protecção dos valores naturais); pela implementação de acções relacionadas com o estabelecimento e a gestão de sítios de Interesse Comunitário na RAM, decorrente da aplicação da Directiva "Habitats" e da implementação da Rede Natura 2000 e por acções de valorização de bens regionais com classificações internacionais, designadamente as concedidas pela UNESCO e pelo Conselho da Europa;

- Adoptar medidas preventivas no sentido de evitar que seja ultrapassada a capacidade de carga dos ecossistemas regionais através de usos humanos, nomeadamente turísticos;

- Promover a melhoria do estado de conservação das espécies e ecossistemas insulares, através: de intervenções relacionadas com o controlo ou a erradicação de espécies exóticas nas várias ilhas do arquipélago; de uma gestão da Reserva Natural do Garajau orientada para o repovoamento faunístico das áreas adjacentes à Reserva e para a potenciação das actividades de mergulho, fotografia e vídeo subaquáticos, com reflexos na actividade turística, de protecção da avifauna da Laurissilva, do Lobo Marinho e do seu habitat e da monitorização e protecção da avifauna marinha nidificante no Arquipélago; de intervenções visando a retirada de gado de Áreas de Reserva Natural (aquisição de terrenos particulares e aplicação da legislação em vigor sobre a matéria);

- Melhoria da rede de postos de apoio às Reservas Naturais, em termos de acções de vigilância e de actividades ligadas ao ecoturismo;

- Incentivar a prática da agricultura biológica nas Áreas Protegidas, de modo a contribuir para a manutenção de paisagens agrícolas tradicionais e para contrariar o uso de pesticidas nocivos ao ambiente e à saúde pública.

No domínio do ordenamento do território e do desenvolvimento urbano

- Promover a criação de sistemas de informação geográfica e desenvolvimento de indicadores adequados, de modo a assegurar o acompanhamento da evolução do estado do ordenamento do território;

- Desenvolver estudos e planos de ordenamento nos domínios da competência da Administração Regional (de que se destaca o Plano de Ordenamento Turístico e os Planos de Ordenamento da Orla Costeira) e colaborar com os municípios na definição de bases de enquadramento e na implementação de políticas de ordenamento do território;

- Promover a articulação das orientações de política do ordenamento do território com as políticas sectoriais de desenvolvimento;
- Criar um conjunto de parques de actividades, a localizar em diversos concelhos, tendo em vista favorecer a criação de novos espaços de desenvolvimento económico, com a consequente criação de postos de trabalho a nível local;
- Desenvolver acções visando a requalificação da orla costeira e a dinamização das actividades locais (nomeadamente ligadas ao turismo), incluindo designadamente acções de: reparação/ampliação de pequenos portos à volta da ilha da Madeira, no sentido de melhorar as condições de acostagem de embarcações destinadas às actividades marítimas (pesca, turismo e desporto) e realização de estudos e investimentos que possibilitem um melhor aproveitamento da orla costeira como zona balnear;
- Promover a implementação de acções relativas à requalificação do ambiente urbano e de frentes ribeirinhas, ao reordenamento viário urbano e à valorização do meio rural, através de: recuperação de áreas degradadas, de núcleos rurais e de núcleos antigos e centros históricos; infraestruturização urbanística e desenvolvimento de estudos para a elaboração de planos de pormenor e de planos especiais de ordenamento.

No domínio da educação, participação e sensibilização

- Intensificação de acções de educação e sensibilização ambiental visando a participação activa e responsável da população, dos agentes económicos e instituições públicas e privadas, através da realização de eventos/campanhas, da implementação de centros de informação e de cursos de formação, no quadro de uma estratégia integrada de educação ambiental, tendente à adopção de comportamentos respeitadores do meio ambiente, com especial atenção para os que se relacionam com a produção, recolha e selecção de resíduos sólidos urbanos na perspectiva da reutilização e reciclagem de determinados resíduos e com a preservação do património natural.

### **Saúde**

No âmbito da Saúde, são objectivos prioritários:

- Melhorar a prestação de cuidados de saúde e promover a equidade entre os cidadãos no acesso à saúde;
- Promover a utilização eficiente dos recursos disponíveis.

Os objectivos anteriormente enunciados serão prosseguidos através das seguintes linhas de actuação, a nível da melhoria da prestação de cuidados de saúde e da promoção da equidade entre os cidadãos no acesso à saúde:

- Reordenar e melhorar a rede de infra-estruturas de saúde pública para a protecção e promoção da saúde, implicando a construção de raiz de centros de saúde em vários concelhos da ilha da Madeira;
- Promover os ajustamentos necessários a nível das estruturas hospitalares e das unidades de internamento em Centros de Saúde, de modo a melhorar a prestação de cuidados diferenciados nas áreas mais carenciadas e de cuidados de Saúde de carácter urgente, através da construção/remodelação de estruturas físicas hospitalares (transferência do Serviço de Urgência e do Serviço de Hemodiálise, do Serviço de Medicina Física e Reabilitação e construção do Pavilhão Materno-Infantil), da ampliação e/ou remodelação e/ou construção de Unidades de Internamento em Centros de Saúde (Concelhos da Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Porto Moniz) e do equipamento de Serviços de Saúde, no âmbito da instalação de novos serviços, e em termos de meios complementares de diagnóstico, acolhimento de doentes e serviços de apoio;
- Intervir activamente, através de programas estruturados nas situações de doenças crónicas ou incapacitantes, no sentido de criar condições, a nível da comunidade, para o estabelecimento de um código de conduta ao nível dos correspondentes direitos e deveres, implementando programas de apoio e acompanhamento dessas doenças;
- Estabelecer parcerias com Autarquias, IPSS, Parceiros Sociais e outros departamentos do Governo Regional para actuação concertada, ao nível da prevenção e promoção de estilos de vida saudáveis, com vista à redução do alcoolismo, tabagismo e tóxicodependência;
- Reformular o programa de acompanhamento da grávida, da criança e do adolescente, com vista ao desenvolvimento harmonioso dos jovens, através de programas de saúde, no âmbito da promoção e educação para a Saúde e prevenção da doença;
- Promover a realização de acções visando a prestação de Cuidados Paliativos, quer ao nível das unidades de saúde, quer no domicílio.

A nível da promoção da utilização eficiente dos recursos disponíveis

- Promover a formação adequada dos profissionais de saúde no sentido de lhes ser assegurada a competência necessária ao desenvolvimento dos programas e projectos, apoiando acções de qualificação de Recursos Humanos;
- Desenvolver o Sistema de Informação da Saúde (SISRAM) através da produção de níveis de informação tendentes a garantir a prestação de cuidados continuados, a sua qualidade, a racionalização no uso dos recursos e a avaliação de resultados;
- Implementar o cartão do Utente dos Serviços de Saúde como instrumento que visa facilitar o acesso aos serviços, evitar duplicações e permitir a monitorização dos programas de saúde;

- Desenvolver um sistema de qualidade orientado para a melhoria dos resultados das actividades dos serviços de saúde, apoiando programas de investigação em Saúde e Qualidade;
- Promover o lançamento de experiências piloto no sentido de reformular o sistema de financiamento dos serviços de saúde, através de orçamentos - programa.

### **Habitação**

O plano de desenvolvimento estratégico para o sector, perspectivado num horizonte de médio prazo, prevê intervenções públicas visando dar uma resposta diversificada e ajustada às necessidades de um estrato de famílias muito carenciadas que não têm possibilidades de acesso à habitação em condições de mercado e de um conjunto mais vasto de famílias que apresentam dificuldades no acesso a uma habitação condigna, seja pela via da aquisição, arrendamento ou reabilitação.

Assim, as opções estratégicas no âmbito da política social de habitação, envolvem as seguintes três grandes áreas de intervenção pública: intervenção social integral; intervenção social complementar e intervenção habitacional integrada.

As linhas de actuação a implementar a nível de cada uma das áreas de intervenção referidas são apresentadas seguidamente.

Na área de intervenção social integral

- Prosseguir a política de fomento da habitação social a promover pelo Governo Regional, através do Instituto de Habitação da Madeira, ou pelos Municípios, com vista à disponibilização de fogos (novos ou recuperados), a título de arrendamento social, a agregados familiares com fracos recursos económicos e carências habitacionais imediatas;
- Continuar a dotar os empreendimentos habitacionais de infra-estruturas e equipamentos sociais complementares, de modo a promover a inserção social dos beneficiários das habitações.

Na área de intervenção social complementar, alternativa à habitação social

Nesta área pretende-se reforçar as condições para que as famílias pertencentes a um estrato de rendimentos intermédios possam resolver, com ajuda pública, os seus problemas habitacionais com recurso a soluções alternativas à habitação social, as quais poderão passar pelo apoio à aquisição, construção ou arrendamento de habitação ou à criação de condições de habitabilidade, através da reabilitação de alojamentos, quer para habitação própria, quer para arrendamento.

Das medidas a implementar nesta área destacam-se:

- Apoio às cooperativas de habitação económica;
- Apoio às empresas para construção de habitação a custos controlados;
- Cedência de terrenos, em direito de superfície, para auto-construção;
- Alienação de fogos de habitação social aos inquilinos;
- Apoio às famílias na reabilitação das suas habitações, alargando o âmbito de intervenção dos actuais programas PRID (Programa de Recuperação de Imóveis em Degradação) e RAVP (Regime de Apoio à Valorização da Paisagem);
- Promoção do mercado privado de arrendamento, através de programas de incentivo ao arrendamento.

Na área de intervenção habitacional integrada

A política a prosseguir nesta área tem subjacente uma abordagem integrada a problemas de natureza diversa que afectam as populações que carecem de habitação. Assim, a par de intervenções que visam o reordenamento, revitalização e reabilitação do parque habitacional público e privado, serão desenvolvidas iniciativas ao nível das infra-estruturas públicas e de equipamentos sociais com o objectivo de integrar socialmente as populações carenciadas.

A implementação desta política passa, nomeadamente, pelas seguintes linhas de acção:

- Dotar os empreendimentos habitacionais de infra-estruturas e equipamentos sociais complementares à habitação para arrendamento social, tendo em vista propiciar condições de vida aceitáveis em termos económicos e sociais;
- Implementar acções concretas, em colaboração com os departamentos governamentais competentes e com as autarquias locais, no âmbito do apoio à integração sócio-económica das famílias, envolvendo as áreas de protecção social, da saúde, da educação e do emprego, por forma a evitar problemas de marginalização e exclusão social que persistem nalguns bairros, com especial incidência nos concelhos de Santa Cruz, Câmara de Lobos e Funchal;
- Promover e fomentar o ordenamento, a integração urbanística e paisagística do parque habitacional público e privado, envolvendo particularmente os departamentos ligados ao urbanismo e ao ambiente, bem como os municípios, nomeadamente na definição de novos núcleos de desenvolvimento urbano e na melhoria dos núcleos existentes;

- Promover a reorientação das formas de gestão habitacional pública e privada nos domínios da administração, conservação e reabilitação do parque habitacional.

### ***Protecção e Integração Social***

A nível da protecção e integração social serão desenvolvidas acções visando incrementar a coesão social através do aperfeiçoamento do sistema de protecção social e da luta contra a exclusão social.

Neste sentido, assumem particular importância as seguintes actuações:

- Desenvolver os conceitos de justiça e solidariedade social, continuando a apoiar a criação e desenvolvimento de instituições particulares de solidariedade social (IPSS), assim como outras iniciativas que visem apoiar grupos sociais desfavorecidos;
- Desenvolver acções concertadas no âmbito do Programa de Apoio Integrado ao Idoso, com especial relevância para o apoio domiciliário e para a prestação de cuidados de reabilitação nos lares e no domicílio;
- Apoiar mais directamente as famílias com problemáticas diversas, através da criação de estruturas de intervenção directa;
- Continuar a desenvolver programas específicos de combate à pobreza e à exclusão social (como os Projectos de Desenvolvimento Comunitário, o Programa Ser Criança, o Rendimento Mínimo Garantido e outros a criar);
- Promover a realização de estudos de caracterização de comunidades consideradas problemáticas para a definição de medidas de actuação mais adequadas a cada realidade e apoiar a criação de novas respostas a problemáticas específicas.

### ***Protecção Civil***

No âmbito da Protecção Civil constitui objectivo prioritário:

- Dotar a Região de um dispositivo ajustado, meios humanos qualificados e materiais que permitam uma intervenção oportuna no âmbito do socorro, combate a fogos e protecção das populações e do ambiente, e recuperar o atraso que o isolamento das Regiões ultraperiféricas acentua.

Assim, as principais linhas de actuação serão:

- Prosseguir o esforço de implementação de adequados sistemas de prevenção e protecção nas áreas do socorro, continuando a dotar a Região de quartéis

funcionais ajustados às respectivas missões e criando uma rede móvel de comunicação via rádio, por fases, com sistemas de informação para comando e controlo;

- Dotar a Região de um sistema integrado de comunicações que permita, em qualquer ponto, a coordenação da emergência bem como a transmissão de dados de apoio à conduta;
- Dotar a Região de equipamentos de apoio à intervenção dos bombeiros e agentes de protecção civil na defesa da floresta Laurissilva e no socorro de acidentados em terra e na costa;
- Apoiar a qualificação dos meios humanos envolvidos e sensibilizar toda a população para a problemática da prevenção e protecção dos riscos que se configuram para a RAM, com a colaboração da Universidade e Institutos Técnicos;
- Estabelecimento de protocolos com a Universidade da Madeira e outras instituições, a fim de serem desenvolvidos estudos que permitam uma melhor identificação e análise de riscos.

### ***Desporto***

A estratégia de desenvolvimento deste sector prosseguirá os seguintes objectivos:

- Assegurar o acesso generalizado à prática desportiva;
- Incentivar a competição regional;
- Promover a excelência a nível do desporto;
- Explorar as potencialidades de promoção da imagem da Região através do desporto;
- Incrementar a oferta de equipamentos desportivos nas escolas e promover o desenvolvimento de redes de clubes escolares e desportivos, criando condições para a prática desportiva regular, de modo a alcançar os rácios europeus de prática desportiva.

As principais linhas de acção que irão ser implementadas para atingir estes objectivos são as seguintes:

Ao nível das infra-estruturas e equipamentos

- Continuar a promover, através da celebração de contratos - programa com clubes e associações desportivas, ou através de apoio directo, o arrelvamento de campos de futebol, a construção de piscinas, tanques de aprendizagem,



ginásios e outros recintos desportivos, destinados à utilização por desportistas de recreação ou federados;

- Realizar investimentos em infra-estruturas desportivas básicas, de apoio às escolas e de utilização pela população e organizações de utilidade pública.

Ao nível da formação de agentes desportivos

- Continuar a assegurar, em colaboração com a Universidade da Madeira, com as associações regionais e com as federações nacionais, a formação de técnicos desportivos, dirigentes e outros agentes da actividade.

Ao nível das actividades

- Apoiar a participação regular dos atletas e clubes desportivos madeirenses nas competições desportivas (regionais, nacionais e internacionais), bem como o desporto de alta competição;
- Incentivar a realização de eventos desportivos, quer na Região, quer no exterior.

## **Cultura**

Os objectivos prioritários neste sector são os seguintes:

- Criar uma dinâmica de difusão dos objectos e conteúdos culturais, que os torne mais próximos e acessíveis a toda a população, bem como aos que visitam a Região;
- Criar produtos culturais que guardem uma relação clara e essencial com a identidade histórico-patrimonial da Madeira, no sentido de difundir uma "imagem de marca", coerente e integrada, das nossas características e da nossa oferta em termos de cultura;
- Criar acontecimentos culturais que se traduzam num intercâmbio multicultural entre ilhas e zonas histórico-geográficas com características comuns, juntando sinergias, ideias e projectos capazes de divulgar as ilhas atlânticas como espaços de conservação e de recriação de identidades culturais singulares e específicas, suscitando assim uma oferta inovadora, face à massificação cultural.

As medidas a implementar nesta área, em articulação com as autarquias e outros agentes culturais, são:

- Criação de Casas da Cultura ou centros sócio-culturais em todos os concelhos da RAM, que permitam uma adequada interligação em termos de programação cultural e que estejam dotados de espaços multifuncionais susceptíveis de servirem a criação e a divulgação cultural em diferentes áreas;

- Elaboração e publicação dos Inventários do Património da RAM - arquitectura, património móvel, etc. -, por forma a obter uma informação completa sobre os nossos bens culturais, a qual será tornada acessível e aberta para consulta em rede;
- Restauro de um conjunto de edifícios de carácter monumental e histórico localizados na cidade do Funchal, (Sé Catedral, Igreja de S. João Evangelista, Convento de Santa Clara) e criação de um roteiro histórico-cultural dos imóveis;
- Recuperação da Quinta do Monte e posterior instalação de diversas actividades culturais, incluindo espaços para conferências e actividades de promoção turística;
- Recuperação do conjunto classificado "Núcleo de Santo Amaro", incluindo a Capela, Torre do Capitão, Casa dos Romeiros e Cisterna e criação de um Núcleo Museológico e um pequeno espaço de exposições;
- Criação de um Instituto de Restauro com técnicos devidamente habilitados, por forma a ser possível enfrentar, com mais rapidez e eficácia, as tarefas de recuperação do património móvel da RAM;
- Publicação ou reedição das grandes obras de referência da literatura e da historiografia da Madeira;
- Constituição de Bases de Dados sobre a Emigração Madeirense, bem como dos Registos de Casamentos do Arquipélago da Madeira: seu tratamento arquivístico actualizado, disponibilização na Internet, intercâmbio com as comunidades madeirenses, com as universidades e com os centros de investigação genealógica em Portugal e no estrangeiro;
- Informatização do Arquivo Regional e sua ligação em rede aos arquivos portugueses e aos centros de investigação da RAM;
- Tratamento arquivístico dos arquivos notariais e judiciais sob custódia do Arquivo Regional da Madeira e divulgação dos respectivos inventários;
- Constituição de uma Rede Regional de Bibliotecas da Madeira e criação de uma Mediateca;
- Apoio à melhoria das instalações museológicas;
- Realização de um programa global de informatização das colecções dos Museus da RAM, bem como disponibilização dessa informação em rede e na Internet;
- Realização de um programa integrado de divulgação dos Museus da RAM, com a publicação de catálogos das colecções e de um roteiro global dos museus, em livro e em CD-ROM;

- Implementação de um programa de aquisições de bens patrimoniais de superior interesse para o reforço das colecções públicas dos Museus da RAM;
- Reforço da qualificação dos agentes e produtores culturais que trabalham nas diferentes áreas da cultura tradicional (etnografia, música, folclore, etc.), por forma a preservar as raízes culturais que enformam a tradição e, simultaneamente, recuperar e diversificar este tipo de oferta cultural, como contributo para definir e divulgar a "imagem" da RAM.

### ***Defesa do Consumidor***

A nível da Defesa do Consumidor, constituem objectivos prioritários:

- Proteger os consumidores, em particular no que respeita à defesa da saúde pública e aos direitos do consumo;
- Desenvolver um papel activo junto dos consumidores e dos agentes económicos, contribuindo para a redução da conflitualidade.

Assim, no âmbito do Serviço de Defesa do Consumidor e da Inspeção Regional das Actividades Económicas, serão prosseguidas as seguintes linhas de acção:

- Desenvolver acções de informação, formação e educação dos consumidores em particular e dos agentes económicos em geral, no pressuposto de uma mais ampla e melhor divulgação dos direitos e deveres de uns e de outros, contribuindo para a redução da conflitualidade e para a concretização de um mercado de qualidade e de segurança;
- Desenvolver acções, em colaboração com os organismos fiscalizadores, visando assegurar a protecção dos interesses e dos direitos dos consumidores;
- Desenvolver medidas no sentido de dotar o Centro de Documentação, em termos das matérias relacionadas com o consumo, direitos e deveres dos consumidores, de condições que promovam uma melhor informação e educação do consumidor em particular;
- Apoiar estruturas autónomas de protecção de direitos dos consumidores;
- Implementar mecanismos de concertação, arbitrar litígios e fomentar associações de consumidores;
- Reforçar as intervenções de inspecção de actividades económicas em todos os sectores de actividade, privilegiando as acções de natureza preventiva;
- Combater o comércio ilegal e as infracções contra a saúde pública, reprimindo-se, de forma intransigente, todas as práticas lesivas da actividade económica ou que atentem contra a saúde e a segurança dos consumidores.

### ***Promover a melhoria da qualidade dos serviços da Administração Pública***

Na sociedade actual torna-se cada vez mais premente a necessidade de promover uma administração pública capaz de responder, com eficácia e eficiência, às solicitações dos agentes económicos e dos cidadãos em geral, cada vez mais exigentes em termos de qualidade, no respeito por uma cultura de cidadania.

A estratégia a implementar no sector da Administração Pública tem por objectivo a eliminação dos entraves burocráticos, criando mecanismos que propiciem e potenciem o desenvolvimento económico e social, o que passa pela adopção de medidas e comportamentos que contribuam para aproximar a Administração dos utentes dos serviços públicos.

Para atingir este objectivo, serão prosseguidas as seguintes linhas de actuação:

- Progressiva desburocratização dos serviços públicos;
- Desenvolvimento de um atendimento público mais eficaz e personalizado;
- Promoção de um fácil acesso do público à informação, no domínio das atribuições de cada serviço, quer através de folhetos e brochuras, quer por meios informáticos;
- Aposta na formação profissional contínua, por constituir um instrumento privilegiado para a melhoria da qualidade dos serviços;
- Promoção da transformação progressiva do emprego público em oportunidades de organização, de tipo empresarial, de algumas actividades de serviços;
- Reforçar a cooperação inter-institucional visando uma actuação articulada e integrada em domínios estratégicos para o desenvolvimento regional e local, nomeadamente através da Agência de Desenvolvimento Regional recentemente criada.

### ***V. Principais intervenções com apoio comunitário a concretizar no período 2000-2006***

A operacionalização dos objectivos e da estratégia definidos no Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o período 2000-2006 conta com a contribuição de apoios comunitários no financiamento de um conjunto coerente de acções, através dos instrumentos financeiros com finalidade estrutural - o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE) o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA),

o Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP) e o Fundo de Coesão.

Tais acções integram-se em diversos instrumentos/intervenções operacionais, nomeadamente no Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira para o período 2000-2006, em algumas intervenções sectoriais nacionais (designadamente as intervenções operacionais "Educação", "Ciência, Tecnologia e Inovação", "Sociedade da Informação", "Economia" e "Acessibilidades e Transportes"), em Iniciativas Comunitárias (nomeadamente "LEADER", "EQUAL", "URBAN" e "INTERREG III") e no Fundo de Coesão.

Conta-se ainda com apoios ou iniciativas complementares, ao abrigo do Estatuto das Regiões Ultraperiféricas previsto no número 2 do artigo 299º do Tratado de Amesterdão.

O Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira constitui o instrumento principal de materialização da estratégia de desenvolvimento. No entanto, importa ter em conta que às actuações nele previstas associam-se, ainda, de forma articulada e numa relação de complementaridade, um conjunto significativo de iniciativas, investimentos e acções de desenvolvimento económico e social, a concretizar neste período, os quais são determinantes para a prossecução dos objectivos estratégicos, de grande alcance, assumidos no PDES.

O Programa Operacional Plurifundos da Madeira concebido para o período 2000- -2006, integra um conjunto coerente e interligado de acções apoiadas pelos quatro Fundos Estruturais ( FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP) e conta com a cooperação e o envolvimento directo de diversos actores públicos e privados.

Consubstanciando as orientações estratégicas definidas no PDES, as actuações programadas no âmbito do P.O. Madeira foram organizadas em medidas enquadradas por dois eixos prioritários, como seguidamente se apresenta:

Eixo Prioritário 1 - Desenvolvimento de uma Plataforma de Excelência Euro-Atlântica

Medida 1.1 - Valorização do Potencial Turístico, Cultural e do Lazer

Medida 1.2 - Estímulo à Inovação e Sociedade da Informação

Medida 1.3 - Melhoria das Acessibilidades Exteriores

Medida 1.4 - Protecção e Valorização do Ambiente e Ordenamento do Território

Medida 1.5 - Competências Humanas e Equidade Social

Eixo Prioritário 2 - Consolidação da Base Económica e Social da Região

Medida 2.1 - Agricultura e Desenvolvimento Rural

Medida 2.2 - Pescas e Aquicultura

Medida 2.3 - Competitividade e Eficiência Económica

Medida 2.4 - Melhoria das Acessibilidades Internas  
Medida 2.5 - Coesão e Valorização Social  
Medida 2.6 - Intervenção Integrada do Porto Santo  
Medida 2.7 - Assistência Técnica

O financiamento comunitário, ainda de carácter indicativo, é de 140 079 milhares de contos e reparte-se, pelos Fundos Estruturais envolvidos, do seguinte modo:

FEDER - 101 058 milhares de contos  
FSE - 19 010 milhares de contos  
FEOGA-O - 16 009 milhares de contos  
IFOP - 4 002 milhares de contos

O custo total dos investimentos e acções previstos no Programa é de 236 067 milhares de contos.

De entre as intervenções sectoriais nacionais a que a Região terá acesso, destacam-se, pela sua forte contributividade para a materialização dos eixos estratégicos de desenvolvimento, a Intervenção Operacional Economia, que envolve apoios nos domínios da Indústria, do Turismo, do Comércio e dos Serviços e a Intervenção Operacional Sociedade da Informação que configura um programa de base para a construção de uma sociedade do conhecimento e da informação.